

ISSN 1679-0952

m a e s t r i a



Revista do Centro Universitário de Sete Lagoas



n.5-6

2007-2008

Copyright © Centro Universitário de Sete Lagoas

Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM

Reitor

Antônio Fernandino de Castro Bahia Filho

Pró-Reitor Acadêmico

José Hamilton Ramalho

Pró-Reitor Administrativo

Erasmus Bruno Gonçalves

Maestria – Revista do Centro Universitário de Sete Lagoas

Projeto gráfico, capa, formatação e produção gráfica

Sérgio Antônio Silva

Normatização

Maria Luísa Campolina França

Estagiárias

Bruna Fernandes

Eva Jordana Almeida Pires

Impressão e acabamento

Gráfica UNIFEMM

Tiragem

500 exemplares

Todos os direitos reservados; nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem autorização por escrito.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Solicita-se permuta / Exchange issues / On demande échange

Endereço para correspondência

Setor de Publicações do UNIFEMM

Av. Marechal Castelo Branco, 2765, Santo Antônio

CEP 35701-242 – Sete Lagoas, MG

Endereço eletrônico: maestria@unifemm.edu.br

m a e s t r i a

Revista do Centro Universitário
de Sete Lagoas



maestria	Sete Lagoas	n.5-6	172p.	2007-2008
----------	-------------	-------	-------	-----------

Maestria – Revista do Centro Universitário de Sete Lagoas

Conselho Editorial

Sérgio Antônio Silva (Coordenador)

Doutor em Letras: Estudos Literários pela UFMG
Vínculo institucional: Centro Universitário de Sete Lagoas

Adelaide Maria Coelho Baêta

Doutora em Engenharia de Produção – Gestão da Inovação
pela UFRJ
Vínculos institucionais: Universidade FUMEC /
Centro Universitário de Sete Lagoas

Anderson de Souza Sant'Anna

Doutor em Administração pela UFMG
Vínculo institucional: Fundação Dom Cabral

Hélio Vilela Barbosa Júnior

Doutor em Ciência Animal pela UFMG
Vínculo institucional: Ministério da Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Paulo César Magalhães

Doutor em Field Crop Physiology pela Mississippi State
University / USA
Vínculo institucional: EMBRAPA Milho e Sorgo

Maestria – Revista do Centro Universitário de Sete Lagoas
– v.1, n.1 (jan./jun. 2003). – Sete Lagoas: Centro Universitário
de Sete Lagoas – UNIFEMM, 2007-2008.

n.5-6; il.

Semestral. Anual.

ISSN – 1679-0952

Continuação de: Maestria – Revista da Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Sete Lagoas

1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Ciências Humanas –
Periódicos. 3. Ciências Exatas – Periódicos. 4. Ciências
biológicas e da saúde – Periódicos. 5. Língua e literatura –
Periódicos. I. Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM.

CDD: 050

Sumário

Editorial	7
Descrição dos fatores de risco para o complexo teníase-cisticercose em áreas endêmicas através de abordagem etnográfica	11
Hélio Vilela Barbosa Júnior	
A colocação 'democracia racial' nas Ciências Sociais: um panorama das relações raciais brasileiras	39
Paulo Henrique Caetano	
"Diagnóstico das nações": teorias raciais e Estado-nação no pensamento social latino-americano	65
Cláudio Lúcio de Carvalho Diniz	
Democracia e controles sociais: o papel das associações comunitárias e a participação popular	85
Roberto Nogueira Lima	
O ambiente de formação do perfil empreendedor do pai da aviação	117
Nixon Diniz Pereira	
Matryoshka: uma proposta para o fazer docente na universidade	139
Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira	
Estratégia de inovação: o financiamento de <i>venture capital</i>	151
Adelaide Maria Coelho Baêta	
Flávia Maria Coelho Baêta-Lara	
Valdênia Silva Melo	

Editorial

Este número inaugura uma nova fase da **Maestria**, que agora se concentra na decisão de ser uma revista multidisciplinar, capaz de representar a produção dos professores e pesquisadores do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM, e de trazer artigos externos que, por si mesmos e articulados à produção antes referida, possam compor isso que então chamamos multidisciplinaridade: saberes em diálogo, pensamentos inéditos articulados de maneira inédita.

O artigo que abre a revista vem de uma tese de doutorado, e cuida, no âmbito da saúde animal, da saúde de todos nós. “Descrição dos fatores de risco para o complexo teníase-cisticercose em áreas endêmicas através de abordagem etnográfica” fala de um doença que atinge sobretudo os pobres – pobres que criam porcos em cidades grandes; porcos que comem fezes de gente doente; gente que come porcos que comem fezes de gente; gente que, inadvertidamente, ingere as próprias fezes –, num ciclo até então tratado de maneira a ignorar a questão social, o fato de o criador de porcos estar nessa condição porque há laços emaranhados no caos das periferias de Salvador e Belo Horizonte e de outras cidades brasileiras. O tratamento que o autor dá à questão, a metodologia de que ele se vale, é o que talvez mais nos interesse aqui, pois aí vemos a saúde, a veterinária, encontrar-se com as humanidades, a etnografia, a semiótica. Pois são relações de poder, enfim, que estão em jogo.

Na seqüência, outro artigo extraído de tese: “A colocação ‘democracia racial’ nas Ciências Sociais: um panorama das relações raciais brasileiras”. Novamente, a articulação dos saberes, as ciências sociais se aliando à lingüística, para abarcarem a complexidade do discurso. Mais uma vez, relações de poder, a ferida do racismo no Brasil.

“Diagnóstico das nações: teorias raciais e Estado-nação no pensamento social latino-americano” é o artigo de Cláudio Diniz que, de certa forma, volta à questão do artigo anterior, porém avança em outras frentes. Aqui, o olhar do historiador nos leva ao período de formação das identidades nacionais latino-americanas. Surge, assim, uma interessante releitura de alguns pensadores de século XX à luz daqueles que, no período anterior, se valiam do chamado “racismo científico” da época. Ótima e oportuna leitura, pois não somos ainda todos um tanto quanto pessimistas em relação a nós mesmos?

Há, ainda, os artigos de Nixon Pereira – um estudo e uma justa homenagem do autor (e, agora, da revista) a Santos Dumont; o de Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira, que, com a imagem das bonecas russas, da Matryoshka, faz uma reflexão acerca do ensino universitário no qual atuamos; e, por último, um artigo que trata do *venture capital*, afinal, o mundo anda com a cabeça tão cheia de bolsas, crises e riscos...

Esta é apenas a estréia da nova fase da **Maestria**. Outros avanços virão, afinal, sempre se trata de buscar o novo, o saber até então desconhecido, insuspeito, ou mesmo o mesmo e velho saber, porém deslocado, distribuído segundo novas conformações, em constante devir. Boa leitura.

Sérgio Antônio Silva

Artigos

Descrição dos fatores de risco para o complexo teníase-cisticercose em áreas endêmicas através de abordagem etnográfica

Hélio Vilela Barbosa Júnior *

* Doutor em Ciência Animal; área de atuação: Epidemiologia veterinária; vínculo institucional: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Resumo

Este estudo pretendeu descrever a rede de relações existente entre criadores de porcos errantes em suas formas peculiares de produção. O estudo considerou sítios em cinco municípios brasileiros: Salvador, Belo Horizonte, Jequié, Santo Amaro e Rubim. As análises foram feitas a partir de pesquisa etnográfica, incluindo depoimentos de criadores, a partir dos quais se fez uma análise dos aspectos da atividade que favorecem a dinâmica de transmissão da *Taenia solium*. Discutiram-se alguns dos processos sociais e culturais envolvidos na manutenção do ciclo do parasita.

Palavras-chave: etnografia, parasitose, *Taenia solium*

Abstract

This work has intended to describe the existing relationships between errant pig breeders in their peculiar ways of production. The study considered localities in five Brazilian cities: Salvador, Belo Horizonte, Jequié, Santo Amaro and Rubim. The analysis departed from ethnographic research, including breeders testimonies, in order to study the activity aspects which promote the transmission dynamics of *Taenia solium*. The work also considered some of the social and cultural processes which are involved in the maintenance of the parasite cycle.

Keywords: ethnography, parasitosis, *Taenia solium*

1 Introdução

A cisticercose humana é problema em regiões subdesenvolvidas do mundo. A relação obrigatória entre suínos com cisticercose e homens com teníase em contexto social de subdesenvolvimento cria as condições apropriadas para a transmissão e manutenção da enfermidade.

A *Taenia solium* é endêmica em países onde há segmentos da população em extrema pobreza, com baixas condições sanitárias domésticas, práticas de saúde pessoais precárias, falta de educação formal, renda muito baixa, marginalidade social quanto aos programas de saúde pública nacionais, existência de porcos criados soltos e cozimento impróprio da carne suína.

No Brasil, as regiões endêmicas para cisticercose localizam-se na zona rural e nos bairros miseráveis de pobreza urbana onde as pessoas vivem muito aglomeradas, compartilhando dormitórios com portadores de teníase.

Entretanto, a Medicina Veterinária Preventiva não está avançando em questões importantes sobre a teníase-cisticercose pela imposição natural da falta de um hospedeiro definitivo que possa servir de modelo para as pesquisas, apesar de se conseguir pequenas tênias a partir de *gerbils* imunossuprimidos inoculados com cisticercos.

Não se consegue determinar a longevidade da *Taenia solium*, taxas de reinfecção ou seu potencial biótico. A determinação do efeito imunitário provocado nos suínos infectados, assim como estimativas de prevalência de cisticercose suína em áreas endêmicas ainda apresentam problemas metodológicos intransponíveis.

A extensão e a manutenção do ciclo da *Taenia solium* são pouco conhecidas. A análise dos padrões de transmissão entre comunidades humanas requer um conhecimento dos

níveis de infecção tanto humanos quanto suínos, assim como é necessário conhecer aspectos do comportamento humano que possam ser importantes nesta transmissão.

Este trabalho pretende descrever a criação de porcos errantes e o seu papel na manutenção do ciclo vital da *Taenia solium*, a partir de informações obtidas com as técnicas da etnografia, submetidas às concepções teóricas da antropologia simétrica de Bruno Latour e, principalmente, defender que qualquer tipo de sucesso duradouro na diminuição da incidência de neurocisticercose humana precisa considerar o coletivo dos criadores de porcos dotado de particularidades culturais que lhe são próprias e com interesses legítimos que precisam ser negociados por uma sociedade que pretende ser saudável.

O objetivo aqui foi descrever a rede de relações que existe entre os humanos e os porcos e entre os humanos entre si em uma forma de produção de porcos soltos com acesso a fezes humanas de cinco municípios brasileiros e discutir a dinâmica de perpetuação do ciclo da teníase-cisticercose nessas localidades.

Na descrição da rede de relações envolvidas com a manutenção do ciclo vital da *Taenia solium*, optou-se partir das áreas de maior densidade populacional para as de menor, seguindo sentido inverso ao observado pela história natural das patologias envolvidas. Assim, respeita-se o princípio metodológico da antropologia de partir do familiar para o não-familiar, não perde de vista a base real que serve como limitadora das redes idealizadas, além de manter a cronologia do trabalho de campo.

Foram cinco os municípios pesquisados: Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Jequié (BA), Santo Amaro (BA) e Rubim (MG). Neste artigo, comentaremos os resultados da pesquisa realizada nos dois municípios mais populosos dessa

¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

relação: Salvador, com população urbana de 2.439.823 habitantes, numa área de 324,5 km²; e Belo Horizonte, com 2.232.747 habitantes, em 330,9 km² (Censo Agropecuário 2000).¹

Salvador e Belo Horizonte serão tratados juntos, pois representam municípios com mais de 2 milhões de habitantes, e apresentam sítios de criação em bairros miseráveis distribuídos pela região metropolitana.

A categoria que diferencia o risco para cisticercose suína nas diversas formas de produção é a possibilidade de os porcos terem acesso a fezes humanas. Além disso, o valor atribuído a Belo Horizonte de 17 porcos é notoriamente menor que o real.

Durante este estudo, foi muito difícil associar os criadores aos seus porcos. Nem a Vigilância Sanitária possui dados confiáveis quanto à quantidade de criadores e número de animais, provavelmente pelo fato de a atividade ser considerada ilegal.

Foi objetivo deste estudo descrever a forma de produção dos porcos errantes em ecossistemas, onde há manutenção do ciclo vital da *Taenia solium*; e descrever a cultura comum aos criadores de porcos, procurando as características que favoreçam ou dificultem a manutenção do ciclo vital do cestódeo numa rede de relações sociais, naturais e produtivas.

2 A abordagem: Salvador e Belo Horizonte

Em Salvador, percebia-se que os criadores sentiam-se obrigados a colaborar na tentativa de manter uma boa relação com a Vigilância Sanitária. A pesquisa estava no centro de uma relação comunicativa do tipo predominantemente estratégica.

Na relação estratégica, a cooperação e a estabilidade resultam das faixas de interesses dos participantes (RIVERA, 1995).

As ações estratégicas acontecem sempre que as razões, as “pretensões de validade”, são substituídas por “pretensões de poder” (HABERMAS, 1990).

A ação estratégica apresenta uma dimensão externa ao ato de fala, pelo fato de que a garantia do cumprimento da ação se identifica, não com um desempenho discursivo, mas com o poder antecipado.

Assim, a comunicação entre os criadores e a Vigilância Sanitária reduzia-se a uma relação de poder entre grupos opostos com muito poucos componentes comunicativos.

Em Belo Horizonte, esta relação estratégica que existia entre a Vigilância Sanitária e os criadores de porcos não se apresentava tão explícita como em Salvador. Quando este trabalho começou em Belo Horizonte só se percebia o componente comunicativo nos atos de fala.

Todo ato de fala comunicativo apresenta quatro pretensões de validade de caráter universal (HABERMAS, 1990):

1. A pretensão de verdade do conteúdo proposicional da mensagem, isto é, dos proferimentos cognitivos referentes ao mundo objetivo, que realizamos através de atos de fala constatativos;

2. A pretensão de correção, de justeza do conteúdo normativo e valorativo, isto é, dos proferimentos referentes

ao mundo social, que se dão através de atos de fala regulativos e valorativos;

3. A pretensão de sinceridade e autenticidade manifestada em proferimentos referentes ao mundo subjetivo e que se dão através de atos de fala expressivos;

4. A pretensão de compreensibilidade, de inteligibilidade da mensagem contida nos proferimentos comunicativos.

Na ação comunicativa, os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e se dispõem a perseguir suas metas sob a condição obrigatória de um acordo existente ou de uma negociação sobre a situação e as conseqüências esperadas.

A ação comunicativa se realiza através do levantamento de proposições que se candidatam a receber “sim” ou “não” dos atores sociais envolvidos. No caso de uma rejeição os participantes da comunicação se obrigam a apresentar argumentos objetivando a possibilidade de algum acordo. (STARLING, 1999).

O primeiro contato com os criadores de porcos se deu em reuniões que os técnicos da Vigilância Sanitária faziam com eles na Associação Comunitária de uma das vilas incrustadas na sede municipal de Belo Horizonte.

O processo foi bruscamente interrompido após poucas visitas. Conseguiu-se apurar que um dos criadores não gostou quando descobriu que a Vigilância Sanitária conseguiu os endereços com a ajuda das notificações feitas pelos agentes de saúde locais. Eles visitavam as residências durante as ações de controle da dengue no município. As conversações tiveram que ser interrompidas porque ele ameaçou impedir o acesso dos agentes de saúde às residências da vila.

Depois dessa experiência, buscou-se outra vila. Desta vez, tentou-se contato com os criadores sem o concurso da Vigilância Sanitária e buscou-se contato direto com o presi-

dente da associação comunitária da vila. Lá existem porcos criados em condições muito precárias, em contato com lixo e esgoto. Mas os criadores não foram receptivos e nenhum deles concordou em participar do trabalho.

Divergências políticas com o presidente da associação, que era sabidamente contrário à criação dos porcos na vila, acabaram desmotivando a participação dos criadores. Eles tinham muito medo de confiar informações a mim porque percebiam que o presidente da associação comunitária pretendia usar o pesquisador como aliado numa ação estratégica contra a criação de porcos.

A ação estratégica persegue, de maneira instrumental, efeitos causais em um mundo concebido objetivamente e não subjetivamente. Por estar preso a uma concepção reducionista, logocêntrica e monológica de racionalidade, ela não se presta a uma coordenação bem-sucedida da ação.

Mesmo com essas dificuldades foi possível colher depoimentos importantes de criadores antigos.

2.1 A produção animal

Nestas capitais existem criadores que aprenderam a criar durante a infância e juventude quando ainda moravam na “roça”, e aqueles que aprenderam a criar na “cidade grande”, motivados pela necessidade financeira.

Apesar do distanciamento entre o urbano e o rural contribuir para a diminuição dos criadores e do número de animais criados, a urbanização não é suficiente para a erradicação. Provavelmente porque a criação, sendo um fenômeno com fundamentos culturais tão fortes, continua sendo ensinada, aprendida e adaptada às mais recentes

possibilidades oferecidas por uma sociedade subdesenvolvida como a brasileira.

A necessidade de residir próximo do local de trabalho, imposta pelo sistema de oferta de empregos, contribui para o estabelecimento destas pessoas provenientes de áreas endêmicas dentro das grandes cidades, onde elas irão tentar reproduzir seus hábitos e sua cultura, como, por exemplo, a criação de porcos.

Algumas representações são acalentadas por poucos indivíduos de um grupo por pouco tempo, outras representações habitam um grupo todo por várias gerações. Entre esses extremos podemos encontrar representações com distribuição populacional variável (SPERBER, 1985).

Percebe-se que a mente humana é suscetível às representações da mesma forma que o organismo humano é suscetível às doenças.

Para este autor, explicar a cultura é responder por que algumas representações permanecem mais tempo em uma população. São mais contagiosas que outras?

Este trabalho não pretende explicar a cultura, mas descrevê-la. Descrever o processo de mudança da forma de produção, que no início era de subsistência, para uma produção comercial ao longo da vida da pessoa é produto de mudanças culturais e sociais daquele coletivo.

Não tirava carne pra ninguém. Tirava e cortava com toucinho... Tudo que eu crescia a produção mais um pouquinho eu passei a vender. (...) Tinha época que eu tinha 50, 60 porcos... Mas isso aí já foi depois que eu me desempreguei... Eu falei: Ah... já estou velho, vou caçar emprego nada. Então aí eu comecei a abater mesmo, abater e vender pros outros... (criador)

Quando a criação começava com leitões, o proprietário ficava induzido a dedicar-se à engorda: comprava leitões

desmamados e vendia para o abate ou abatidos. Quando começava comprando uma leitoa, ela se transformava numa porca reprodutora e o criador experimentava a produção de leitões desmamados.

Esta é uma classificação simplificadora já que alguns criadores de leitões desmamados, às vezes, engordavam algum dos seus produtos para consumo próprio.

O ciclo completo da criação de porcos envolve dois produtos diferentes: o leitão desmamado e o porco gordo.

Existem também os que se especializam no abate e na comercialização da carne no varejo. Nesses lugares, o abate é feito em casa com a venda clandestina. Essas carnes não têm nenhuma garantia veterinária quanto às condições sanitárias próprias ao consumo humano:

Eu engordei no início, no início eu engordei. Depois eu achei que tava dando muita mão-de-obra. Eu passei a comprar já na hora de abater, né? Você tinha lá um lote de porco de 20, 30 porcos. Eu não queria saber se tava gordo ou se tava magro, ou como é que tava... Dá pra abater? Eu tava comprando, certo? Era uma coisinha tudo bem arrumadinho, sabe? Então eu vendia ali. Tinha na garagem. Abria ali, rapaz, abatia porco aí adoidado, certo? Então me deu um troquinho, né? Aí fui arranjando minha casa... devagarzinho... né? Dá pra conseguir. (criador)

A forma de criação que permita o acesso dos porcos às fezes humanas é que vai determinar o risco de cada tipo de ecossistema, da mesma forma que febre aftosa cujo risco é definido segundo interações entre agente e animais suscetíveis (ROSENBERG; GOIC, 1973).

Essa interação é determinada por relações naturais dentro dos ecossistemas e por relações determinadas pela atuação do homem em seu processo produtivo (OBIAGA et al., 1979). Nem os ecossistemas de febre aftosa podem ser classificados mais regionalmente. Numa mesma região, o risco de cada

município pode ser muito diferente. No caso da teníase-cisticercose, dentro de um mesmo município existem bairros compartilhados por grupos de diferentes culturas e com hábitos sanitários contrários entre si. A determinação do risco se faz pelo estabelecimento das relações que existem entre os diferentes ecossistemas.

A possibilidade de transformar uma criação de subsistência em uma produção comercial, trazendo prosperidade para alguns criadores, principalmente considerando-se as condições socioeconômicas em que ela se dá, tem feito muitas pessoas, sem nenhuma fonte de renda, buscar na criação de porcos uma alternativa compensadora.

Alimentar o porco é a primeira mudança na rotina do criador. Entretanto, isto só vai ser um problema quando o espaço estiver ficando restrito e os porcos comecem a sentir dificuldade em encontrar alimento no ambiente.

Quanto mais distante de aglomerados urbanos for o sítio de criação, menor importância tem a alimentação dos porcos para os seus proprietários porque o ambiente é capaz de suprir as necessidades dos animais.

O ecossistema peridomiciliar, no seu processo de urbanização, tem diminuído a oferta de alimento. A densidade demográfica vai aumentando e o espaço para os porcos viverem tem diminuído. A crescente densidade demográfica associada ao estilo de vida destes criadores e aos hábitos alimentares dos suínos degradam o ambiente cada vez mais.

A relação entre ambiente e saúde é inquestionável (HELLER, 1998), assim como a relação entre saneamento e teníase-cisticercose.

Os criadores percebem este fenômeno e o manifestam no esforço que são obrigados a fazer para complementar a dieta dos porcos.

Outro fenômeno importante é a instabilidade na população suína nessas áreas, como se pode perceber na fala deste ex-criador: “Ah!... Se hoje eu tinha 35 a 40 porcos, amanhã não tinha nenhum também... Era assim.” (ex-criador)

Isso dificulta a determinação da população de porcos para o cálculo de amostras representativas.

2.2 Saúde animal

Quanto maior a cidade, mais os criadores se dispõem a falar sobre as doenças nos suínos. Os criadores, nas cidades maiores, são mais bem-informados, a maior densidade animal aumenta os casos de doenças e aumenta o contato entre o criador e seus animais, permitindo que os porcos sejam observados com mais cuidado.

Mesmo assim, as representações que os criadores têm sobre o ciclo vital do parasita estão muito distantes das descobertas científicas dos últimos 150 anos.

Essas representações vão gradualmente se estabilizando pela comunicação e pelo fazer cotidiano, formando uma comunidade de significados entre aqueles que participam deste coletivo (SPINK, 1993).

A cisticercose é conhecida pelos criadores por “canjiquinha” e é descrita como uma bolha cheia de ar. Sua patogenia é associada ao consumo de legumes crus, verdura crua e, curiosamente, passar sede. Por isso os criadores mais cuidadosos fervem a lavagem antes de oferecê-la aos porcos.

Além da cisticercose, outras doenças que acometem os porcos, citadas pelos criadores de Belo Horizonte, foram diarreia e febre intestinal.

De qualquer modo nenhuma delas foi associada a doenças humanas. Nem mesmo as crianças tiveram qualquer doença que pudesse ter sido transmitida pelos porcos, segundo os criadores.

A origem dessas representações são informações e julgamentos valorativos colhidos nas mais variadas fontes e experiências pessoais e grupais que são articulados segundo uma lógica própria, em uma estrutura globalizante de implicações (SÁ, 1993).

2.3 A Vigilância Sanitária

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ligada ao governo federal, tem como missão “proteger e promover a saúde, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços”, mantendo sempre a transparência e utilizando o conhecimento e a cooperação como fonte de ação.²

A finalidade institucional da Agência é promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados.³

As criações em Salvador e Belo Horizonte se distribuem em bairros miseráveis incrustados na sede municipal. A falta de espaço físico aumenta a densidade demográfica, aproximando os porcos de toda a vizinhança, gerando conflitos que acabam sendo mediados pelo poder público. O depoimento seguinte trata deste assunto:

² Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/inst/apresentacao.htm>.

³ Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/inst/apresentacao.htm>.

Eu comprava farelo direto lá do moinho, aí na Cidade Industrial. Então eu vendia os porcos em vários lugares: Vista Alegre, Cabana, Ribeiro de Abreu, Nova Suíça... Então, não parava os animais aqui muito tempo, não. E nessas alturas, a coisa foi melhorando, o bairro foi melhorando, né? Me denunciaram... Me denunciaram... Eu tenho um vizinho aqui muito bom, certo? Um muito bom, certo? E, então deve ser ele que me denunciou... O negócio é secreto. Eu tenho a ligeira impressão que foi por isso: vinha muita coisa boa, caixa de mandioca fechada, tomate, batatinha, jiló... a vizinhança pegava... Abria aquelas caixas, tirava tomate perfeitinho. Eu ganhava. Tinha repolho, muito repolho, batata doce. Aí o pessoal pegava e acho que ele ficava com vergonha, né? Que é mecânico e acho que ele ficava com vergonha de ir lá pegar ou deixar a senhora dele pegar... Então ele me denunciou... Eu soube com certeza que foi ele. Ah... deixa pra lá... Mas aí a fiscal veio... Até uma pessoa muito boa... Uma senhora, conversou direitinho com a gente e tal... Falou: É, Sr., vamos dar 30 dias pro senhor terminar aí, ó... (ex-criador)

Segundo a própria prefeitura de Belo Horizonte, a Vigilância Sanitária Municipal deve ser vista como um complexo sistema de normatização e controle da conjuntura sanitária, através do monitoramento e da avaliação dos perfis epidemiológicos distintos, da qualidade dos bens, produtos, serviços, atividades e procedimentos de interesse da saúde, do meio ambiente e do ambiente de trabalho, visando a redução de riscos para que se consiga uma elevação dos níveis de saúde da população.⁴

O risco à saúde advindo da criação de porcos está ligado à comercialização da carne de porco, colocando em risco os consumidores. Entretanto, a vigilância sanitária é acionada por vizinhos, que reclamam do mau cheiro e da presença de insetos, que também são fenômenos monitorados pela vigilância sanitária.

⁴ Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/smsa/vigilancia/historico.html>.

As reclamações da população quanto à criação de porcos não se fundamentam nas doenças propriamente ditas e sim no mau cheiro.

O que a fiscal da vigilância sanitária falou pro senhor terminar? (pesquisador)

Nada. O pessoal reclamou que tava dando mau cheiro... Eu lavava muito... (ex-criador)

O negócio ia melhorando ao mesmo tempo em que o bairro ia melhorando. A densidade humana aumentava o mercado de carne e trazia progresso para o bairro. O progresso nas relações sociais urbanas acabou criando um problema para o criador, que pela primeira vez é denunciado às autoridades municipais de saúde. O crescimento urbano ocorrido em Belo Horizonte aumentou a pressão contra a criação. Esses fatores contribuíram para mudar a forma de produção e ao mesmo tempo as relações entre os vizinhos.

Hoje em dia muita gente parou? (pesquisador)

Muita gente parou por causa da fiscalização. O lugar foi evoluindo, foi melhorando a coisa... E então muita gente parou. Eu tenho um amigo meu que comprava na minha mão, eu passei ele pra comprar na mão de outro amigo meu. Ele já não tá comprando mais também não. Ele tá indo nos açougues, comprando o pernil puro pra fazer lingüiça pra vender. Ele compra na mão desse moço, que é meu amigo ainda, é assim: tripa, sangue. Quarta-feira mesmo, ele foi lá, comprou barrigada lá, tripa de 30 porcos lá do rapaz, certo? Então ele tá fazendo lingüiça e chouriço lá dentro, parou de abater também. É que a coisa vai mudando, né, jovem... A coisa vai mudando... (ex-criador)

Os porcos estavam mais próximos dos criadores, que assim precisavam dispensar-lhes maiores cuidados. Assim, as mudanças obrigaram os criadores a oferecer alimento de melhor qualidade à medida que o espaço diminuía; manter uma pocilga onde os porcos permaneciam cada vez mais tempo e obrigava um manejo higiênico cada vez mais rigoroso.

As enfermidades do rebanho, então, começaram a ser mais identificadas. A maior densidade animal aumentava o contato entre os porcos, assim como o uso de raças cada vez mais exigentes e o maior contato dos criadores com seus animais, permitindo que fossem melhor observados.

E esse pessoal que consegue criar dentro da cidade?
(pesquisador)

Ah!... Mas eles estão eliminando esse trem tudo. Estão eliminando tudo. (ex-criador)

Já estão identificadas duas condições para a diminuição da quantidade de porcos errantes: o aumento da densidade demográfica da região e a ação do poder público responsável pela saúde mediando a relação entre os criadores e seus vizinhos, e não mediando uma relação entre os criadores e a saúde coletiva.

Na perspectiva dos criadores, os maiores obstáculos à expansão da criação de porcos em áreas urbanas são: alimentá-los e o mau cheiro da criação.

As áreas estudadas, tanto de Salvador quanto de Belo Horizonte, já apresentam urbanização consolidada, ambas com mais de 2 milhões de habitantes (Censo 2000).

3 Conclusões

Salvador e Belo Horizonte possuem bairros com características de ecossistemas endêmicos para *Taenia solium* em áreas urbanas. São bairros miseráveis onde há criação de porcos com acesso a fezes humanas.

Foram identificadas como formas de contato entre áreas endêmicas e áreas epiendêmicas: a migração de portadores

de teníase para bairros urbanizados e o fato de alguns criadores enviarem carne de porco cozida para emigrantes que estão morando em outros estados do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

O abate doméstico é reflexo de um sistema de vigilância sanitária incapaz, que acaba indiretamente estimulando o mercado informal de carne sem inspeção veterinária.

Melhorias satisfatórias no saneamento básico, que é a forma mais adequada para o controle da *T. solium*, não são prováveis de ocorrer em futuro próximo.

Fecalismo a céu aberto é melhor do que defecar em latrinas cujos dejetos são destinados a valas abertas que só contribuem para aumentar a concentração de ovos e a oferta de fezes humanas, atraindo ainda mais os porcos errantes que naturalmente são coprófagos.

O principal obstáculo à criação de porcos é a falta de alimento no ambiente degradado onde essas comunidades se localizam e o impedimento em deixá-los livres para buscar seu próprio alimento tanto pelo poder público quanto por fazendeiros das redondezas.

Essas dificuldades estimulam os criadores a promover o acesso deliberado dos porcos às fezes humanas, chegando a construir latrinas dentro do chiqueiro, onde os animais funcionam como verdadeiros biodigestores.

A vigilância sanitária é acionada devido ao mau cheiro da criação e não devido aos riscos de transmissão de doenças.

Suspeita-se que os diferentes graus de suscetibilidade que os indivíduos têm em tornarem-se criadores de porcos são mais importantes que as necessidades psicológicas e biológicas que possam ser identificadas a partir dos depoimentos e justificativas dos criadores.

As explicações causais dos fatos culturais podem ser estudadas por um tipo de epidemiologia das representações.

Os epidemiólogos construíram sofisticados modelos matemáticos para a transmissão das doenças que podem ser aplicados às formas de transmissão cultural.

A complexidade e as incertezas enfrentadas no controle e na erradicação da teníase-cisticercose envolvem soluções delicadas, dependentes de decisões de custo financeiro e político. Nessas circunstâncias, é previsível que sem um adequado fluxo de informações e disposição para negociações, as situações de risco, suas causas e conseqüências permaneçam ignoradas e sem solução, a despeito de serem de grande interesse público.

A erradicação da neurocisticercose em nível local requer atenção à experiência cotidiana das coletividades envolvidas, na qual o epidemiólogo, comprometido com transformações concretas das condições insalubres de vida e de trabalho em áreas urbanas ou rurais, acaba tendo que assumir, em alguma medida, os riscos e desafios que sua atuação implica e que, certamente, se desdobram para muito além da Ciência Veterinária.

A teníase, pela sua importância epidemiológica, deve ser de notificação obrigatória, ao invés da neurocisticercose, que tem mais relevância clínica do que epidemiológica.

4 Considerações finais

Não parece ser possível a elaboração de um projeto cultural que dê unidade e sentido à opinião pública dos cidadãos. Esta impossibilidade deve-se à incapacidade de formulação de “ideologias” totalizadoras, capazes de traduzir um denominador comum normativo de efeito mobilizador.

Segundo Rivera (1995), isto aconteceria em decorrência do império de uma razão tecnocrática e estratégica, que fragmenta, reifica e debilita os sistemas de idéias, incluindo os sistemas normativos (éticos) que condicionam a integração social. A revalorização de uma razão comunicativa, profundamente democrática, e o resgate da ética prática tornam-se verdadeiros imperativos diante daquilo que Habermas (1990) chama de colonização do mundo da vida pela razão funcional-estratégica dos sistemas de ação racional.

O risco da *Taenia solium* se espalhar para países ricos ou atingir classes sociais privilegiadas dentro dos países endêmicos é cada vez maior, sendo influenciado pelo potencial biótico do parasita, pela migração humana e por práticas de habitação que misturam, na mesma comunidade, culturas com diferentes padrões sanitários.

A hipótese metodológica deste trabalho para o estudo da epidemiologia da teníase-cisticercose nasceu da observação da transmissão do *Echinococcus multilocularis* no seu ciclo silvestre, que é dependente do relacionamento natural predador-presa. A *Taenia solium*, da mesma classe *Cestoda*, possui no seu ciclo sinantrópico, dinâmica de transmissão consideravelmente dependente do comportamento humano, seu único hospedeiro definitivo.

O ciclo biológico da *Taenia solium* é um só. Entretanto, ele se concretiza totalmente ou parcialmente a partir dos diferentes ecossistemas. Os processos adaptativos que o parasita desenvolveu durante sua evolução dependeram intimamente da própria evolução humana, e a forma como cada comunidade reproduz sua sociedade e sua cultura também influenciam a dinâmica da transmissão do cestóide.

Toda pesquisa possui seu componente empírico, objeto da sua experiência, e seu distinto componente teórico-metodológico.

O método epidemiológico precisa responder aos propósitos e às necessidades científicas estabelecidas por um dado grupo social, o que, em última análise, remete a discussão para o campo das lutas pela hegemonia no estabelecimento das políticas da ciência e tecnologia de uma dada sociedade, em um determinado momento histórico.

As perdas econômicas atribuídas à neurocisticercose humana têm sido usadas para justificar os financiamentos na área. Apesar disso, os programas de controle e erradicação destinados a populações marginalizadas caminham para a extinção ou para o corte do seu financiamento.

Quando há interesses econômicos envolvidos, como a fabricação de uma vacina, por exemplo, é possível conseguir articular a pesquisa com a iniciativa privada. Entretanto, as comunidades mais prejudicadas pela *Taenia solium* são compostas de pessoas excluídas social e economicamente. O apoio da iniciativa privada, nesses casos, é bem mais difícil de ser obtido. No Brasil, a situação é grave porque nem mesmo o Governo nem a opinião pública sensibilizaram-se em buscar soluções contrárias às bases doutrinárias do modelo liberal de racionalidade econômica, tão questionadas por segmentos da Epidemiologia.

Esta metodologia não se aplica ao âmbito dos estudos preditivos com a finalidade precípua de alocação de recursos.

As diversas abordagens na pesquisa epidemiológica da teníase-cisticercose estão relacionadas a diferentes ideologias.

Partimos do princípio que a criação de porcos origina-se de processos sociais e culturais, antes mesmo que as relações ambientais permitam que o cestóide infecte um indivíduo com pré-condições genéticas e somáticas favoráveis à reprodução do ciclo vital do parasita.

É inegável a influência que a reprodução do ciclo biológico da *Taenia solium* teve sobre a forma de existir do Homem: deixar de comer carne de porco, impedir a sua criação em áreas urbanas, fiscalizar toda a carne consumida. A criação de porcos chega a provocar sérias contendas entre vizinhos.

A importância de cada variável dependerá da dinâmica da transmissão em cada uma das comunidades onde a *T. solium* têm conseguido reproduzir seu ciclo biológico.

A urbanização, que é acompanhada da construção de latrinas e redes de esgoto não foi suficiente para impedir a transmissão do parasita.

O crescimento da sede municipal acaba englobando a zona rural, onde há criação de porcos. O crescimento da sede municipal atrai pessoas da zona rural que vão se estabelecer na periferia urbana e começam a criar e a ensinar a criar porcos a partir de qualquer um dos vários motivos descritos no curso deste trabalho.

Na zona rural e na periferia da zona urbana, a transmissão depende do contato íntimo e prolongado que se dá entre indivíduos que vivem numa mesma residência. Isso faz com que os casos de neurocisticercose fiquem agrupados nas residências, em torno do portador da solitária, caracterizando as áreas endêmicas.

Na zona urbana, o hábito de alimentar-se fora de casa associado ao costume de contratar empregadas domésticas de áreas endêmicas afetam todos os estratos sociais daquela comunidade e os casos de neurocisticercose não estão mais agrupados. A zona urbana funciona como ecossistema dependente do endêmico que pode estar na zona rural, na periferia das cidades ou nos bairros miseráveis incrustados nas grandes cidades brasileiras.

Até hoje, o único método comprovado de erradicação da cisticercose é o desenvolvimento das condições sanitárias, água potável e rede de esgoto e da aplicação da inspeção veterinária da carne, como ocorreu na Europa no início do século XX.

Atualmente, as áreas endêmicas estão no mundo subdesenvolvido. A teníase e a cisticercose são os maiores indicadores da miséria humana em países da América Latina.

O sistema produtivo vigente no Brasil tem como característica principal a produção anárquica de bens, mercadorias e serviços, fundamentada na busca do lucro e na exploração da força de trabalho. Esse sistema cria situações de risco e agravos à saúde individual, coletiva e ambiental, na medida em que envolve produtos, atividades e serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde, tais como os alimentos de origem animal e as intervenções sobre o ambiente (SINGER, 1978).

Por isso, a economia informal deve ser considerada setor da produção importante para a vigilância sanitária porque envolve um grande contingente humano formado pelo excedente populacional que não consegue inserir-se no mercado formal de trabalho, em cujas estratégias de sobrevivência se incluem atividades e produtos de interesse sanitário.

O papel da inspeção de carne na redução da transmissão da teníase e cisticercose, prática que foi adotada pelos países que erradicaram o parasita, é questionável nos municípios estudados. Há poucos abatedouros e a inspeção é mal feita. Na verdade, a inspeção sanitária nessas localidades encoraja o abate doméstico e o mercado ilegal de carnes.

As estratégias para o controle mais enumeradas pelos vários autores são as direcionadas ao agente etiológico, e não requerem mudanças importantes na situação social ou econômica: quimioterapia para teníase, vacinação de suínos, quimioterapia da cisticercose suína.

Entretanto, as estratégias mais valiosas para o controle da teníase-cisticercose são: a disposição segura do esgoto, a oferta de água potável e a educação em saúde pública. Todas essas ações produzem benefícios na área de desenvolvimento social que vão além da teníase-cisticercose, entretanto, são necessários certos avanços no estabelecimento de prioridades. Estabelecer prioridades é próprio da Epidemiologia.

Provavelmente o estilo mais comum de pesquisa interdisciplinar continuará sendo o de investigadores individuais indo além de suas respectivas disciplinas para tomar emprestados conceitos e métodos.

Dentre os fatores de risco mais estudados, o manejo da criação de porcos foi considerado por GARCIA (1995) como o mais acessível e de melhor custo/benefício!

Quem melhor que um veterinário para comunicar-se com um criador de porcos na busca de uma solução para os casos de teníase-cisticercose?

Os profissionais ligados ao setor precisam refletir e redefinir suas práticas e passar a olhar o criador dentro de seu contexto e como sujeitos que têm motivações e desejos que precisam ser respeitados.

A formação do médico veterinário, lidando com grupos humanos, deve ultrapassar o limite da informação técnica, primando por uma formação também humanista ou social.

A Vigilância Epidemiológica deve ter a sensibilidade para escutar o outro, funcionando a partir da identificação do agravo. A Vigilância Sanitária precisa articular-se com a inspeção veterinária de produtos de origem animal dedicando-se em assessorar, oferecendo consultorias técnicas, agindo sobre os fatores de risco, prevenindo o aparecimento dos agravos. É necessário desenvolver canais de relacionamento rápido e preciso entre essas três esferas.

As incertezas são inúmeras e, de modo geral, residem nas dificuldades de se prever com exatidão os riscos do agravamento de cada uma das patologias envolvidas: a extensão dos riscos relacionados à transmissão e à morbidade de cada doença, em cada localidade, cada trecho de rio, grupo etário, gênero, grupo cultural, em cada época do ano; os riscos relacionados à diminuição da biodiversidade em cada localidade, nas proximidades de cada grupo social; os riscos relacionados à saúde humana em cada situação de degradação social; os riscos relacionados a comportamentos da população e aos interesses políticos e econômicos. As incertezas já se evidenciam no fato do processo de desenvolvimento ainda não estar bem delineado, cuja máquina administrativa ainda está em formação, especialmente no que concerne à implementação de estruturas e mecanismos relacionados ao planejamento municipal, ao meio ambiente e à saúde e educação públicas.

O caminho rumo à situação desejável passa por buscar novos parceiros entre associações de moradores, escola, postos de saúde; pela participação mais efetiva das Secretarias Municipais e pelo uso de práticas sensíveis e específicas de circulação da informação, inclusive das críticas.

À Epidemiologia cabem os seguintes papéis: avaliar as contribuições, científicas ou não, discutindo o papel social, as implicações políticas e econômicas envolvidas na solução dos problemas levantados; somar a esses conhecimentos novos saberes; reavaliar periodicamente as investigações; levantar novas questões e proporcionar o estabelecimento de uma relação do tipo comunicativa entre os diversos grupos interessados.

O papel do epidemiólogo não pode se resumir a fornecer argumentação técnico-científica para enfatizar o óbvio: a necessidade de tratar a água de abastecimento, de prevenir a

contaminação das coleções hídricas e de tratar os esgotos. Há que participar de uma engrenagem suficientemente bem montada para sustentar discussões e negociações políticas pautadas pelo conhecimento científico e outros saberes sempre balizadas pela ética, para que os interesses em jogo resultem no bem comum (SOARES et al., 1998).

As condições para enriquecermos a pesquisa com esse novo tipo de prática que democratize a distribuição social de conhecimentos e habilidades já estão maduras. Mas, para que estes objetivos sejam alcançados, as tarefas mais árduas serão, sem dúvida, interagir com a cultura político-administrativa local e nacional e enfrentar as restrições orçamentárias crescentes que se abatem, atualmente, sobre todas as instituições oficiais participantes e que atingem, principalmente, os itens de dispêndio relativos a pessoal (FUNTOWICZ, RAVETZ, 1997).

Não dispomos de material suficiente para proceder a uma análise das representações sociais sobre o ambiente. Quanto à saúde, as dificuldades de trabalhar com informações que escapam à experiência e testemunho empírico imediato em grupos de adultos sem escolaridade mostraram-se como um dos desafios a ser encarado com criatividade, de modo a favorecer o estabelecimento do nexos causal entre defecação em sanitários e cisticercose suína.

Os paradigmas evolucionistas de progresso que fundaram os planos dos países desenvolvidos e embalaram os sonhos dos subdesenvolvidos, numa corrida de domínio sem limites da natureza e das outras culturas de forma predatória, só conseguiram globalizar fomes continentais, conflitos étnicos, comprometendo a qualidade de vida, poluição, desemprego crescente e estrutural, violência, esgotamento dos recursos naturais, extinção de espécies e desastres ecológicos.

Neste início de século percebemos que não existe um sujeito histórico privilegiado. Os protagonistas são todos os que, nas diferentes constelações de poder que constituem as práticas sociais, têm consciência de que sua vida é mais condicionada pelo poder que outros exercem sobre eles do que pelo poder que exercem sobre outrem.

As relações entre desenvolvimento e saúde dependem do ponto de vista. Quando se prioriza o desenvolvimento, a saúde coletiva adquire um valor instrumental, transforma-se em meio para alcançar o primeiro. A saúde coletiva é administrada de forma que as políticas que a regulam possam garantir a sustentabilidade econômica do desenvolvimento. A natureza, a sociedade, seus híbridos são explorados sem que se levem em consideração as repercussões dos processos produtivos com os quais se persegue um desenvolvimento concebido como crescimento macro-econômico.

As relações entre desenvolvimento e saúde mudam se o desenvolvimento tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos grupos humanos envolvidos nos processos produtivos, cuja conservação e renovação são necessárias para a sustentabilidade e equidade dos processos socioeconômicos e ambientais.

Isso não implica que os problemas de saúde e bem-estar social sejam conseqüências exclusivas de enganos científicos e tecnológicos. Os paradigmas sociais, econômicos e políticos de nossas sociedades desiguais são os que contêm os principais mecanismos dessas situações.

Nas áreas endêmicas, onde a transmissão é mais abrangente, os fatores sociais e culturais são os determinantes mais importantes de risco.

Referências

- FUNTOWICZ, S., RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. *História, Ciências, Saúde*. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.219-230, out. 1997.
- GARCIA, H. H. et al. Factors associated with *Taenia solium* cysticercosis: analysis of nine hundred forty-six Peruvian neurologic patients. *Am. J. Trop. Med. Hyg.*, v.52, n.2, p.145-148, 1995.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Espanha: Taurus, 1990.
- HELLER, L. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.73-84, 1998.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo / Rio de Janeiro: HUCITEC / ABRASCO, 1996. 269p.
- MINAYO, M. C. S., SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, v.9, n.3, p.239-262, jul.-set. 1993.
- MINAYO, M. C. S. et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 80p.
- RIVERA, F. J. U. *Agir comunicativo e planejamento social: uma crítica ao enfoque estratégico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995. 213p.
- ROSEN, G. *Uma história da Saúde Pública*. São Paulo: Hucitec, 1994. 423p.
- ROSENBERG, F. J., GOIC, R. Programas de control y prevención de la fiebre aftosa en las Americas. *Boletín del Centro Panamericano de Fiebre Aftosa*. n.12, p.1-22, 1973.
- ROZEMBERG, B. Saneamento rural em áreas endêmicas de esquistossomose: experiência e aprendizagem. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, ABRASCO-FIOCRUZ, v. 3, n.2, p.125-141, 1998.

SABROZA, P. et al. Doenças transmissíveis: ainda com desafio. In: MINAYO, M. *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1995. p.177-244.

SINGER. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1978.

SOARES, M. S. e col. Solução de problemas em saúde e ambiente: ciência pós-normal e comunidade ampliada de pares em um município brasileiro de pequeno porte. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, ABRASCO/FIOCRUZ, v.3, n.2, p.115-123, 1998.

SPERBER, D. Anthropology and psychology: towards an epidemiology of Representations (The Malinowski Memorial Lecture 1984). *Man*, n.20, p.73-89, 1985.

SPINK, M. J. (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993. 311p.

TAKAYANAGUI, O. M., JARDIM, E. Aspectos clínicos na neurocisticercose: análise de 500 casos. *Arq. Neuro-Psiquiat.*, n.41, p.50-63, 1983.

TAKAYANAGUI, O. M. *Neurocisticercose: evolução clínico-laboratorial de 151 casos*. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto: 1987. (Tese de Doutorado).

A colocação 'democracia racial' nas Ciências Sociais: um panorama das relações raciais brasileiras¹

Paulo Henrique Caetano *

* Doutor em Linguística Aplicada, Mestre em Literaturas de Expressão Inglesa e Licenciado em Letras (Inglês) pela UFMG; coordenador e professor do curso de Letras do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM. phcaetano@yahoo.com.

Resumo

O artigo propõe um histórico da colocação 'democracia racial' a partir das Ciências Sociais brasileiras como forma de compreensão de noções centrais nas relações raciais no país. São discutidas, a partir de um estudo crítico de Motta (2002), as três escolas mais proeminentes na interpretação da 'democracia racial', a saber, 1) o paradigma lusotropicalista de Gilberto Freyre; 2) o paradigma da luta de classes, associado a Florestan Fernandes; e 3) o paradigma das desigualdades raciais, associado a Carlos Hasenbalg.

Palavras-chave: lusotropicalismo, mito da democracia racial, relações raciais, paradigma da morenidade, mestiçagem.

Abstract

This paper offers a historical overview of the collocation 'racial democracy' in the perspective of Brazilian Social Sciences, as a means to understand central notions for racial relations in Brazil. Drawing on Motta (2000), three major lines of interpretation for the concept of 'racial democracy' are discussed: 1) the paradigm attributed to Gilberto Freyre, known as *lusotropicalista*; 2) the paradigm of class struggle, associated to Florestan Fernandes; and 3) the paradigm of racial iniquities, associated to Carlos Hasenbalg.

Keywords: *Lusotropicalismo*, myth of racial democracy, racial relations, paradigm of *morenidade*, race mixture.

¹ Este artigo foi extraído do capítulo teórico da Tese de Doutorado intitulada *A palavra-chave racismo e suas relações lexicais: uma análise crítica dos discursos sobre relações raciais brasileiras em corpus de jornal impresso*. A tese, orientada pela Prof. Dra. Célia Maria Magalhães, foi defendida em junho de 2007 na UFMG, na área de concentração Linguística Aplicada, na linha de pesquisa Estudos da Linguagem, Identidade e Representação.

Introdução

Este trabalho é dedicado a uma breve discussão sobre três momentos teóricos distintos no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, ilustrando, através deles, o desenvolvimento histórico de argumentos que ecoam nas relações raciais contemporâneas. Cientistas Sociais hoje, principalmente no âmbito da Sociologia e Antropologia, muitos(as) dos(as) quais com uma atuação próxima aos movimentos sociais negros ou mesmo protagonistas desses, já superaram criticamente esses marcos, apontando para outros caminhos na interpretação das relações raciais brasileiras. Ainda assim é central fazer uma reconstituição das noções que, de certa maneira, têm forjado as bases de percepção da questão racial brasileira historicamente. Tal preocupação visa interpretar os argumentos que são retomados ora criticamente, ora como pressupostos, dentro de diversas correntes de pensamento e escolas sobre as relações raciais.

Abordar tais relações no Brasil é um grande desafio dada a variedade de conceitos complexos e multifacetados, dentro das quais terminologias e idéias se confundem e se imbricam. Dissonâncias conceituais podem operar de modo a criar, naturalizar ou desafiar interpretações, interferindo no desenvolvimento e na agenda dos debates. Algumas noções realizam a tarefa de impor uma organização tácita à vida social, onde cruzamentos de valores de diversas ordens são atribuídos, por exemplo, a grupos humanos em determinados momentos históricos, e assimetrias éticas e democráticas passam a ser tomadas como naturais, como etapas lógicas de um suposto (e supostamente desejável) desenvolvimento civilizatório.

Evitar a discussão e os problemas epistemológicos que ela enceta é negar a importância de tal pauta na agenda mínima

de qualquer pesquisa com relevância social nessa área. E no Brasil, centro irradiador do ‘mito da democracia racial’, enfrentar essa questão, detalhando-a a partir de diversas perspectivas, é contribuir para uma melhor compreensão das formas e estratégias de significação que sustentam o racismo, bem como alternativas de combate.

O racismo, com todas as suas implicações ao longo da história no Brasil, não será jamais superado se seu combate for restrito à ação de quem é vítima dele, ou de quem é militante de movimento social negro. Essa é uma questão que todas as pessoas que reconhecem o problema devem enfrentar, em todos os níveis da discussão, em todos os setores da sociedade, em todos os espaços possíveis de uma já loteada democracia, bem como nas suas margens, onde alternativas podem ser construídas.

Quanto à organização do artigo, na primeira seção serão apresentados os três momentos teóricos mencionados e suas implicações conceituais. Na segunda seção será discutida a gênese da colocação e as abordagens críticas contemporâneas.² Nas considerações finais serão discutidas algumas tendências quanto à manutenção de conceitos e mudanças discursivas, além de um inventário crítico das abordagens.

² O termo *colocação* se refere a um conceito lingüístico que expressa a tendência de alguns itens lexicais (palavras) ocorrerem próximos de outros em determinados campos do discurso.

Motta (2000) apresenta uma organização relativamente didática para as orientações político-ideológicas das relações raciais, ainda que de maneira simplificada, a qual não é tomada aqui como interpretação definitiva dos trabalhos que ele relaciona, mas sim como uma relevante distinção teórica das escolas a partir da qual elaborar. São demarcados três

momentos teóricos, associados principalmente a Freyre (1984[1933], 1968[1936]), a partir dos anos 30; Fernandes e Bastide (1959) e Fernandes (1978), a partir dos anos 50; e Hasembalg (1979) e Hasembalg e Silva (1992), a partir dos anos 70.

O primeiro paradigma destacado é o da democracia racial de Freyre (1984[1933]), ainda que tal colocação não seja encontrada no texto do autor, fato a que Motta (2000) não faz alusão. Na verdade, Guimarães (2002, p.141-4) situa bem a expressão, atribuindo-a a Roger Bastide, quando este publica, em 1944, uma série de três artigos no *Diário de São Paulo*, intitulada “Itinerário da Democracia”, após sua primeira viagem ao Nordeste. Suas impressões são naquele momento muito influenciadas pelo trabalho de Freyre e, no terceiro artigo da série, de 31 de março de 1944, Bastide (*apud* GUIMARÃES, 2002, p.143) descreve Recife pela sua “imagem da democracia social e racial”. E, ainda que a expressão tenha sido aplicada a um contexto tão específico quanto ao da descrição da cidade, ela deu origem a diversas significações e desdobramentos em outros contextos. Porém, anteriormente à publicação de Bastide, Guimarães (2003, p.1) relata com menos certeza (“ao que parece”) que a “metáfora política” houvera sido usada em um seminário por Arthur Ramos, ainda em 1941, sobre a democracia no mundo após o fascismo.

Quanto a Freyre (1984[1933]), o principal aspecto desse modelo lusotropicalista de interpretação é a valorização do moreno, que Motta (2000) denomina paradigma da morenidade, o qual diluiria noções de identidade racial em detrimento de percepções no campo da cultura, da religião e da demografia. Dentro desse paradigma o país evoluiria em direção a uma mestiçagem natural, majoritariamente decorrente das peculiaridades da colonização portuguesa,

característica única do Brasil, que supostamente teria encontrado a fórmula harmoniosa de homogeneização racial. Conforme Freyre (1984[1933], p.53), “a mediação africana no Brasil aproximou os extremos, que sem ela dificilmente se teriam entendido tão bem, da cultura européia e da cultura ameríndia, estranhas e antagônicas em muitas de suas tendências”. Outro trabalho de grande vulto sociológico, *Sobrados e Mocambos* (FREYRE, 1968[1936], p.644-5), exalta o valor do mulato, que transbordaria “a simpatia à brasileira [...] o ‘homem cordial’ a que se referem os Srs. Ribeiro Couto e Sérgio Buarque de Holanda”, exprimindo “um desenvolvimento ou uma especialização social” e possibilitando a “passagem não só de uma raça para a outra como de uma classe para outra”.

Então, ainda que a raça esteja no cerne do debate, apenas a questão de assimilação de classe suscitaria preocupações legítimas, as quais seriam sanadas gradativamente no desenvolvimento social por uma transposição dos limites raciais (a saber, de branqueamento), obscurecendo tacitamente o problema racial real. Em outras palavras, a mestiçagem seria o fator positivo diferenciador na formação do povo brasileiro. Porém, ela é levada em conta a partir do momento em que implica em clareamento, pois sua lógica é estruturada na perspectiva lusotropicalista, que buscaria entender o desenvolvimento do elemento português nos trópicos.

Não se pode deixar de fazer alusão, ao encerrar a discussão desse primeiro paradigma, às contribuições da obra de Freyre, concordando com Munanga (1996, p.79), que entende que o grande mérito dessas foi demonstrar a herança positiva na cultura brasileira de “negros, índios e mestiços”, com influência no “estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo”. O grande problema é que, do desenvolvimento dessa idéia de mestiçagem cultural

paralela à mestiçagem biológica, a noção de democracia racial emergiria, supostamente gerando “um povo sem barreira, sem preconceito”, como Munanga (1996, p.81) observa criticamente.

O segundo paradigma, relacionado ao modelo sociológico “racionalista e progressista” de Florestan Fernandes (MOTTA, 2000, p.123), o mentor do revisionismo brasileiro (cf. COSTA, 2000), e seu grupo, tem, na avaliação de Motta (2000), um caráter mais científico em relação ao anterior, o qual fora interpretado como demasiado intuitivo. Para Motta (2000, p.121-2), Freyre escreve com “linhas muito sinuosas” enquanto Fernandes faz o contrário, em “linha reta”, com a ressalva de que “mesmo quando porventura escreve errado”. E a grande crítica a esse modelo é o fato de o marxismo característico da obra de Fernandes (ainda que este não nomeie claramente a categoria “modo de produção”, MOTTA, 2000, p.122) entender o racismo como um problema “ilusório”, decorrente de uma configuração específica na luta de classes, que subsistiria então “por força de certa inércia cultural” (MOTTA, 2000, p.123). E é nessa compreensão que Motta entende o quão paradoxais são as discussões da escola de Florestan Fernandes que, ao negar o conceito de democracia racial em detrimento da luta de classes, contribui para fortalecê-lo, destituindo de sentido os problemas reais decorrentes do racismo.

Fernandes e Bastide (1959) é um compêndio de cinco capítulos (que conta com colaboradores de pesquisa como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreinak), cuja introdução dá pistas para se perceber aspectos dessa escola que corroborem a interpretação do trabalho de Motta (2000) aludida acima:

O preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil do africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes, mas nem por isso vão variar os estereótipos antigos; mudarão apenas de finalidade. Entretanto, um novo tipo de preto afirma-se cada vez mais, com a transformação do escravo em cidadão, e o branco não sabe mais que atitude tomar para com ele, pois os estereótipos tradicionais já não se aplicam a esse negro que sobe na escala social (Bastide e Fernandes, 1959, p.xiii).

O preconceito de cor, então, serviria como instrumento de coerção e manutenção de posição de privilégio no interior da sociedade de classes, ou seja, um problema menor a ser superado pela organização do proletariado na luta de classes, e não um problema *per se*. A cor se torna um artifício identificador dos indivíduos quanto à sua posição na escala social. Confirmando isso, outra passagem da obra (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p.82) fornece uma interpretação objetiva de uma das discussões que serão desenvolvidas adiante, acerca da proeminência da cor como marca racial no Brasil e dos diversos posicionamentos em relação a ela enquanto categoria analítica (ver GUIMARÃES, 2004; MAGALHÃES, 2004, 2006a), tornando-se (a cor), na escola de Fernandes, um:

símbolo de posição social, um ponto de referência imediatamente visível e inelutável, através do qual se poderia presumir a situação de indivíduos isolados, como *socius* e como pessoa, tanto quanto definir o destino de uma “raça”. Neste sentido, pode-se afirmar que a cor não só transparecia na ‘anatomia’ da sociedade escravocrata de São Paulo, mas ainda intervinha, dinamicamente, em sua ‘fisiologia’ (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p.82).

Outro trabalho, Fernandes (1978, p.20), indica que “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se”, como se fosse possível buscar um

indivíduo ideal para “corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”. Apesar de reconhecer a responsabilidade da sociedade brasileira na vulnerabilidade social dos negros, a acriticidade implícita na expectativa de conformação com as demandas da república capitalista contribui para a naturalização de uma hegemonia simbólica danosa, ainda que tácita.

Antes de avançar para o próximo paradigma, é interessante retomar que a expressão democracia racial havia sido forjada como influência de uma interpretação positiva de Bastide acerca das discussões de Freyre (cf. GUIMARÃES, 2002). Mas Bastide, como parte do grupo associado a Fernandes, parece operar uma transição do primeiro para o segundo paradigma, pois seu trabalho vai subsidiar mais tarde a crítica a Freyre (1984[1933], 1968[1936]) no modelo de Bastide e Fernandes (1959) e Fernandes (1978). Então, ainda que a primeira impressão acerca do trabalho de Fernandes suscite uma crítica contundente à idéia de democracia racial e contribua para o entendimento dessa noção como mito, o fato de perceber o racismo brasileiro como um subconjunto residual na sociedade de classes dirime parcialmente o valor crítico dessa abordagem.

O terceiro modelo destacado por Motta (2000) é atribuído a trabalhos (HASEMBALG, 2005[1979]; HASEMBALG e SILVA, 1992) que discutem as relações raciais no Brasil a partir de indicadores demográficos e estatísticos, os quais comprovam a situação de desvantagens sócio-econômicas dos não-brancos no país. Assim como Bastide e Fernandes (1959) e Fernandes (1978), Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) também se opõem ao paradigma lusotropicalista da democracia racial de Freyre, só que de maneira distinta. Ao invés de atribuir o valor de

resíduo da escravatura ao problema do racismo, como Bastide e Fernandes (1959) e Fernandes (1978) o fazem, Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) defendem que o racismo toma outros significados, operando com mecanismos sutis de forma a situar os não-brancos nos índices de desvantagens sociais evidenciada nos dados quantitativos.³ O que Motta (2000) critica nas formulações de Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) é que essas se voltam para a observação das desigualdades, que demonstram claramente as vantagens dos brancos em detrimento dos não-brancos, mas não se ocupam em explicar ou provar empiricamente como o racismo é re-significado e como ele opera, de quem (ou o quê) contra quem. Assim, com a diluição de responsabilidades num problema comprovadamente perverso, no argumento de Motta (2000), tal modelo ainda não parece erradicar o espectro da democracia racial.

Porém, a demanda que Motta (2000) lança sobre o construto de Hasembalg parece por demais inalcançável, uma vez que o trabalho deste se insere especificamente na observação das conseqüências de uma repressão e de um “autoritarismo difuso” de “matizes paternalistas” com uma “delicada mistura de controles ideológicos e cooptação social” dos negros (HASEMBALG, 2005, p.267), análise que não permitiria de fato a explicitação de atores sociais, mas que contribui ainda assim para a “reconstrução da história social dos brasileiros de descendência africana” (HASEMBALG, p.17). Há que se lograr um avanço acerca da função mítica da ‘democracia racial’ como legitimadora de assimetrias sociais e também contra a “tendência a reduzir os problemas dos negros e mulatos àqueles da classe operária e das massas populares” (HASEMBALG, p.19), argumentos que estabelecem a crítica às escolas de Freyre e Fernandes, respectivamente.

³ As escolhas lexicais de ‘brancos’ e ‘não-brancos’ procuram reproduzir os termos utilizados nas referidas pesquisas.

É curioso também observar que o prefácio de *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (2005[1979]) é de Fernando Henrique Cardoso, partícipe da escola de Florestan e que realiza um movimento análogo ao de Bastide (cf. GUIMARÃES, 2002) quando este intermedeia entre os paradigmas de Freyre e Fernandes. Cardoso (2005, p.14) parece servir de passagem entre os paradigmas de Fernandes e Hasenbalg, destacando o “esmero acadêmico” do autor prefaciado e justificando, de certa maneira, a interpretação deste, ao dar pistas acerca da peculiaridade brasileira no que concerne a questão racial. Cardoso (2005, p.15) atribui o “sistema misto de acomodação e de repressão”, que seria o “mecanismo básico de subordinação aquiescente” da população não-branca, à ausência de rompimentos mais claros como a Guerra de Secessão americana, diferentemente do paradigma anteriormente apresentado.

Um destaque especial é dado à comemoração do centenário da abolição em 1988, na discussão de Silva e Hasenbalg (1992, p.139-41), que identifica um momento de “densidade simbólica” e rediscute a persistência do então cinqüentenário “mito racial”. Teve destaque nesse momento a criação da Fundação Cultural Palmares, no governo de José Sarney, e a re-significação do território da Serra da Barriga, no Alagoas, erigindo um marco ao Quilombo dos Palmares, supostamente com atenção às demandas dos movimentos sociais. Não se pode esquecer, no entanto, que foi o próprio Sarney quem tentou vetar um avanço em relação à Lei Afonso Arinos, de nº 1.390, de julho de 1951, na qual o racismo figurava como mera contravenção, tentando relegar as conquistas nas relações político-raciais à esfera da cultura, peculiaridade de “matizes paternalistas” (HASEMBALG; SILVA, 1992, p.143).

Porém, na Assembleia Constituinte de 1988, passa a Lei CAO (Carlos Alberto de Oliveira), “graças às pressões dos movimentos negros” (MUNANGA, 1996, p.87), que regulamentaria o princípio constitucional de classificar os crimes de racismo e práticas discriminatórias como inafiançáveis. Então é necessário argumentar que o advento da abolição e a comemoração de seu centenário devam ser vistos muito criticamente, pois intentam representar um protagonismo branco e não uma culminância das lutas dos negros, o que gerou inúmeros protestos dos movimentos sociais negros em várias partes do país, por vezes reprimidos pelos aparatos do Estado ou discretamente censurados pela mídia.

Dentro da lógica da democracia racial é possível sugerir certa complementaridade entre os paradigmas de Fernandes e o de Hasembalg quanto aos significados de raça, o primeiro como sistema de estrutura de classes e o último como sistema de estratificação social, ainda que partam de suposições diferentes. O primeiro, calcado na clássica interpretação marxista de classes antagônicas excludentes no acesso aos meios de produção e exploração da força de trabalho; o último, nas “formas, funções e conseqüências de sistemas de desigualdade social estruturada”, ou seja, “refere-se à distribuição diferencial de recompensas e privilégios” em um “processo individual de obtenção de status, bem como a transmissão intergeracional de desigualdade social” (HASEMBALG, 2005[1979], p.88).

Indiferentemente a essas interpretações, sejam elas complementares ou antagônicas, um destaque necessário a se fazer está no tratamento dado em Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) ao desenvolvimento organizado e à importância crítica dos movimentos sociais negros. Esses movimentos nunca estiveram ausentes em nenhum dos momentos históricos associados aos três paradigmas (cf.

Nascimento e Nascimento, 2000, p.204), no entanto, em Freyre (1984[1933]; 1968[1936]) e em Fernandes (BASTIDE e FERNANDES, 1959; FERNANDES, 1978), parecem estar alheios ou sujeitados às conquistas político-sociais. Em Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992) é conferida maior centralidade a um protagonismo de fato, fazendo desta contribuição teórica um marco de reconhecimento intelectual.

II

A colocação ‘democracia racial’ tem povoado os debates e sido investida de vários sentidos nas Ciências Sociais, desde 1944, quando foi primeiramente utilizada no Brasil por Roger Bastide, no jornal *Diário de São Paulo* (GUIMARÃES, 2002, p.143). A expressão foi usada em referência ao seu encontro com Gilberto Freyre e ao construto conceitual no trabalho deste, ainda dos anos trinta, a partir de uma noção mais abrangente, de “democracia social e racial” (GUIMARÃES, 2002, p.143-4).

Foram explorados acima os três paradigmas para interpretação da democracia racial e das relações raciais no Brasil, a saber, a escola de Gilberto Freyre (1984[1933]; 1968[1936]), como aquela que lançou argumentos para o surgimento do conceito, com ênfase no caráter positivo da interpretação da mestiçagem no Brasil, a partir dos anos trinta; a de Florestan Fernandes (1972, 1978; BASTIDE; FERNANDES, 1959), como a escola que estabelece a primeira crítica ao conceito, atribuindo a este a condição de mito não realizado e relegando a questão racial a uma condição de resíduo analítico, a partir dos anos sessenta; e a de

Carlos Hasenbalg (2005[1979]; HASEMBALG e SILVA, 1992; HASEMBALG, SILVA e LIMA, 1999), que, com uma crítica à interpretação centrada no antagonismo de classes de Florestan Fernandes (cf. 1972, 1978; BASTIDE e FERNANDES, 1959), faz uma análise mais sistemática das relações raciais, calcada preponderantemente em índices de desenvolvimento sócio-econômico, dados que reforçam a natureza paradoxal do conceito de democracia racial e conferem caráter determinante à questão racial no que concerne desenvolvimento humano (GUIMARÃES, 2000; SCHWARCZ, 2001; NASCIMENTO, 2003; PAIXÃO, 2003).

No contexto do movimento negro dos anos 40, no âmbito do Teatro Experimental Negro, entre 1948 a 1950, o jornal *Quilombo*, dirigido por Abdias do Nascimento, um dos expoentes da militância negra no Brasil, continha uma coluna permanente intitulada Democracia Racial. Nessa coluna escreveram importantes autores, como por exemplo, no primeiro número do jornal, de dezembro de 1948 (em NASCIMENTO, 2003), Gilberto Freyre, com o artigo intitulado “A Atitude Brasileira”. Neste artigo é delineada a tendência do país a se constituir numa verdadeira “democracia étnica”. No segundo número, de maio de 1949, quem assina a coluna é Arthur Ramos, com o artigo “A mestiçagem no Brasil” que é o prefácio do livro que iria lançar com o mesmo nome na França, em defesa do sucesso da mestiçagem brasileira. Outro artigo da coluna que chama a atenção é intitulado “O Movimento Negro Francês”, no nono número de *Quilombo*, de maio de 1950, assinado por Roger Bastide, que faz uma defesa da mestiçagem como valor intrínseco de várias civilizações, sendo também benéfica e desejável para a França. No décimo e último número do jornal, de junho e julho de 1950, outro nome familiar assina o artigo “Uma Negra e sua Equipe”, Murilo Mendes, que discute a presença

da atriz negra Katherine Dunham no Brasil num momento de efervescência do acesso dos negros à cultura e concomitante avanço do “fenômeno da negritude” (NASCIMENTO, 2003, p.109).

É importante ressaltar que essa publicação, o *Quilombo*, foi responsável por grande avanço organizativo dos movimentos sociais negros, para que seja contrastada com as orientações dos movimentos sociais negros a partir dos anos 70, que vão reformular de forma determinante sua relação com o conceito de democracia racial. O próprio Abdias do Nascimento, protagonista de várias ações do movimento negro nos anos 40, revê, em momentos ulteriores de sua militância, seu posicionamento em relação à noção de democracia racial (cf. GUIMARÃES, 2000).

Nas CS contemporâneas é notória, para além daqueles já aludidos até aqui, a grande quantidade de estudos concernentes à democracia racial brasileira que têm sido desenvolvidos, não somente no Brasil, como também, e significativamente, alhures. As perspectivas se diferenciam majoritariamente entre aquelas que ainda tomam a noção de democracia racial, ou mesmo o seu mito, como fator positivo para a identificação nacional, apresentando-a como ideal a ser alcançado, como entre os ‘neofreyreanos’ – “em referência à atualização que promovem do pensamento de Gilberto Freyre” (D’ADESKY, 2005, p.149) –; e outras que se situam de maneira radicalmente oposta, preconizando uma anulação completa de tal construto, tomando-o como nocivo para as relações raciais no país. Uma série de argumentos tem sido confrontada em trabalhos sobre essa questão, a qual, aparentemente superada como desiderato para um projeto de nação, ainda determina profundamente afiliações teóricas e políticas e pode surpreender pela atualidade e proeminência em certos contextos de análise (cf. FRY, 1996;

MUNANGA, 1996, 2005; GUIMARÃES, 2000, 2002; D'ADESKY, 2001, 2005; SCHWARCZ, 2001; TWINE, 2003; NASCIMENTO, 2003; TELLES, 2003; AZEVEDO, 2004).

Bernardino (2002, p. 254-5) aponta três consequências mais contundentes desse mito da democracia racial para a compreensão das relações raciais no Brasil, quais sejam, a crença de que não existem raças no país, pois a miscigenação teria diluído as “supostas essências”; o deslocamento da noção de raça para “uma classificação apenas baseada na cor”; e, finalmente, o entendimento de que falar e fazer pesquisa sobre raça implica importar idéias estrangeiras ou talvez, novamente como Fernandes (1972, p.25), no “preconceito de não ter preconceito”. E a somatória desses pressupostos, no nível da ação social no campo democrático, resultaria numa “atitude de neutralidade racial no momento da elaboração de políticas públicas no Brasil, fazendo pensar que com isso estamos construindo uma nação mais justa” (BERNARDINO, 2002, p.270), a saber, racialmente democrática. Em termos de análise de textos mediados acerca da questão racial, é válido investigar se as consequências do “fantasma de Freyre” (AZEVEDO, 2004, p.33) aqui apontadas podem ser discernidas nos ambientes discursivos onde a colocação democracia racial ocorre.

É importante ressaltar que o fenômeno da democracia racial brasileira é tratado em outras perspectivas disciplinares e em outros contextos culturais, como por exemplo, em Yúdice (2004, p.161), no escopo dos Estudos Culturais, que resalta a centralidade do papel de “negros e mulatos” e de suas “práticas culturais nas lutas para definir a brasilidade”. Tais práticas teriam sido cooptadas “pela mídia, pelos negócios (em especial, o turismo), pela política (inclusive a manipulação do carnaval), e outros fatores de mediação para a reprodução simbólica de um Brasil ‘cordial’”, resultando

em benefícios materiais para elites. Para ilustrar a dimensão da questão, é válido reproduzir outra passagem que pode ser tomada como síntese das relações raciais brasileiras a partir de tal perspectiva, além de apresentar grande afinidade com a discussão aqui apresentada:

‘Cordialidade’, ‘democracia racial’ e outros termos similares têm sido usados desde as primeiras décadas do século XX como as palavras-chave da projeção mítica do Brasil como uma sociedade não conflituosa. Os artistas e intelectuais brasileiros cultivaram esse mito como um meio de reconhecer a miscigenação que caracterizou o Brasil, afastando, ao mesmo tempo, a ansiedade que ela produziu nas elites e nos segmentos médios. A mestiçagem foi purgada de suas conotações ameaçadoras e travestida de uma camuflagem estética que transformou a ansiedade em orgulho nacional (YÚDICE, 2004, p.163).

Então, como inferido na passagem acima, na medida em que a democracia racial deixa de ser conceito positivo nos contextos mais especializados, ela parece, paradoxalmente, mais arraigada nos domínios do senso comum. Isso porque ela surge revestida de uma instrumentalidade operacional que foi reforçada pela suposta ‘cordialidade’ brasileira, traço apaziguador de conflitos e determinante do mito, em muito veiculado pela cultura de massas, assim como interpretado na área dos Estudos Culturais acima. Muito próxima da idéia de democracia racial, definidora das relações raciais no Brasil, está tal noção de cordialidade e, derivada desta, a noção de racismo cordial, também utilizada em alguns contextos para expressar essa suposta especificidade do Brasil. Apesar de antagônicos em sua natureza semântica, uma vez que um ideal de democracia racial diluiria a possibilidade de qualquer racismo, ainda que fosse cordial, é possível dizer que ambas as colocações são utilizadas como conceitos que caracterizam a brasilidade nas relações raciais, ou mesmo reforçam a noção

que Munanga (2005, p.137) descreve como “paraíso racial brasileiro”.

Sobre a “camuflagem estética” à qual Yúdice (2004, p.163) se refere, esse argumento pode ser corroborado pela investigação desenvolvida em Magalhães (2004, p.37), que identifica uma “estetização” das identidades raciais no Brasil, a qual classifica indivíduos a partir de um *continuum* de cores e que desloca representações “do campo da origem étnica ou cultural para o campo da cor da pele”, de modo a “criar uma imagem particular dessas identidades”. Tal “gama variada de cores” (MAGALHÃES, 2004, p.37) dilui antagonismos sócio-raciais e políticos, uma vez que dificulta a fixação de identidades (fatalmente em direção ao ideal de branqueamento) e contribui para o obscurecimento do racismo como problema nas relações raciais brasileiras, ou seja, realiza a “projeção mítica” (YÚDICE, 2004, p.163) do país da cordialidade e da democracia racial.

Considerações finais

Retomando os três paradigmas, merece destaque a interpretação encontrada em Florestan Fernandes, por ter atribuído um caráter mítico à democracia racial. Essa abordagem (FERNANDES, 1972, p.14) verificou que o negro havia sido “exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante” e que esse (o negro), como critério para participação nesse mundo social, deveria se “identificar com o branqueamento psicosocial e moral”, ou seja, “sair de sua pele, simulando a condição humana padrão do mundo dos brancos”. Fernandes (1972, p.16) interpreta tal pressão identitária em direção a

um “abrasileiramento que é inapelavelmente, um processo sistemático de branqueamento”, como característica que contribuiu para refutar (*ibidem*, p.21) a teoria “sustentada pelo Dr. Donald Pierson, de que o Brasil constitui um caso neutro na manifestação do ‘preconceito racial’”, apesar do “empenho da UNESCO pela confirmação da hipótese”, com o fito de “usar o ‘caso brasileiro’ como material de propaganda”. Ou seja, Fernandes (1972) constituiu a base para que fosse contestada, com credibilidade de rigor científico, a tese da democracia racial.

Uma célebre passagem em Fernandes (1972, p.24-5) que comenta a posição sócio-cultural dos brancos, é dirigida não ao ‘preconceito de cor’, mas, a “uma realidade moral reativa” que fora forjada no Brasil, “que bem poderia ser designada como ‘preconceito de não ter preconceito’”. Ou seja, ao invés de uma busca para compreender e solucionar os efeitos do ‘preconceito de cor’ para a sociedade, essa posição procura acusar uma possível “absorção do racismo” pelos negros, cujas ‘queixas’ são tomadas como influências ‘estrangeiras’ através dessa “‘inovação estranha ao caráter brasileiro’” (FERNANDES, 1972, p.25). É como se o ‘preconceito de cor’ fosse algo natural, imperceptível e não nocivo, e a discussão e a sistematização da causa deste é que fosse, de fato, a manifestação do racismo.

Então, o argumento em Fernandes (1972, p.29) de que, “sob a égide da democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade”, informa que a expressão não tem “nenhuma consistência e, vista do ângulo do comportamento coletivo das ‘populações de cor’, constitui um mito cruel”. Porém, o trabalho ainda divisava, a partir de tendências da nossa economia de subsistência e do desenvolvimento econômico, aliadas ao declínio da ordem escravista e à conseqüente

atenuação de critérios raciais, “elementos potencialmente favoráveis à emergência e à consolidação de uma autêntica democracia racial no Brasil” (*ibidem*, p. 29). Mas, o que realmente marcou esta abordagem é a denúncia deste “mito social”, que fora “criado pela maioria tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa maioria” (FERNANDES, 1972, p.41), resultando na restrição de “oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas do negro e do mulato, mantendo-os ‘fora do sistema’ ou à margem e na periferia da ordem social competitiva”, e impedindo “a existência e o surgimento de uma democracia racial no Brasil” (p.73).

A linguagem, na forma de discurso, como instanciamento do sistema social, e como um dos momentos da prática social, ao cumprir sua função semiótica, não somente revela, mas também constrói, inventa, destrói, transforma e é transformada; ela pode eleger ou impedir um presidente e até levar à guerra ou à revolução. A despeito do conceito de democracia racial, é possível detectar nos dias de hoje afiliações ideológicas próximas dos três paradigmas reconhecidos nas Ciências Sociais (cf. MOTTA, 2000), acusando uma situação discursiva ainda em construção e que requer observações cuidadosas. Mesmo que contestada e destituída de relevância analítica, ainda persistem noções não críticas de democracia racial. Paixão (2003, p.68), destaca “um profundo recuo no mito da *democracia racial* brasileira” nos anos 90, o qual teria sido causado, em parte, por uma intensificação em pesquisas sobre fatores de desenvolvimento humano, com a divulgação de indicadores sociais.

Então, mesmo que o mito tenha sofrido esse “recuo”, o item lexical *mito* aponta também para um entendimento mais crítico do significado dessa colocação. Por outro lado, *mito* pode sugerir uma interpretação mais naturalizada de democracia racial, esse fenômeno multifacetado teórico e

praticamente, reconhecidamente brasileiro, serviu e serve para ilustrar grandes contradições das relações raciais no Brasil.

Uma dessas contradições, a da mestiçagem como valor positivo, reside no fato de tal valor ser interpretado, na prática, como o caminho em direção a um branqueamento naturalizadamente desejável, o qual ignora a importância da diferença e negligencia a existência de um racismo estrutural. Outra contradição, de cunho mais político-ideológico, retornando à questão do mito, ao identificar a democracia racial como tal, dá centralidade à questão de classes e relega o racismo a uma condição de resíduo naturalmente superável. O que decorre é a noção de que o problema do Brasil se resume à pobreza, e que as relações raciais não constituem uma questão relevante para ser tratada de maneira distinta da questão social, sob pena de enfraquecimento da luta de classes. Ou seja, não obstante o caminho argumentativo que se toma, o que ressalta parece ser uma atenuação, ou mesmo colocação em segundo plano, das relações raciais, em benefício de outras questões. Isso remete à síntese de Bernardino (2002, p.250), na qual “a crença no mito da democracia racial é estruturante do sentimento de nacionalidade brasileiro” e opera “uma rara concordância valorativa entre as diferentes camadas sociais que formam a sociedade nacional”.

Pode-se aventar aqui outra interpretação, pouco ortodoxa, para o conceito de democracia racial. Tal conceito pode operar, ainda que em aparente relação de antonímia com racismo, uma naturalização e o apagamento das manifestações deste, reduzindo de forma considerável a oposição semântica entre ambos no contínuo sinônimo-antônimo. Ou seja, ainda que semanticamente contrários, a princípio, a democracia racial tem operado no Brasil como um fator atenuante das relações raciais, tornando-se, antes, uma agente do racismo estrutural.

Também acerca dessas contradições, elas foram, de certa maneira, ilustradas (ou atestadas) no terceiro dos paradigmas discutidos, associado principalmente a Hasembalg (2005[1979]) e Hasembalg e Silva (1992). Tais trabalhos evidenciaram as desigualdades raciais no Brasil, adotando uma metodologia rica em dados estatísticos, ainda que voltada majoritariamente para índices de desenvolvimento social. E, mesmo que não tenham conseguido provar de maneira cabal a relação dessas desigualdades com o racismo, ou com a discriminação racial, o que esse paradigma parece ter oferecido foram subsídios para uma intervenção mais concreta dos movimentos sociais negros junto a órgãos governamentais e junto à sociedade civil, pressionando por transformações em todas as dimensões da vida social.

Uma necessidade que ressalta é de um detalhamento das possíveis nuances nos posicionamentos em relação ao conceito de democracia racial, de forma a decifrar os mecanismos de coexistência de tal ideal com a “brutalidade do racismo” (FRY, 1996, p.135) nos textos e no mundo da vida, e sob quais predisposições de significação eles atuam.

Referências

ARAÚJO, J. Zito. *A negação do Brasil: O negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

ARAÚJO, J. Zito. Estratégias e políticas de combate à discriminação racial na mídia. In: MUNANGA, K. (Ed.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BASTIDE, Roger, FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes e Pallas, ano 24, n. 2, p.247-273, 2002.

COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, ano 24, n. 1, p.35-61, 2002.

D'ADESKY, J. A ideologia da democracia racial no limiar do anti-racismo universalista. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

D'ADESKY, J. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Ensaios 34, v. 1-2).

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 1º e 2º tomos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968[1936].

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984[1933].

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, A. S. A. Racial insult in Brazil. *Discourse & Society*, London, v. 14, n. 2, p. 133-151, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HASEMBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Trad. Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HASEMBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Trad. Patrick Burglin. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HASEMBALG, Carlos A., SILVA, Nelson do Valle, LIMA, Márcia. (Orgs.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HASEMBALG, Carlos A., SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995[1936].

MAGALHÃES, C. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras. *Linguagem em (Dis)Curso*, v. 4, n. especial, Tubarão, Unisul, p. 35-60, 2004.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, n. 38, p. 113-133, 2000.

MUNANGA, K. A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: uma vista panorâmica. In: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

MUNANGA, K. Prefácio. In: SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p.9-12.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, K. (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996a.

MUNANGA, K. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996b.

MUNANGA, K. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz, QUEIROZ, Renato da Silva. (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996c. p.213-230.

NASCIMENTO, Abdias (Ed.). *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Edição fac-similar do jornal *Quilombo* de 1948-1950. São Paulo: Editora 34, 2003.

NASCIMENTO, Abdias, NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-35.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das Idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Hélio; SARDEMBERG, Ronaldo Mota. Ações afirmativas para a valorização da população negra. *Parcerias estratégicas*, v. 1, n. 4, dez. 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Folha Explica).

SCHWARCZ, Lília Moritz. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 13-39.

SCHWARCZ, Lília Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.33-50.

SILVA, Petronilha B. G. e SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.). *Educação e ações afirmativas: da injustiça simbólica à injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. Por uma teoria da ação social da modernidade periférica: um diálogo crítico com Florestan Fernandes. In: SOUZA, Jessé. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b. p. 55-70.

SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, p. 135-155, Dezembro, 2000.

TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Trad. Ana Arruda Callado *et al.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TWINE, France Winddance. *Racism in a racial democracy: the maintenance of white supremacy in Brazil*. New Brunswick e London: Rutgers University Press, 2001.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

"Diagnóstico das nações": teorias raciais e Estado-nação no pensamento social latino-americano

Cláudio Lúcio de Carvalho Diniz *

* Professor e
coordenador do curso de
História do Centro
Universitário de Sete
Lagoas – UNIFEMM;
doutorando
no Programa de
Pós-graduação em
História Social da
Universidade Federal
do Rio de Janeiro –
UFRJ.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar a ingerência de modelos do chamado "racismo científico" no pensamento social latino-americano entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX. A hipótese principal é a de que o caráter pessimista das obras que trataram das nações e das nacionalidades na América Latina foi dado pela releitura desse escopo. Nesse sentido, os autores em questão, a despeito do hibridismo das idéias, guardam certa unidade no tom pessimista. Entretanto, o tom pessimista assinalava projetos nacionais.

Palavras-chave: América Latina, História das idéias, racismo científico, Estado-nação, pessimismo.

Abstract

This work has the objective of analyzing the interference of scientific racism model in the Latin American social thought between the end of 19th century and the middle of 20th century. The primary hypothesis is that the pessimist character of the works which analyzed the Latin American nations and nationalities was commanded for the re-lecture this scope. Following this reasoning, the authors in question, in spite of their hybrid ideas, demonstrate a certain unity in their pessimist mode. However, the pessimist tone marked the national projects.

Keywords: Latin America, History of ideas, scientific racism, Nation State, pessimism.

Introdução

No trabalho a seguir pretendo avaliar a conjugação entre a questão nacional e a incidência de modelos raciais de análise no pensamento social na América Latina entre o fim do século XIX e o início do século XX. O chamado “racismo científico” encontrou terreno fértil junto à maioria dos intelectuais latino-americanos. A propósito, o período em questão assinala, no pensamento social desta parte do mundo, a revisão do projeto nacional pelos realistas e modernistas. Ocorre, portanto, que se tem uma cultura marcadamente mestiça ou híbrida que produziu um pensamento eclético acerca de sua própria organização nacional. A matriz filosófica europeia encontrava na América Latina uma realidade multifacetada.

Os autores que buscaram compreender a nacionalidade sob a ótica da ciência, no período mencionado, estiveram envolvidos com um tipo de saber baseado na compreensão das “raças humanas”. É deste modo que intelectuais como José Martí, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Monteiro Lobato, Alcides Arguedas, César Zumeta, José Vasconcelos, Manoel Bomfim e Paulo Prado, dentre outros, ancoravam-se nestas análises para estabelecer práticas de representação da formação nacional.

Nessa mirada, num primeiro momento pretendo estabelecer uma discussão de caráter teórico a respeito da questão nacional. O objetivo é demonstrar as possibilidades de interpretações que mais se assemelham ao reflexo de espelhos justapostos. De autores mais engajados a um modelo de análise marxista ortodoxo, passaremos àqueles de caráter mais eclético. Não quero dizer que esses últimos seriam ingênuos em suas observações. Pelo contrário, a abertura do leque de

possibilidades oferecida pelas abordagens menos ortodoxas não implica um menor rigor teórico-metodológico.

Das questões teóricas sobre a constituição nacional, do estado e das nacionalidades, seguir-se-á uma abordagem das teorias raciais que encontraram maior expressão na literatura científica do período proposto. Pretendo demonstrar que alguns autores de peso adaptaram essas teorias às suas análises de um modo original. De certa forma, como mencionei, essas teorias chegaram num momento de revisão do projeto nacional e, por isso, sua expressividade e representatividade para a compreensão das idéias no período proposto.

Finalmente, pretendo estabelecer um elo entre o amálgama da questão racial com a questão nacional em autores que buscaram estabelecer uma síntese psichistórica de sua nacionalidade. Interessa demonstrar que, de maneira geral, essas abordagens refletiam uma concepção paradoxal de seu objeto. Na maior parte dos autores, percebe-se que a questão da raça é passível de ser solucionada com os “remédios” adequados. No entanto, a questão social precede a questão racial nas análises da obra de todos os autores aqui apresentados. As luzes que lançaram sobre a compreensão da identidade latino-americana ultrapassaram os limites puramente cientificistas. Suas obras expressavam também suas concepções – sem falar das aspirações – políticas.

A questão nacional

Segundo José Ramón Recalde, a construção das nações e sua organização política são um processo histórico que “se van gestando a lo largo de los siglos.” (RECALDE, 1982, p.10). O modo de organização nacional formar-se-ia antes mesmo que o próprio Estado Nacional. Para demonstrar sua hipótese, o autor faz uma ingerência em dois tipos de análise: a marxista e a weberiana.

A literatura marxista qualifica esse processo como a passagem do feudalismo ao capitalismo. Esse período é definido como sendo essencial para a formação das nações. Nação e nacionalismo são produtos do Modo de Produção Capitalista e, a organização nacional depende de seu desenvolvimento.

A análise weberiana, por sua vez, permite um quadro temático mais amplo.

La nación, y por consiguiente el Estado nacional, solamente surgen cuando sobre unas condiciones básicas generales se opera una transformación social por obra del nacionalismo. (RECALDE, 1982, p.28).

Nota-se, portanto, que esse tipo de análise valoriza mais os processos de inter-relação do que propriamente os fatores estruturais. Contudo, assim como as análises marxistas, os funcionalistas darão importância aos processos de mobilização social. Resguarde-se, no entanto, que os weberianos parecem não fazer uma distinção entre os grupos construtores da nação, ao passo que os marxistas acreditam que só a tomada de consciência das classes populares pode constituir a nação.

Para Recalde, portanto, o nacionalismo precede o Estado nacional. No entanto, que espécie de nacionalismo existiria na América antes da independência? Quais grupos

ou classes sociais compartilham desse horizonte de idéias? São questões que o autor não responde!

Numa análise um pouco mais acurada, Luis Vitale afirma que os fatores que concorrem para formar uma nação estão ligados a um processo histórico que se modifica continuamente.

El concepto de nación, como el de identidad nacional o cultural, hay que analizarlo en su desarrollo histórico, pues se va configurando en y por el proceso. (VITALE, 1984, p.257).

A nação, portanto, deve ser analisada no momento histórico em que surge. Segundo Vitale, o problema do Estado-nação na América Latina não é o de solucionar a questão nacional, senão a questão social. De qualquer modo, Vitale também identifica a questão nacional latino-americana como parte da estrutura capitalista ocidental. Para além de enfatizar a dialética da mudança no longo processo histórico das nações, Vitale ainda continua preso a uma análise balizada em uma visão conduzida por modelos europeus de análise.

No entanto, devo chamar a atenção para duas outras abordagens que, *mutatis mutandis*, apresentam alguma novidade em relação às duas abordagens anteriores.

É o caso das considerações de Ruggiero Romano em torno da nação e do estado na Europa e na América. Romano começa o texto conclamando uma resistência às abordagens europeizantes. Em outras palavras, o uso de um modelo de estado e de nação ancorado nas concepções de que os mesmos estariam condicionados por seus congêneres europeus do século XVI, seria um anacronismo. Assim também, afirma Romano, a idéia de nação que passa a predominar no século XVIII tem seu escopo no romantismo. A idéia de nação é muito mais espiritual que natural.

No me parece que – em sus sentidos originales – puedan servir a las finalidades de hoy en día (aunque tienen su importancia) porque, com frecuencia, natio y pátria se identifican com libertas. (ROMANO, 1989, p.78).

Para Romano a nação é uma invenção que não pode corresponder ao modelo de outra nação. A identificação entre estado e nação é uma invenção da historiografia otimista ou tradicional. As ditaduras latino-americanas do fim do século XIX atestaram o fracasso do modelo de Estado-Nação europeu. Não houve independência na América Latina; não houve luta contra a metrópole. Há um Estado Nacional criado por e para as elites. Deste modo, Romano enfatiza que nação, estado, pátria e liberdade só se concretizam num projeto nacional. Somente um modelo de interpretação do passado e de projeção do futuro feito pelos “naturais” da terra pode se tornar um projeto nacional autônomo. (ROMANO, 1989, p.78).

Na mesma mirada, Ricaurte Soler questiona a literatura que associa a formação dos Estados Nacionais ao surgimento e desenvolvimento das relações capitalistas de produção. As nações são anteriores ao capitalismo e não seu resultado.

El surgimiento de las naciones centralizadas em lo económico y político, está ligado con la aparición de las relaciones capitalistas anteriores a la consolidación del capitalismo. (SOLER, 1995, p.86).

Na análise de Soler, claramente tributária de Renan (*Qu'est-ce qu'une nation?*), fica evidenciado que a nação, sendo abstrata, também é fabricada diariamente. Há certo reducionismo na análise que identifica apenas fatores econômicos como características da formação nacional. A nação é uma construção histórica permanente.

A compreensão, portanto, do que seja nação e Estado na América Latina esbarra num escopo teórico-metodológico

centrado em modelos europeus. O questionamento das nacionalidades, das nações e dos estados desta parte do mundo é frequentemente apontado com olhar exótico. A constituição étnico-racial dessas nações, no momento em que eram fabricadas, também seria questionada pelo paradigma cientificista do século XIX. É o que pretendemos discutir abaixo.

O modelo “racista” na América Latina

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, em fins do século XIX, junto ao discurso liberal, colocava-se “um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção “consensual.” (SCHWARCZ, 1993, p.14). De modo que a argumentação racialista era expressa principalmente através de modelos exóticos de análise, ou seja, em modelos estranhos à realidade de latino-americana. Além disso, em quase todos os casos, esses modelos partiam do princípio de que a verdadeira raça era a branca. Nessa ótica, o mestiço seria uma espécie de sub-raça, inferior a todas as outras. Dentre as soluções apontadas, o princípio eugênico era o mais recomendado. No fim, como se sabe, restou ainda a “solução final”.

Muitas vezes as teses racialistas podiam ser adaptadas às realidades nacionais e, no entanto, não foram poucas as releituras de tais teorias. De fato, essas idéias representavam visões “de fora”, quase sempre equivocadas, da realidade nacional e, o eurocentrismo original precisou ser amenizado por alguns de seus principais defensores. Note-se que aqui não queremos denominar esses modelos raciais de análise de pré-científicos, o que seria mero reducionismo, mas o objetivo é enquadrá-los dentro de um contexto cujo conjunto de idéias pretendemos discutir.

Outro problema que aparece ao analisarmos o “racismo científico” é o próprio conceito de raça. Claro está que ele sofreu alterações semânticas ao longo dos séculos.

Os primórdios da noção de raça, portanto, nada tem a ver com uma diferenciação de grupos humanos segundo cores diversas ou outros critérios fenotípicos. (HOFBAUER, 1999, p.90).

Andréas Hofbauer demonstra que o conceito de raça é muito anterior ao seu uso no século XIX. No entanto, o estatuto de cientificidade e, por extensão, de verdade, só lhe será atribuído no século XIX.

De qualquer maneira, as teorias raciais formuladas a partir dos anos setenta do século XIX, tinham por fundamento *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin. A repercussão da obra foi quase imediata¹ e tornou-se referência obrigatória para toda comunidade científico-intelectual.

Para Darwin, existiria um mecanismo de seleção natural que privilegiaria as espécies mais adaptadas. Darwin insistia na unidade da espécie humana e na existência de subespécies do hominídeo. O fato, afirmava Darwin, é que o “grau de sua civilização parece ser o elemento mais importante para o sucesso na competição entre as nações.” (HOFBAUER, 1999, p.110). Acostumado a investigar a fundo as causas dos problemas que formulava, Darwin não deixaria de perceber que a questão nacional era um problema da sociedade, não da raça.

No âmago desse debate racial encontrava-se um projeto de conformação nacional. No Brasil e, em geral, na Iberoamérica, o próprio pensamento abolicionista tinha uma fundamentação mais embasada na “razão nacional” como projeto do que propriamente em ideais de liberdade ou, muito menos, de igualdade racial. De acordo com José Murilo de Carvalho, ao contrário da argumentação filosófica e reli-

¹ Existem controvérsias a esse respeito. De acordo com Santos (1995, p.126), o darwinismo como “teoria explicativa do processo de evolução biológica não aconteceu de forma imediata e/ou unânime como apresentado nos livros didáticos.” Segundo o autor, o fim do século XIX foi de eclipse para o darwinismo. Posição contrária é assumida por Schwarcz (1993), que vê afinidade entre o darwinismo e sua aplicação no Brasil. A autora se refere ao impacto de alto grau dessa teoria nos meios acadêmicos. O fato é que o próprio Darwin precisou se ancorar em antigos modelos, como o neolamarckismo e seus

giosa como recurso abolicionista na Europa e nos EUA, no Brasil, após a independência, predominaram as razões políticas. “Os abolicionistas viam o problema do ponto de vista da nação” (CARVALHO, 1988, p.307), contudo, nenhuma atitude radical foi tomada no sentido de libertação; a conformação “harmônica” da sociedade parecia-lhes mais adequada.

Não seria demais fazer duas referências para se ter idéia da extensão do debate. O poeta revolucionário cubano, José Martí, em abril de 1893, escrevia “numa noite nova-iorquina” que a harmonia das nações era quebrada pelo racismo. “Insistir em las divisiones de raza, em las diferencias de raza, de um pueblo naturalmente dividido, es dificultar la ventura pública y la individual, que están en el mayor acercamiento de los factores que han de vivir em común.” Em Martí é possível perceber a grande importância da razão nacional. José Martí insistia na idéia de um racismo justo, “que es el derecho del negro a mantener y a probar que su color no le priva de ninguna de las capacidades y derechos de la especie humana.” (Cf. MARTÍ. *Mi raza*). A idéia de nação de Martí comportava a unidade racial.

Joaquim Nabuco, no exílio em Londres dez anos antes de Martí, na obra *O abolicionismo* (1883), não pensava definitivamente em qualquer forma de racismo justificado. Contudo, à semelhança de Martí, no projeto nacional de Nabuco interessava mais uma conciliação racial com o intuito de formar uma nacionalidade. A escravidão impedia o desenvolvimento das classes sociais e, por extensão, do país. Segundo Nabuco (1988, p.141), “a escravidão na América é sempre o crime da raça branca.” Nabuco previa que a abolição imediata era o caminho para se evitar o caos econômico e social. “Por tudo isso, o poder da escravidão, como ela própria, é uma sombra.” (NABUCO, 1988, p.151). Para Nabuco, portanto, o fim do antagonismo entre as raças (“a que a

predecessores evolucionistas, para poder afirmar o seu próprio paradigma. Isso de modo algum impediu o conhecimento e divulgação de sua obra. Já a aplicação derivada dessa teoria é uma discussão que não cabe nesse trabalho. No entanto, sabe-se que no Brasil, entre as classes médicas, as abordagens raciais nunca tiveram muita repercussão (cf. SHEPPARD, 2001). A nossa análise se pautará por conciliar determinadas posturas teórico-metodológicas. Portanto, acreditamos que as posições anteriores não criam um impasse senão uma possibilidade efetiva de maior precisão. O darwinismo, de fato, não foi aplicado imediatamente enquanto prática médica, mas foi lido e transposto da biologia para a sociologia das raças por muitos pensadores, este é o ponto que interessa aqui.

escravidão é uma provocação constante, e que ela não deixa morrer, por mais que isso lhe convenha”) (NABUCO, 1988, p.160) somente ocorreria com o fim do cativo. Assim, Nabuco insistia na melhora da qualidade da “raça” em território nacional através da importação “para os trópicos de uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio que possamos absorver sem perigo.” (NABUCO, 1988, 170).

Na obra de Joaquim Nabuco, o ideal de construção nacional precede aos outros e é sua principal argumentação, mesmo em face da necessidade de “melhoria racial”. A idéia do negro como elemento determinante na formação do caráter nacional levava-o a aceitar essa “fatalidade”. O *abolicionista* era também um libelo dirigido às classes dominantes. O fantasma da revolução haitiana rondava a América. Nabuco lançava um alerta contra a fúria recalcada da escravidão. Ainda assim, a idéia de unidade nacional colocava-se como projeto principal.

O debate racial-evolucionista que adentrou os meios intelectuais latino-americanos nas últimas décadas do século XIX prolongou-se até a metade do século XX. Sua importância deve ser entendida no volume de obras norteadas por ele. O momento de colapso desse escopo deu-se quando os fatos revelados em campos de concentração europeus demonstraram o engodo de tal pensamento. A verdade é que as teorias racialistas e evolucionistas, quando buscaram caracterizar e hierarquizar as sociedades humanas, não passaram do puro reducionismo simplista. Nunca foram mais do que ideologias que atendiam a interesses de grupos específicos. Contudo, deve-se ter em conta sua importância para o entendimento do pensamento social latino-americano no período estudado. Faz-se necessário, portanto, um próximo passo, que é buscar entender como essas teorias foram aplicadas na análise sociológica da nacionalidade na América Latina.

"Racismo" e invenção nacional na América Latina

Num panfleto de cunho monarquista, Eduardo Prado denunciava o que denominou de *A ilusão americana* (1893). No momento em que o Brasil negociava com os EUA a proteção à legalidade republicana, Eduardo Prado denunciava as práticas parasitárias dos EUA para com as outras nações do continente. Obviamente, quase todas as impressões do livro foram confiscadas pelo governo de Floriano Peixoto. Segundo Eduardo Prado, "o espírito americano é um espírito de violência; o espírito latino transmitido aos brasileiros, mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulhice do bacharelismo, mas conserva sempre certo respeito pela vida humana e pela liberdade." (Prado, *A ilusão americana*). O anti-americanismo e, claro, o anti-republicanismo deram a tônica dessa obra proibida e confiscada pelo governo brasileiro. O projeto nacional de Eduardo Prado estava longe de poder ser colocado em prática por um governo republicano.

Escrito meia dúzia de anos após o livro de Eduardo Prado, *El continente enfermo* (1899), do venezuelano César Zumeta, conta com a presença dos modelos raciais de análise do pensamento social do período. Ao lembrar a Doutrina Monroe dos anos 20 daquele século, o autor alertava para as ingerências imperialistas através da novidade política da hora que era o *Big Stick*. De acordo com Zumeta,

se pretende aplicarnos esa doctrina porque en Europa y en la América del Norte prevalece el criterio de que somos inhábiles para fomentar los territorios que poseemos, según lo requieren los fines de la civilización actual. (ZUMETA, 1986, p.707).

Zumeta chamava a atenção para a necessidade de resistência ao imperialismo dos EUA a despeito das impurezas raciais do povo latino-americano.

Lo que no hemos hecho, dijo con razón Martí, es porque no hemos tenido tiempo para hacerlo, por andar ocupados en arrancarnos de la sangre las impurezas heredadas. (ZUMETA, 1986, p.711).

Zumeta reinventava o paradigma racista a ponto de apostar na purificação racial ao longo do tempo.

De fato, Zumeta oferecia um verdadeiro plano de defesa nacional. Seu projeto de nação exigia a defesa da autonomia territorial. É um libelo, creio, principalmente contra o liberalismo yankee. Nessa época os EUA interferiam diretamente no Panamá para construir o canal e estabelecer sua influência no cone sul. A solução para um povo inábil, segundo Zumeta, era se defender, mesmo quando a raça não contribuía.

Manuel Bomfim, autor de *A América Latina: males de origem* (1900), teve também sua interpretação da nacionalidade latino-americana. Nessa obra interessante, o médico e educador sergipano (radicado no Rio de Janeiro) tem uma interpretação original da nacionalidade brasileira. Bomfim atribuía a causa da falência da nação aos parasitas das classes superiores e não a uma degeneração racial favorecida pela mestiçagem. Sua obra denuncia “o eterno conflito dos oprimidos e espoliados com o explorador dominante – dos parasitados e parasitas.” (BOMFIM, 1993, p.231). Para Bomfim, versado que era no ideário socialista, as teorias raciais eram formas imperialistas de dominação. No entanto, atingir as elites seculares com um vocabulário médico (uma interessante idéia desconstrucionista do discurso racial) era propagar os ideais de uma república ainda a consolidar-se.

A obra de Manoel Bomfim somente passaria a ser conhecida após os anos trinta. Bomfim foi considerado um autor maldito numa época em que Afonso Celso era o guru do nacionalismo edênico.

Na comparação das obras de Zumeta, Eduardo Prado e Bomfim, é importante observar que, mesmo imbuídos do “racismo científico”, característico do horizonte intelectual de *fin du siècle*, adaptaram-no aos seus trabalhos. Nenhum dos autores é racista, embora não se possa dizer o mesmo de alguns mestres que formaram seus pensamentos. O mais importante, sobretudo, é o fato de que estes autores ofereceram uma perspectiva crítica em relação às nacionalidades da América Latina. Chegaram a propor, isso é evidente, alternativas ao problema do Estado nacional. Pode-se dizer que seu projeto era forjado numa crítica radical, profunda e inclemente.

De um continente enfermo a um povo enfermo não seria uma análise absurda. Nesse sentido, concorrem as obras de Alcides Arguedas e Paulo Prado.

Em *Pueblo enfermo* (1909), o boliviano Alcides Arguedas oferece uma análise psicológica da história de seu país. Para Arguedas o termo raça é relativo pela impossibilidade de definir exatamente suas características. As raças, segundo o autor, não são mais puras, não no século XX. Note-se, então, que Arguedas elabora uma releitura quase antropofágica das teorias raciais do século XIX.

Alcides Arguedas observa que a única raça verdadeiramente pura (“raza pura y madre”) em seu país é a indígena. A questão indigenista é clara no livro de Arguedas. A defesa dos índios está imbuída de uma idéia de crítica ao colonizador. No entanto, é o mestiço que marcará indelevelmente a paisagem. As mazelas bolivianas têm aí seu principal protagonista. Arguedas atribui a causa da miséria boliviana mais à

² Monteiro Lobato, em *Urupês* (1918), caracterizou esse mal-estar mestiço na figura do caboclo – o Jeca Tatu. Essa melancólica figura que “encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.” (LOBATO, 1994, p.161). Para Lobato, o caboclo era uma “quantidade negativa”, um sujeito alheio à história. “Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz formadoras de nossa nacionalidade, e metidas entre o estrangeiro voraz que hoje tudo invade e o aborígene de taboinha ao beijo, uma existe a vegetar de côcoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé.” (LOBATO, 1918, p.217-218). Num primeiro momento, seu pensamento se aproxima do conde de Gobineau, contudo, esse fatalismo em relação à raça mudaria na medida em que Lobato aderiu ao Movimento Modernista. Coisa estranha é que a aproximação com Paulo Prado, além de salvar a *Revista do Brasil*, fez Lobato pensar num remédio para o Jeca Tatu.

questão social do que propriamente à questão racial. Contudo, para além de sua originalidade, a visão de Arguedas não deixava de estar imbuída de padrões analíticos tipicamente europeus. *Pueblo enfermo* é obra que versa sobre os rumos de uma nação constantemente marcada por um sem número de golpes (de *jefes* políticos ou militares) que, na sua constituição étnico-racial, guarda algum tipo de inferioridade. De acordo com Arguedas, a esterilidade intelectual do povo boliviano estaria vinculada a um tipo de “evolução” deficitária derivada de um processo de ensino quase inexistente. Seu horizonte filosófico estava marcado por um ideário eurocêntrico que se colocava bem acima na cartografia civilizacional. Certamente ele observava “do alto”, porque buscava remédio para curar um “povo doente”. A originalidade de sua análise apresenta-se na releitura e adaptação que o autor impõe à literatura racista. (ARGUEDAS, 1936). Era o projeto de nação proposto a marteladas.

O escopo teórico racial que marca a história das idéias na América Latina, entre os anos setenta do século XIX até a metade do século XX, terá importância capital no livro *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado. O autor, assim como outros já apresentados, iria reordená-lo e adaptá-lo na configuração de seu ensaio. (Cf. BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO PAULO “MÁRIO DE ANDRADE”. Catálogo da biblioteca “Paulo Prado”).

Para Prado, o mestiço representava a “astenia da raça.” (PRADO, 1997, p.183).² No entanto, afirmava que a escravidão minou o organismo social, como já o tinha dito Joaquim Nabuco. A questão social era mais evidente que a questão racial, assim como estava inscrito na cultura intelectual da época. Suas preocupações se voltam para a sucessão das gerações. Para diagnosticar a tristeza como característica da nacionalidade brasileira, o autor paulistano preferiu

ancorar-se num escopo teórico insuficiente (e interrogativo) e adotar o paradoxo raça-clima para apresentar a patologia da tristeza nacional.

O único tipo racial formado no Brasil que deveria constituir um espécime puro foi o paulista, dos primeiros tempos. Não cabe entrar numa discussão regionalista, no entanto, Prado acreditava que o isolamento de homens fortes teria contribuído para formar aquilo que Moritz Wagner classificou de Ilha de Evolução ou, de acordo com Prado, “centro de isolamento.” (PRADO, 1997, p.138). Nos primeiros tempos os paulistas teriam demonstrado uma disposição racial mais inclinada à superioridade. O fato é que Prado não chega a afirmar categoricamente, mas fica subentendido que, na medida em que também os paulistas estabeleciam comunicação com outras regiões que descobriam, tornavam-se mais fracos.³ O fim da saga dos bandeirantes foi o mesmo de todos os brasileiros – a mestiçagem.

Ao concluir o *Retrato do Brasil*, Paulo Prado estabelece certa visão mais conciliatória do que pessimista por adotar uma postura diplomática claramente emprestada de Joaquim Nabuco. Para Prado, o problema das raças

é questão que a ciência vai resolvendo no sentido negativo. Todas as raças parecem essencialmente iguais em capacidade mental e adaptação à civilização. (PRADO, 1997, p.191).

Segundo o autor, a “raça cósmica”⁴ que se formou no Brasil somente ofereceria respostas ao problema de constituição nacional nas gerações futuras.

Esperemos, na lentidão do processo cósmico, a decifração do enigma com a serenidade dos experimentadores de laboratório. Bastarão cinco ou seis gerações para estar concluída a experiência. (PRADO, 1997, p.194).

³ Uma reflexão mais aprofundada acerca deste tema foi realizada por Prado no artigo “A Decadência” (1923). Nesse texto, Paulo Prado afirma que já no século XVII “entrava a Capitania de São Vicente em lento deperhecimento”. Segundo o autor, as qualidades da “raça” entraram em estágio de sonolência até a revolta de 1842, “mas essa mesma pouco mais durou que um mês.” Nesse artigo, Prado lança mão da teoria do Centro de Isolamento de Moritz Wagner para fazer reviver o período “heróico” da “raça” paulista. (Cf. PRADO, 1972, p.90-108).

⁴ A raça cósmica era um conceito utilizado na época de Prado para caracterizar o hibridismo racial ibero-americano. Este conceito é largamente discutido na obra *A raça cósmica*, de José Vasconcelos.

É importante deixar claro que a contribuição das teorias raciais nas obras arroladas anteriormente foi fundamental, mas não determinante. Os rasgos do “racismo científico” que povoam tais livros devem-se mais a um escopo teórico em voga no horizonte de idéias da época. De qualquer modo, nossos autores aproximam-se desse campo intelectual sem, no entanto, serem contaminados pelo seu determinismo. Isso equivale a dizer que a análise centrada na psicologia racial empreendida na América Latina não foi, exclusivamente, uma visão racista da história. As contradições dessas obras são evidências suficientes para sustentar essa afirmação.

Considerações finais

Em *Os rios profundos* (1971), do peruano José Maria Arguedas, fica evidente o choque entre mundos distintos. Ernesto, filho de brancos e criado por mestiços vai estudar na cidade (Abancay) longe da vida nas montanhas, em internato católico - mesmo choque deve ter sentido o autor que só aprendeu o espanhol aos 14 anos de idade. A contradição entre modos distintos de viver são evidentes em páginas que dissertam sobre a vida de um povo íntegro e sábio que é vítima do desprezo nacional. A relação de domínio estabelecida entre os “padrezinhos” e os grandes proprietários para com os mestiços, apresenta-se como uma metáfora da subordinação da América Latina às grandes instituições que a dominaram desde a conquista. Mais forte que esta espécie de *encomienderos* do século XX, apenas os rios que dominam o cenário local. Somente os rios profundos da infância prosseguem seu longo caminho, como o Apurímac ou o Pachachaca. “Belo cavalo de crina brilhante, incontido e

permanente, que marcha pelo mais profundo caminho terrestre!” (ARGUEDAS, 1977, p.63). Num tom carregado de lirismo Arguedas revela a metáfora da memória que mesmo recalçada ainda assim continua a fluir.

Os males que afligem *nuestra América* estão condicionados às formas predatórias de colonização e a um equivocado processo de independência. A interferência de um ideal de Estado-nação tipicamente europeu parece ter facilitado o caminho do desastre. Nossas instituições, por atuarem como algozes do povo, revelaram-se de modo desastroso, um verdadeiro fracasso. No entanto, enquanto os rios prosseguem seu caminho ininterrupto, nossos projetos nacionais desaguaram em terrenos de areia, inférteis. Ditaduras, corrupção, miséria etc., marcaram as representações mentais das gerações passadas e, sem reflexão democrática, também marcarão as representações das gerações futuras.

Esse quadro poderia ser pintado de forma niilista não fosse a esperança de um povo que sobrevive apesar de tudo. Procurei demonstrar neste artigo que, em face da imposição de modelos exóticos de análise da realidade esses modelos foram adaptados a uma espécie de *habitus* intelectual latino-americano. Para tanto, é necessário observar que grande quantidade de autores pautaram sua análise pela ferocidade crítica. A desconstrução de um ideário romântico a golpes de martelo.

O olhar pessimista teria sido uma espécie de estratégia intelectual de um grupo coeso de pensadores latino-americanos? Claro que não existiu tal plano escolástico na América Latina. Os olhares que foram lançados sobre a América não tiveram nada a ver com qualquer tipo de coesão intelectual. Longe disso, as revisões nacionais de alcunha pessimista estiveram ligadas a horizontes filosóficos típicos de épocas históricas. Definir uma cultura histórica do pessimismo

colocaria em risco a percepção da riqueza dos detalhes de cada obra analisada. As realidades nacionais distintas impossibilitam uma homogeneização dessa cultura pessimista. Melhor perceber a complexidade de seu hibridismo. O comum é o óbvio, a ideologia do dominador. As formas de enfrentamento dessa questão intelectual variaram de autor para autor, de país para país e de movimento para movimento.

Deste modo, intentei uma incursão inicial por caminhos conceituais. Era uma tentativa de demonstrar a reflexão sobre os pilares teóricos que sustentam o Estado nacional na América Latina. Numa segunda investida, procurei estabelecer o horizonte filosófico compartilhado pela intelectualidade latino americana nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade do XX. Finalmente, busquei demonstrar de que forma, imbuídos desse ideário racialista, grandes questionadores das nacionalidades na América Latina compuseram suas reflexões.

Torna-se evidente, portanto, que apesar das projeções desfavoráveis quanto às “raças” latino-americanas, os principais pensadores do período não foram de modo algum ingênuos. A questão social sempre foi mais problemática e difícil de resolver do que a questão racial. De José Martí a Paulo Prado, não houve quem não se afetasse mais com o grande descaso social do que propriamente com a composição racial da população. Essa, no entanto, também nunca deixou de ser um problema a ser resolvido pelas gerações futuras. Condená-los por sua paixão científica seria injusto se já não fosse anacrônico. O fato é que todos buscaram apresentar um projeto ou uma idealização do Estado Nacional latino-americano. “O homem contempla indeciso o mundo assim disputado, sacudido pelo sol e pelas nuvens tenebrosas que se precipitam.” (ARGUEDAS, 1977, p.107). E esses seriam os rios que continuam sua marcha por terrenos inóspitos.

Referências

ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*. La Paz: Ediciones Puerta del Sol, 1936.

ARGUEDAS, José Maria. *Os rios profundos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SÃO PAULO “MÁRIO DE ANDRADE”. Catálogo da biblioteca “Paulo Prado”. São Paulo: Departamento de Cultura, boletim bibliográfico, n. 5, 1945.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BURTON, Robert. *The essential anatomy of melancholy*. New York: Dover, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Escravidão e razão nacional. *Dados*. Revista de ciências sociais, v. 31, n. 3, 1988.

HOFBAUER, Andréas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

LOBATO, Monteiro. *Urupês: contos*. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTÍ, José. *Mi raza*. New York, 16/04/1893. Disponível em: <http://www.ensayo.com.uga.edu>. Acesso em 15 nov. 2003.

MOTTA FILHO, Cândido. *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Disponível em: <http://ebooksbrasil.com>. Acesso em 17 mar. 2003.

PRADO, Paulo. *Província e nação paulística: retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. (Col. Documentos Brasileiros, v. 152).

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

RECALDE, José Ramón. *La construcción de las naciones*. Mexico: Siglo Veinti Uno, 1982.

ROMANO, Ruggiero. Algunas consideraciones alrededor de Nación, Estado (y libertad) en Europa y América centro-meridional. (s.n.t.).

SANTOS, Ricardo Ventura. Da morfologia às moléculas de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: CCBF/FIOCRUZ, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SHEPPARD, D. de S. A literatura médica brasileira sobre a peste branca: 1870-1940. *História, ciências, saúde*. Mangueiras, v. 8, n. 1, p. 172-192, mar.-jun. 2001.

SOLER, Ricaurte. La nación latinoamericana: proyecto y problema. In: ZEA, Leopoldo (org.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. v. 3.

VASCONCELOS, José. *La raza cósmica*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1948.

VITALE, Luis. *Introducción a una teoría de la historia para a América Latina*. Buenos Aires: Planeta, 1984.

ZUMETA, César. El continente enfermo. In: UNAM (Unión de Universidades de América Latina). *Ideas en torno de latino América*. México: Universidad Autónoma de México: 1986. v. 1.

Democracia e controles sociais: o papel das associações comunitárias e a participação popular

Roberto Nogueira Lima *

Resumo

Não obstante vivermos no chamado Estado Democrático de Direito, ainda não vislumbramos uma participação popular mais efetiva de modo a legitimar as ações públicas, estabelecendo critérios qualitativos e quantitativos para o Gestor Público, especialmente no tocante aos municípios, local onde se concentram as ações de investimentos públicos, tanto sociais quanto de bens de capital. A falta de participação do povo nos processos decisórios decorre de uma dormência natural da população e da falta de incentivo das autoridades, temerosas de perderam o poder político.

Palavras-chave: Democracia, controle social, competência legislativa, Poder Executivo, participação popular.

Abstract

Despite living in the so-called Democratic Rule of Law, there isn't an effective participation in order to legitimate the public actions, establishing qualitative and quantitative criteria for the Public Manager, particularly regarding to municipalities, where the actions of public investment are concentrated, both social and capital goods. The lack of the popular participation in the decision making is due to a natural characteristic of the population and no encouragement from the authorities who fear losing political power.

Keywords: Democracy, Social control, Jurisdiction legislation, Executive Power, Popular participation.

* Professor do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM. Bacharel em Direito pela então FADISETE, hoje UEDI/UNIFEMM, é também Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio/MG. Especializou-se em Direito Público pela FADISETE. No mestrado, titulou-se em Direito e Instituições Políticas. No campo profissional é Auditor Fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, exercendo desde 2001 a função de Conselheiro do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, exercendo, desde 2003, a presidência do órgão julgador administrativo do contencioso tributário mineiro.

1 Introdução

O exercício da democracia, consubstanciado no uso da liberdade de expressão e no direito de ir e vir, sempre esteve em companhia dos movimentos sociais, ora centrados na ideologia da libertação, ora calcados na busca da dignidade humana. Os movimentos sociais existem desde priscas eras, em cada momento exercendo um papel diferenciado no contexto social democrático, de forma a assegurar, como no entender de Andrew Arato e Jean Cohen (1994), “a transmissão da cultura, a integração e a socialização”.

O conceito de sociedade civil evoluiu ao longo dos anos. Se, num momento antecedente, ao longo da história do pensamento político, era entendida como instituição intermediária entre a família e o Estado, mais tarde Marx, citado por Leonardo Avritzer (1994, p.33), vem afirmar que ela “se reduz ao sistema das necessidades, isto é, à economia capitalista, que de forma alguma pode ser considerada uma instituição intermediária na construção da vida ética”, passando a analisá-la “a partir da contradição entre proprietários e não proprietários”. Mais adiante, já na era moderna, Hegel, segundo Avritzer (1994, p.32-33), passa a reconhecer a importância da sociedade civil no contexto das relações entre o povo e o Estado, propondo que tais corporações desempenhem o “papel de organismos intermediários encarregados de criar uma ligação entre o individualismo egoísta do mercado e uma forma de solidariedade societária”. Com o passar do tempo, em contraponto a Marx e Hegel, Gramsci, ainda sob citação de Avritzer, vem conceber a sociedade civil como instrumento da organização da cultura, propondo um “entendimento multifacetário das sociedades modernas, de acordo com o qual esta deve ser entendida enquanto interação de estruturas legais, associações civis e instituições de comunicação” (p.34).

Com o surgimento e fortalecimento do socialismo no Leste europeu, o mundo passa a conviver com uma nova realidade de movimentos sociais. Segundo Avritzer, os movimentos sociais na Polônia fazem surgir “a reação contra a penetração burocrática do estado de bem-estar social em áreas organizadas em torno do princípio da interação social”.

Posteriormente, surgem os movimentos democratizantes nos países do Leste e da América Latina, também organizados em forma de sociedades civis. Leonardo Avritzer, em relação a tais movimentos, afirma que o seu “fortalecimento implicaria a estruturação de um terceiro pólo em sociedades que, até o momento, ou se estruturaram em torno do Estado ou em torno do mercado”.

Como se vê, é grande a contribuição da sociedade civil na pacificação política e consolidação da democracia institucional no mundo e, principalmente, na América Latina, especialmente na condução do processo de transição entre um regime e outro.

No México, ao longo do tempo, a sociedade civil não conseguiu um grau maior de organização, ficando sem a legitimação popular necessária para responder de forma eficiente e encaminhar as mudanças necessárias para a estabilização do processo democrático. Já no governo Salinas (1984-1988), buscou-se a participação popular com a criação do Programa Nacional de Solidariedade, que, no pensamento de Alberto Olvera, “converteu-se no coração do experimento salinista de construir uma nova base social de apoio para o estado” (p.34), com a criação de interlocutores nas comunidades, em substituição às mediações corporativas e poderes locais. Fracassou, no entanto, o projeto, segundo o autor, pelo seu caráter meramente populista. Os movimentos sociais começam a se firmar somente a partir de 1988, por meio de movimentos sociais criados pela Igreja Católica,

ganhando força nos idos de 1994, com a Comissão Nacional dos Direitos Humanos e as Organizações Não Governamentais.

Na Argentina, conforme nos ensina Enrique Peruzzotti (1994, p.220),

a união cívica, um movimento social organizado em prol da demanda pela efetivação de direitos políticos garantidos constitucionalmente, converteu-se no principal núcleo de oposição ao regime conservador.

Juntando-se a esse movimento, temos o *yrigoyenismo* e o *peronismo*, ambos movimentos populares que buscavam a realização das aspirações legítimas e constitucionais do povo argentino. Segundo o autor,

o período de transição para uma democracia constitucional ampliada demonstra um esforço consciente por parte de vastos setores conservadores de acabar com o déficit de legitimação originado pela discrepância entre práticas políticas e princípios constitucionais.

No Brasil, na mesma trilha dos demais membros da América Latina, os movimentos sociais se iniciam em busca da liberdade, privada que estava pelos regimes autoritários. Avritzer (1994) nos fala do surgimento de novos atores sociais na década de 70, em função do “milagre econômico”, afirmando que o

surgimento da sociedade civil brasileira está associado a três fenômenos principais, a saber:

1º) o surgimento de atores sociais modernos e democráticos; 2º) a recuperação por esses atores da idéia de livre associação na relação estado-sociedade, lado a lado com o questionamento de formas privatistas de relação estado-sociedade; 3º) a constituição de estruturas legais, público e políticas capazes de levar à institucionalização dos anseios político-culturais da sociedade civil.

O primeiro fenômeno decorre do processo de modernização, com o surgimento de inúmeros postos de trabalho, tanto no setor secundário, quanto no setor de serviços, em face do novo advento da administração pública. Segundo Valle Silva, em citação de Avritzer (1994, p.285), somente nas décadas de 60 a 80 teriam sido criados 13 (treze) milhões de postos de trabalho. A outra vertente se caracteriza pelo surgimento das forças sindicais e do rompimento da igreja católica com o regime autoritário. Por último, o surgimento de órgãos instituídos e legitimados, como por exemplo, a OAB e Associação Brasileira de Imprensa.

Citando Habermas, Avritzer (1994, p.290) destaca que

é a reflexividade adquirida pela prática dos atores sociais nos campos da cultura, da economia, da política e da ciência que transforma aquilo que era anteriormente considerado fato ou uma forma ingênua de lidar com coisas e eventos [...] em algo que pode ou não ser aceito... Normas sociais às quais os indivíduos estavam perfeitamente adaptados são, então, transformadas em possibilidades de regulamentação que podem ser aceitas como válidas ou rejeitadas enquanto inválidas.

Entretanto, Avritzer (1994, p.290) critica a sociedade civil brasileira, afirmando que:

lhe escapa, precisamente, aquilo que existe de mais importante na idéia de sociedade civil, sua permanência enquanto esfera constituída por um princípio de solidariedade social.

Ainda assim, pode-se afirmar que a institucionalização da sociedade civil propicia o surgimento de novo marco na administração pública, ao desempenhar o papel de controlador das ações do governo, devendo-se evitar, no entanto, que esse meio de controle se burocratize a ponto de intervir negativamente na atividade política e social. Sobre o assunto, Arato e Cohen (1994, p.166) assim se expressam:

Na medida em que associações são transformadas em organizações burocráticas, novas formas de associação, igualitárias e democráticas, tendem a surgir. Além do mais, bloqueios na modernização do mundo da vida devido à colonização são também contraproduativos para o Estado moderno e a economia na medida em que diminuem a legitimidade, reduzem a ética do trabalho, etc. Certamente, o resultado líquido dessas tendências não tem sido a reversão da reificação. Pelo contrário, o que reemerge é uma estrutura dualística de instituições da sociedade civil capaz de gerar uma série de potenciais alternativos para serem desenvolvidos posteriormente.

Por sua vez, falando sobre o papel dos movimentos sociais, Melucci (1994) afirma que “a influência dos movimentos sociais vai muito além dos efeitos políticos produzidos por eles”, podendo ocorrer uma “ampliação dos limites da política; uma mudança nas regras e procedimentos políticos, e uma transformação nas formas de participação no interior dos sistemas políticos”, resultando em novos modelos organizacionais incorporados nas grandes organizações e nos serviços públicos, produzindo novas elites políticas.

Assim, pode-se afirmar que a sociedade civil tem o papel não só de coordenação das atividades políticas e sociais, do exercício dos controles sociais, mas também a importante e maior função, consistente na democratização das instituições econômicas, de forma a alargar a base dos benefícios sociais, a socialização das classes menos favorecidas e o cumprimento dos dispositivos constitucionais imanentes.

2 O Estado Democrático

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5.10.1988, intitulada pelo então Deputado Federal Ulysses Guimarães de “constituição cidadã”, legitimou a república brasileira, alçando-a a um “Estado Democrático de Direito”. A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e a democracia, ganharam vulto no novo ordenamento constitucional, virando de vez a página do regime totalitário. A questão que se apresenta é a efetividade de tais institutos, ou seja, vê-los em prática, proporcionando ao povo tudo aquilo que a norma determina.

Para que se possa usufruir de seus efeitos, a primeira tarefa é identificar o que é democracia. Defini-la, contudo, é tarefa maior. Com efeito, Ribeiro Júnior (1994, p.25-26), em magistral pronunciamento, ensina:

Muitas palavras de uso diário são ilusórias. Ao ouvi-las, temos plena certeza de que as compreendemos perfeitamente bem, mas se subitamente nos pedissem para conceituá-las, descobriríamos que a nossa certeza não passava de uma ilusão incômoda. A palavra democracia é uma delas. Para o homem comum, a democracia pertence ao grupo das verdades eternas. Mas se perguntarmos em que consiste essa democracia, em que se crê sem reservas, ele se mostrará inquieto e incoerente. Talvez, a palavra sugira a ele a idéia de governo pela maioria e o direito de votar, como também ele pode identificá-la, vagamente, como liberdade pessoal e a igualdade de oportunidade. Nosso cidadão comum se encontra, pois, como um indivíduo que vê através de um vidro embaçado e não pode dizer com precisão o que vê. Esta incapacidade de definir ou conceituar não é incompatível, entretanto, com a profunda convicção de que a democracia é algo esplêndido e que a segurança do mundo depende dela.

¹ Conceito formulado em sala de aula, demonstrando a visão estreita da camada social em relação ao tema.

A transição do regime anterior para o novo modelo constitucional trouxe, num primeiro momento, uma interpretação pobre do que seja democracia. O direito ao sufrágio universal e a livre participação nos movimentos populares, estes últimos mediante passeatas e reuniões livres em praças públicas, passaram a se constituir no exercício da democracia. Era a tão sonhada liberdade dos povos.

Mais tarde, passados os efeitos da abertura política, da “democracia do apitaco”, conforme classificação do professor Rosemiro Pereira Leal,¹ sentiu-se necessidade de aprimorar a democracia, agora vista como liberdade, mas condicionada ao cumprimento de todos os direitos fundamentais lançados na Carta Magna. Assim é que não se vê a democracia sem que se atenda à dignidade da pessoa humana e sem que lhe permita o exercício pleno da cidadania. Do mesmo modo, não se pode se sentir em estado democrático sem que os fatores econômicos permitam uma vida digna ao cidadão brasileiro.

Com efeito, realizar a democracia é realizar a vida em sua plenitude, conscientizando o cidadão de seus direitos, sem esquecer do cumprimento dos deveres, que também faz parte do contexto democrático.

3 Os tipos de democracia

Não obstante a relatividade e ambigüidade cabíveis na conceituação de democracia, conforme nos alerta o professor Santana (1995), é possível estabelecer os tipos de democracia, quais sejam: a democracia direta, a representativa e a mista.

A democracia direta, tida como a expressão máxima do regime, ocorre nas hipóteses em que o próprio povo

participa do poder estatal. Exemplo clássico foram as Cidades-Estado, das sociedades grega e romana. Na atualidade, não se vê em prática o regime da democracia pura. E, sobre ela, Celso Bastos (1986, p.132) alerta:

As grandes massas não têm condições, se reunidas, de tomar decisões ponderadas e refletidas. A psicologia social já identificou com bastante precisão os fenômenos de despersonalização do indivíduo quando envolvido em movimentos multitudinários. Tudo isso são razões que apontam no sentido de tornar a democracia representativa a única viável na hora atual.

Na democracia indireta, temos a representação do povo pelos seus escolhidos, podendo se dar na forma pura (representados pelo Rei, por exemplo) ou por intermédio dos partidos políticos, mais atual. Esta forma de democracia teve origem “a partir das revoluções liberais ocorridas no século XVIII, não somente para colocar solução ao problema da causa demográfica, mas também para consolidar a forma aristocrática de governo”, conforme nos ensina Jair Santana (1995), vindo a se consolidar juridicamente após a Revolução Francesa.

Esse modelo admite, então, a representação política em que os governantes agem em nome dos governados. Para legitimação de atos, Santana (1995, p.40) destaca três questões que devem ser respondidas: “qual a natureza da representação política? Qual o fundamento jurídico da representação política? Quais os requisitos de subsistência da representação política?”

Para obter resposta, o professor pede socorro a Biscaretti di Ruffia, que assim cuida das questões:

Quanto à natureza da chamada representação política é necessário, sobretudo, eliminar algumas teorias, já superadas, mas que têm sido sustentadas nos últimos

tempos (entre elas: a) a da simples designação de capacidade; b) a do mandato ou da delegação de poderes por parte do povo; e c) a da representação da vontade), antes de demonstrar como aquela parece substanciar-se numa representação de interesses gerais (ou políticos). (SANTANA, 1995, p.45).

Em seguida, Santana (1995, p.45), interpretando a manifestação de Biscaretti di Ruffia, arremata:

Após refutar todas as teorias supramencionadas, [Biscaretti] opta por dizer que, em seu entendimento, a natureza da representação política pertence à categoria genérica da representação de interesses, acolhida pela dogmática jurídica junto à representação de vontades, explicando que a representação política leva em conta não a vontade de cada pessoa ou de determinados grupos de pessoas, mas os interesses gerais de toda a coletividade popular, resultantes de forças sociais e políticas que nela se movem.

O terceiro tipo, a democracia mista, também intitulada de democracia semidireta, vem para sanar as falhas, os erros e os abusos da democracia representativa, de forma a suprir a inaptidão da população para o exercício da democracia plena. Com efeito, Pinto Ferreira (1983, p.198) assim a descreve:

O ideal humano do progresso procurou tornar a democracia mais concorde consigo mesma, sintonizando melhor os sentimentos populares com a opinião dos representantes eleitos, mediante o transplante de determinadas instituições da democracia direta. Formouse, destarte, a nova forma histórica da democracia mista, também chamada de democracia semidireta, intercalada a meio caminho dos dois tipos clássicos e se aproveitando da experiência democrática dos séculos precedentes.

Entretanto, não obstante as análises anteriores, em que se afasta a democracia direta do cenário e se contesta a capacidade das grandes massas em vivenciá-la, Santana (1995, p.51) profecia:

A democracia do terceiro milênio, é bem possível, resulte no retorno à democracia direta. Permitem-nos tal assertiva, dentre outros motivos, os avanços tecnológicos aliados à politização da sociedade. Assim considerado, o referendo pode ser tido hoje como elemento de transição da democracia representativa para a democracia se não direta, ao menos mais participativa.

4 O exercício da cidadania e a participação popular

Na América Latina, a participação popular e a luta pela conquista de espaços vêm aumentando progressivamente, buscando novas relações entre governantes e governados, especialmente após a década de 90, quando se amplia o acesso das organizações civis na busca do desenvolvimento e no fortalecimento da democracia. Sob o assunto, Jacobi (2002, p.12) ensina:

A partir do final dos anos 1960, a noção de participação cidadã ganha importância, evidenciando a necessidade de arranjos institucionais que estimulem, desde a esfera estatal, a criação de canais de comunicação com a sociedade e permitindo que de alguma forma se amplie a esfera de engajamento dos cidadãos.

Em território nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu direitos e deveres dos cidadãos calcados no restabelecimento da dignidade humana, no exercício pleno da liberdade, da democracia e da cidadania. Para não escrever letra morta, o constituinte originário estabeleceu as premissas do desempenho da cidadania, de forma a evitar que a interpretação se restringisse ao exercício do voto. Assim, no parágrafo único do art. 1º, estabeleceu-se que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de

representantes eleitos, ou diretamente, nos termos” da Constituição, enquanto o Capítulo IV da Carta tratou dos “Direitos Políticos”, estatuiu:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

O plebiscito consiste na consulta prévia ao eleitorado para, então, adotar-se determinada providência política. No sistema brasileiro, o plebiscito foi adotado apenas três vezes. A primeira delas em 6 de janeiro de 1963, apreciando o Ato Adicional de 1961, decidindo o povo por não o incorporar ao ordenamento jurídico. Nas outras duas vezes, o contingente eleitoral foi chamado a se manifestar sobre a forma de governo – parlamentarismo presidencialismo – sendo a última em 21 de abril de 1993, já no atual modelo constitucional. Em ambas as consultas prevaleceu o sistema presidencialista. Hodiernamente, principalmente em Minas Gerais, várias consultas populares foram realizadas para fins de desmembramento de distritos, para criação de novos municípios.

Já o referendo, enquanto instituto de participação popular, de acordo com os ensinamentos de Bobbio (1994, p.1074), consiste no

principal instrumento de democracia direta, já que por meio deste instituto, o povo, ou, mais exatamente, o corpo eleitoral, participa, por via consultiva ou deliberativa, do processo decisório. É natural, portanto, que o destino do referendun tenha estado estreitamente ligado às vicissitudes da democracia direta.

Às vezes, referendo e plebiscito se confundem, causando discórdia na doutrina.

Por sua vez, a iniciativa popular é igualmente instrumento que permite a participação do eleitorado no governo e visa, de certo modo, suprir a inércia do Legislativo. Através dela, uma parte dos cidadãos eleitores propõe, dá início e deflagra o procedimento de elaboração de normas a se processarem no interior das Casas Legislativas.

É de se destacar a iniciativa popular nos municípios, uma vez que o constituinte originário prescreveu no inciso XIII, do art. 29, da CF/88, a possibilidade de “iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado”.

No direito comparado, Santana (1995, p.53) nos dá conta, ainda, dos institutos do veto popular e do *recall*. Dallari, em citação do autor retromencionado, diz que o veto popular “chega a ser denominado pelos autores norte-americanos de *mandatory referendum*. Dallari prossegue ensinando:

Pelo veto popular, dá-se aos eleitores, após a aprovação de um projeto pelo legislativo, um prazo, geralmente de sessenta a noventa dias, para que requeiram a aprovação popular. A lei não entra em vigor antes de decorrido esse prazo e, desde que haja a solicitação por um certo número de eleitores, ela continuará suspensa até as próximas eleições, quando então o eleitorado decidirá se ela deve ser posta em vigor ou não.

O outro modelo alienígena, o *recall*, constitui-se num meio através do qual se possibilita ao eleitorado destituir funcionários (que tenham sido eleitos) cujo desempenho ou comportamento não esteja agradando, aplicando-se, inclusive, aos atos do Poder Judiciário. Ambos são modelos norte-americanos, não obstante a existência em outros Estados.

Os três institutos do modelo constitucional brasileiro foram regulamentados pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998. O artigo 2º, caput, da referida lei federal define plebiscito e referendo como “consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa”, sendo que o primeiro (plebiscito) deve ser “convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”. Já o referendo deve ser “convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição”. Por sua vez, o artigo 13, caput, trata da iniciativa popular, que “consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.”

Ainda sobre a iniciativa popular, cumpre destacar: (a) o projeto “deverá circunscrever-se a um só assunto”; (b) “não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação”; (c) cumpridas as exigências do artigo 13, o projeto seguirá o processo legislativo, em seus ulteriores termos, consoante as normas do Regimento Interno da Casa Legislativa.

5 Os controles sociais

Estando os atos administrativos sujeitos aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, razoabilidade, eficiência administrativa e, principalmente, da publicidade, devem os administrados exercer com empenho o direito de controle dos atos públicos. Para tanto podem e devem fazê-lo mediante adoção de quaisquer técnicas válidas. Quer individualmente pelo exercício do voto direto e secreto, na escolha de candidatos comprometidos com os princípios democráticos e dispostos a estirpar de vez a indignidade, dotando a sociedade com o mínimo para uma sobrevivência digna, bem como pelo exercício dos controles coletivos, administrativos ou judiciais postos à disposição da comunidade. Exercê-los é a verdadeira prática da cidadania.

Apropriando-se da conceituação de Jacobi (2002, p.27) sobre a participação popular, pode-se afirmar que os controles sociais visam tornar “mais direto e mais cotidiano o contato entre os cidadãos e as diversas instituições do Estado”, permitindo que tais órgãos levem em conta o interesse da sociedade no momento de se estabelecer as metas governamentais e determinar os investimentos para o período de governo do eleito. O controle busca adequar a eterna falta de recursos às necessidades das camadas sociais menos favorecidas.

A participação popular busca o diálogo com os órgãos públicos, de forma a estabelecer correlações entre as demandas dos bairros – partes integrantes e ativas dos municípios, onde pulsa de fato o estado-mercado. O controle social nada mais é que a participação – por cobrança ou por controle propriamente dito – da população em relação ao acesso aos serviços urbanos e à dignidade da vida humana..

Na verdade, os controles sociais se dão pelo acesso irrestrito ao projeto cidadania, onde cada morador, de cada bairro, vila ou concentrado urbano, venha se interessar pelo seu destino e pelo destino de seus pares, enquanto integrante de um todo que precisa se organizar e buscar a participação efetiva na ordem administrativa municipal. Somente essa participação ferrenha, inspirada no exercício da cidadania, naquilo que de mais firme possa existir, é que efetivará os controles sociais, sob pena de, não o fazendo, deixar que o governante o faça a seu modo e prazer, em prol dele próprio e em detrimento dos munícipes e de toda a população. Os movimentos possibilitam um salto na qualidade da gestão pública, quando exercidos com a finalidade única de estabelecer um diferencial em relação às práticas políticas pouco recomendáveis no exercício da função pública. É o que diz Jacobi (2002, p.19):

Os movimentos não só exercem pressão sobre a arena política, como também ampliam seu espaço de inserção, conseguindo às vezes influenciar a agenda de gestão, graças à expansão do seu potencial participativo em conselhos de gestão tripartite, comissões de planejamento e outras formas específicas de representação.

Necessário, portanto, uma rápida e eficiente implantação dos controles sociais sobre a administração pública, de modo a permitir a efetiva participação do povo no processo democrático. Para tanto, há de se buscar a melhoria das condições materiais dos grupos capazes de efetivar o controle e a redução da burocracia, como instrumento de participação de todos os partícipes, enquanto por outro lado, há de se buscar a publicização da administração pública e a “institucionalização de princípios de autonomia democrática”, conforme nos ensina Held, citado por Jacobi (2002, p.20).

Para isso, três rumos básicos devem ser tomados:

a) implementação efetiva de um projeto de alfabetização consciente, onde se introduza no aluno a vontade de praticar o exercício da cidadania, construindo um novo homem capaz de se politizar sem se deixar levar pela fraqueza dos políticos profissionais;

b) com ou sem controle de uma federação nacional,² estimular cada vez mais o papel da imprensa, na busca da verdade e da divulgação imparcial dos fatos políticos e dos “mandos ou desmandos” praticados pelos oportunistas que assumem os governos nos três níveis. Com certeza, a imprensa se constitui atualmente no “quarto poder” e deve exercê-lo de forma a comandar as transformações sociais, na busca da participação das entidades de classe e na publicização dos atos dos poderes constituídos, ainda que dotados de caráter privado;

c) o desenvolvimento das associações comunitárias como *longa manus* do Poder Executivo.

² Não cabe neste pequeno espaço analisar a efetividade e oportunidade do controle da profissão de jornalista, se bem que várias outras atividades sujeitam-se, normalmente, ao controle profissional, como médicos, advogados, etc.

6 O papel do legislativo municipal

Ao longo do tempo o trabalho dos vereadores às Câmaras Municipais se viu deturpado e distante do que emana o texto constitucional. As prerrogativas dos edis postas na Carta Maior, com efeito, se prendem, num primeiro momento, à fiscalização dos atos do Poder Executivo Municipal, nos termos do disposto no art. 31 da CF/88, *in verbis*:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Outros dispositivos contidos no Capítulo IV da Constituição, que trata “dos Municípios”, também dispõem sobre as tarefas do Legislativo Municipal, bem como outras inserções no Texto Constitucional, a teor da regra insculpida no § 1º, do art. 182, que trata da elaboração do Plano Diretor e da política urbana a ser executada pelo Poder Público Municipal, portanto, a segunda tarefa dos vereadores, que é legislar.

Certo é que a Constituição Federal não delegou aos vereadores a tarefa de exercitar o clientelismo político, a prática do “empreguismo” e a tarefa de ação social, enquanto execução. Emprego e ação social são tarefas do Poder Executivo, que deve contar com o Legislativo apenas para elaboração e aprovação de leis, em especial as leis orçamentárias.

Joffre Neto (2003, p.427), em análise das atividades dos vereadores no Brasil, nos dá conta de que a atividade principal de 61% (sessenta e um por cento) dos vereadores brasileiros constitui-se em assistencialismo e clientelismo. Sobre a estratégia de ação, o citado autor comenta:

Como visto, o vereador é permanentemente pressionado por demandas assistencialistas ou administrativas: a pavimentação da rua, a manutenção das redes de drenagem, as vagas nas escolas, os empregos temporários de contratação sem concurso (transformados efetivamente em empregos permanentes pela inação do próprio Legislativo), as casas populares, as consultas médicas, os medicamentos, etc., numa série sem fim. A população pede ao vereador o que ele não pode dar, e o vereador acaba por prometer o que não pode cumprir, ou então há um caminho: negociar com quem tem a chave do “cofre das graças”: o prefeito. Instala-se uma confusão de papéis [...].

Enquanto o Legislativo Municipal se preocupar em votar projetos dando nome a logradouros públicos e a negociar obras eleitoreiras com o Chefe do Executivo, com certeza, não exercerá o papel maior, o de fiscalização dos atos de tal

Poder, até mesmo porque quanto mais próxima a ligação com o Prefeito, menor a capacidade de agir com a imparcialidade que a função política de vereador requer.

Também não é tarefa para vereadores a doações de bens materiais, o pagamento de contas, a ajuda social com a manutenção de fundações. Esse conjunto de procedimentos, com certeza, conduz à compra de votos e ao desvio de recursos públicos, pelas formas costumeiramente noticiadas pelos meios de comunicação.

É preciso, portanto, que se promova uma ampla rediscussão do papel dos membros do Poder Legislativo, de forma que eles assumam as prerrogativas que lhes são próprias, deixando para a sociedade civil e para o Poder Executivo as outras que não lhes competem, exceto enquanto cidadãos.

7 Um novo modelo de participação popular

Hoje em dia nota-se uma crise de representação das autoridades constituídas, especialmente pela enorme distância – não só geográfica – entre representantes e representados. Trindade (2003, p.61-62), analisando a matéria, e adotando os ensinamentos de Claude Lefort, assim enfoca:

Hoje o grande desafio da construção da democracia de massa, representativa, participativa e deliberativa supõe uma reflexão sobre o que Claude Lefort chamou, em obra clássica, de invenção democrática. Como ensinou o pensador francês, é “graças à representação que o Estado não se fecha sobre si mesmo, que o Estado não se pode tornar-se o centro de todo o poder, mas compõe uma arena política onde se exprimem os conflitos da sociedade em seu conjunto e se mantém o princípio da diferença que caracteriza a sociedade democrática”.

Assim, diante do clamor do “Estado mínimo”, deve-se admiti-lo para todos, não somente para os pobres, conforme destaca Aldo Rebelo, em artigo publicado no “Diário Correo da Cidadania” (disponível em: <http://www.galizacig.com/actualidade/200104.htm>. Acesso em 26 out. 2004). Portanto, é possível admitir que o Estado mínimo também ocorra em relação ao poder da Administração Central, retirando uma parte desse poder, democratizando-o com a sociedade.

Portanto o objetivo principal da participação popular, conforme menciona Borja, em citação de Jacobi (2002, p.27), é:

facilitar, tornar mais direto e mais cotidiano o contato entre os cidadãos e as diversas instituições do Estado, e possibilitar que estas levem mais em conta os interesses e opiniões daqueles antes de tomar decisões ou de executá-las.

Assumindo o Poder Legislativo o exato papel que lhe destinou o constituinte originário, como proposto no capítulo anterior, duas grandes frentes de participação e trabalho se abririam. Em uma delas, o Poder Executivo assumiria de vez as tarefas que lhe foram destinadas, na busca do pleno emprego, da distribuição de renda, do desenvolvimento social, da manutenção dos direitos e garantias sociais, com a inserção do ser humano na vida econômica dos municípios, dando voz e vez a todos, sem clientelismo, mas com ações sociais voltadas para a população. Não se pode esquecer, é evidente, das obras de engenharia, como manutenção de vias públicas em estado mínimo de utilização e urbanização de vilas e aglomerados. Sobre o tema, Santos (2003, p.43) assim se pronuncia:

A insegurança social decorre basicamente da mutilação a que a Constituição foi submetida. Universalizar o usufruto dos direitos constitucionais verticalmente, isto é, a todas as classes sociais, e horizontalmente, vale dizer, em todas as regiões do país, pode muito bem ser uma bandeira

política que, associada à obsessão pela criação de emprego, constitua o alfa e o ômega do que a população tem direito pelo pacto político que deseja assinar com o governo.

Para dar vazão à obra de tamanha envergadura, o Chefe do Executivo não mais se apoiaria no Legislativo Municipal, deixando de transferir recursos nem sempre bem empregados ou minimamente empregados, uma vez que fiscalizados pelo próprio executor. Para não ficar só, chamaria para sua companhia a sociedade civil que, se induzida a se organizar efetivamente, tem muito a contribuir com a gestão pública.

7.1 O papel das associações comunitárias

Por tudo que se disse até aqui, o grande desafio da democracia é repensar a representação, seja ela direta, indireta ou mista. Melhor que seja a primeira, com a efetiva participação do povo.

Hodiernamente, os bairros passaram a ter papel preponderante na expansão urbana, quer pela necessidade econômica ou pelas vantagens de se permanecer próximo à área residencial. Determinados municípios acabaram por ver construídos verdadeiros “centros comerciais e de serviços”, que às vezes superam a área central do município, o conhecido “bairro centro”.

O governo central, seja ele federal, estadual ou municipal, nem sempre dispõe de aparatos suficientes para controles interno e externo da execução de obras e serviços, prioritários ou não, definidos pelos programas plurianuais de governo, ou inventados de última hora, em cada esfera. Não é à toa que Santos (2003, p.42) enxerga com proeminência o grande problema da administração pública. Ao enfocar tal condição, afirma:

A eficácia das políticas públicas depende da capacidade do Estado de extrair obediência a distância. É isso que disciplina o atendimento dos serviços públicos ou a execução de obras governamentais lá onde não existem quartéis ou vigilância permanente. Pelo estilo da descrição, parece que me refiro aos extremos cartográficos do país. Não, refiro-me a qualquer esquina da qual esteja ausente a presença física do poder público.

Diante de tal quadro, e pensando na “reforma do papel do legislativo”, vislumbra-se uma nova era para a sociedade civil e, nesse caso, representada pelas associações comunitárias, às vezes conhecidas como “associações de bairros”.

A grande questão que se apresenta é a seguinte: estariam elas capacitadas para execução de tarefa de tal natureza e importância?

A resposta inicial é não. Porém a capacitação é o instrumento transformador da humanidade e, nesse caso, leia-se: alfabetização, instrução e preparação para o exercício da atividade, ou seja: escola para todos.

Necessário, também, que, por ocasião da preparação da sociedade para o exercício de tal mister, ocorra uma politização nos termos do instituto da política, mas, em revés, uma despolitização político-partidária. Como se sabe, hoje, o papel do representante (diretor ou presidente) da associação comunitária é visto como ponto de partida para ingresso na carreira política (a vereança, por exemplo). Persistindo tal ideal, não é possível acreditar num futuro novo e num papel diferenciado para as associações comunitárias. Ao contrário, sim, politizados, mas com visão da coletividade, sem pensamento individual, é possível pensar em uma nova relação comunidade e governo central.

De se destacar os papéis já adquiridos pelas associações comunitárias, principalmente a representação coletiva advinda da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que “disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos

causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”, bem como a colaboração com o Ministério Público, prevista no § 1º, do art. 216, da Constituição Federal de 1988.

7.1.1 O controle dos atos discricionários dos agentes públicos

Como é do conhecimento de todos, os atos administrativos se subdividem em vinculados e discricionários. Aqueles do primeiro grupo são de consecução obrigatória pelos agentes públicos, presos ao rigor do ordenamento jurídico, devendo praticá-los tal e qual for definido pela legislação pertinente. No segundo grupo, figuram os que admitem certa dose de preferência do chefe do poder, mantidos os critérios de razoabilidade e eficiência administrativa. Sobre esses, a camada social não tem nenhum poder de controle, ficando livre ao Prefeito Municipal, por exemplo, escolher entre construir uma fonte luminosa ou uma creche para abrigar todas as crianças necessitadas do município.

Exemplos claros desses atos podem ser vistos na fala de Comparato (2003, p.52), em análise dos efeitos perversos da centralização de poder nas mãos do Executivo. Destaca o ilustre jurista:

Até o governo FHC, fomos condenados a assistir, impotentes, à negociação indecorosa para liberação de verbas orçamentárias, quando não ao suborno puro e simples de parlamentares, no interesse privado do governo ou do próprio presidente da República, como se viu em 2001, ao se impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre atos de corrupção no governo federal.

Com certeza, a liberação de verbas para finalidade não vinculada aos dispositivos constitucionais (saúde e educação) constitui-se em ato discricionário e esse citado poder se estende, pelo princípio da simetria, ao Poder Executivo Municipal, ressalvada a capacidade financeira de cada esfera governamental.

Estando as associações comunitárias próximas ao poder, no caso dos municípios, e no seio da sociedade, o combate à ineficiência administrativa fica facilitado. Se não é proibido distribuir verbas orçamentárias a fundo perdido, pelos menos podem ser tais verbas endereçadas a despesas reconhecidas pela população como necessárias e emergenciais, dentro de um critério determinado pelos próprios usuários do serviço público. Nessa linha, talvez o governo central se veja obrigado a construir a creche para os necessitados, em detrimento da fonte luminosa que encheria os olhos dos visitantes.

7.1.2 O controle dos gastos públicos

Outro ponto crucial na administração pública diz respeito à prestação de contas dos gastos públicos e dos serviços prestados. Melhor dizendo, dos custos das obras e dos serviços públicos postos à disposição dos munícipes. Santos (2003, p.33), comentando sobre a “universalização da democracia”, destaca:

Em incidente de há pouco o secretário do Tesouro norte-americano fez referência descortês à América Latina. Segundo ele, um dos obstáculos à maior e mais rápida ajuda dos organismos internacionais a alguns países latino-americanos, entre eles, nomeadamente, o Brasil, seria a incerteza sobre o destino dos recursos destinados para nosso país. Explicitamente, disse ele que, por conta de

incontrolada, ou incontrolável, corrupção, temia que a ajuda financeira terminasse por se hospedar em sigilosas contas bancárias na Suíça.

É evidente o desconforto causado pelo pronunciamento do norte-americano. Primeiro, pela intromissão dos “gringos” em administração alheia. Depois, por conhecermos a política daquele país em relação aos países periféricos, ou emergentes, como queiram, ou seja: cumpram o que “determino”, mas não façam o que faço.

Em que pese o enjôo provocado, não se pode descuidar da verdade estampada no pronunciamento. Afastado o horror pela ingerência, certo é que a fala é verdadeira.

Encontra-se, aí, outro papel possível para as associações comunitárias. Primeiro, antes do encaminhamento das contas para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), ou do Município, naqueles onde ainda persiste tal aberração, as contas seriam levadas à apreciação da, digamos, “Federação Municipal das Associações Comunitárias”, onde, diante de instrumentos democráticos e não político-partidários, as contas seriam admitidas como verdadeiras ou falseadas. Seria, por exemplo, a sociedade civil afirmar que “esta ou aquela” rua tenha recebido revestimento asfáltico, ou qualquer outra melhoria. Antecipar-se-ia, então, a apuração das fraudes na prestação de contas.

Mas não seria só. Antes mesmo, pelo controle mencionado no capítulo anterior, a associação comunitária, ou o conjunto delas, poderia interferir na execução da obra, administrando seu custo e impedindo a surrupiação dos cofres públicos.

7.2 Orçamento participativo

Uma das modalidades dos controles sociais exercidos pelas associações comunitárias e representantes das comunidades, de forma antecipada, na busca de melhores serviços públicos e realização de obras que se coadunam com a necessidade efetiva da população dos bairros se dá pelo “orçamento participativo”. Essa é a forma, segundo Marco Antônio de Almeida e Renata Villas-Bôas (disponível em: <http://www.federativo.bnds.gov.br/dicas.htm>. Acesso em: 25 out. 2004), em que “a população pode interferir na definição de prioridades e no aproveitamento dos recursos”, participando o cidadão isoladamente ou “através de organizações sociais”, com a prefeitura estabelecendo “limites e critérios para compartilhar o poder de decisão com os moradores das diversas regiões da cidade”.

Segundo os autores, para implantação do orçamento participativo “devem ser elaboradas as bases do processo de participação”, devendo, no mínimo, contemplar:

a) a descentralização das discussões com a população, através da divisão do município em regiões; b) a elaboração de critérios de atendimento das demandas regionais; c) a elaboração de critérios de participação da população; e d) a definição das instâncias de participação e suas competências específicas (reuniões, plenárias, Conselhos, etc.).

Nos dizeres de Júlio César Mahfus (disponível em: <http://www.jus.com.br/doutrina.htm>. Acesso em: 25 out. 2004), o orçamento participativo é a construção da cidadania em busca da hegemonia social, possibilitando a “concreta intervenção da cidadania no espaço político institucional”. Segundo o autor, diante da crise das instituições brasileiras, notadamente a “Administração Pública, Judiciário e Congresso Nacional, a continuidade democrática precisa da

participação efetiva dos cidadãos, no exercício pleno de seus direitos constitucionais. Apropriando-se das palavras de Alain Touraine, o articulista assevera:

A cidadania traz em primeiro lugar a idéia de consciência coletiva, de vontade geral, idéia que, de Hobbes a Rousseau, constituiu, não a democracia liberal respeitadora dos direitos humanos fundamentais, mas o espírito republicano, a idéia dos antigos. [...] A idéia de república evoca os deveres e sacrifícios que o cidadão deve aceitar para defender e tornar viável a comunidade de cidadãos.

Portanto, o orçamento participativo se constitui num mecanismo capaz de permitir o exercício da cidadania, devendo ser implementado onde não existe, melhorado onde já se encontra em ação e institucionalizado, de vez, como instrumento de participação popular. Para tanto se pode instrumentalizar as associações comunitárias, que seriam preparadas de forma consciente para o exercício de tal mister, que resultaria em uma nova “gestão democrática”, conforme nos ensina Leonardo Avritzer (2002, p.43), em análise ao sistema implementado em Porto Alegre e Belo Horizonte, ao afirmar que:

os nossos dados apontam claramente para os benefícios da participação na sua capacidade de criar formas estáveis de gestão democrática. São as novas práticas capazes de radicalizar o exercício da democracia que a tornam legítima aos olhos daqueles de cuja autorização a democracia irá sempre depender: dos cidadãos. Especialmente aqueles excluídos que, em um país como o Brasil, continuam constituindo a maior parte.

8 Considerações finais

Os movimentos sociais sempre estiveram presentes no contexto político dos povos, ora criados para dar sustentabilidade às oligarquias centrais, ora como combatentes desses sistemas de representação. Percebe-se que desde muito tempo esses modelos de participação democrática têm buscado a interação entre governo e povo, vislumbrando uma participação, ainda que mínima, desta última camada nos destinos das nações.

No Brasil, como em toda a América Latina, os movimentos sociais cresceram em busca da liberdade democrática, contrapondo-se a regimes autoritários, mantidos pelo interesse norte-americano, que sempre cuidou de aperfeiçoar tais regimes, de modo a manter sua hegemonia no cenário mundial. Após a transição do regime fechado para o novo estado democrático de direito, os movimentos, que, num primeiro momento, se satisfizeram com a nova ordem de liberdade, passado algum tempo se viram na busca de uma nova ordem que concilie a democracia de ir e vir com a democracia econômica, onde os anseios da população possam ser levados em conta e traduzidos em vida digna e respeito aos direitos humanos e econômicos de toda a população brasileira.

Com essa nova vertente, a sociedade civil passou a se engajar em projetos de auto-ajuda, com co-participação das entidades governamentais, tudo em prol do interesse comum dos brasileiros. Ressentem esses movimentos de uma maior participação do empresariado, voltado para o bem comum, uma vez que essa parcela ainda se prende a uma participação voltada para a promoção do empreendimento, muito mais como *marketing*, do que de fato imbuído do mais alto sentido altruísta.

Por sua vez, o governo deve distribuir o poder dirigente, repactuando novas formas de ações e gerenciamento, onde administrados e administradores possam sentar-se em rodas de negociações, com o mesmo poder decisório.

Nos municípios, os prefeitos tornar-se-iam gestores da coisa pública, cuja decisão pela realização ou não de obras, eventos e atos administrativos seria tomada por um colegiado de associações comunitárias, imbuídos todos com um único propósito, ou seja, o bem comum, o zelo com a administração pública e a dignidade da vida humana.

As associações comunitárias seriam geridas profissionalmente, politizadas, como o caso requer, mas sem interferência político-partidária.

Para essa empreitada, o caminho é a escola, formando cidadãos que possam encarar tais sacrifícios em nome do coletivo, extirpando as vaidades pessoais e conduzindo as negociações com o governo central sempre em busca da valorização da coletividade.

Esse novo papel das associações comunitárias seria uma extensão melhorada do disposto na Resolução 21, de 30 maio de 2001, da Câmara dos Deputados, que, ao criar a Comissão de Legislação Participativa, permitiu o encaminhamento de “Sugestão Legislativa”, a ser apresentada por associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

Aos membros do Legislativo – vereadores, por exemplo – caberia o papel constitucional a eles destinado, ou seja, legislar e fiscalizar os atos do Poder executivo.

Por fim, vale a pena trazer à baila a manifestação esfu-
zante de Comparato (2003, p.56):

Como se vê, a solução para os nossos males crônicos não está na mudança, pura e simples, de governos. Ela exige muito mais. O dever público que nos cabe, neste momento crucial de nossa história, no qual se decide, efetivamente, o futuro do Brasil como nação independente, é a reconstitucionalização substancial do país, com o objetivo de substituir o regime oligárquico e o sistema capitalista pela democracia radical e a economia humanista, no respeito integral à dignidade do povo brasileiro.

Referências

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (Coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. (Coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil: além da dicotomia Estado-Mercado. In: AVRITZER, Leonardo (Coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo; LYYRA, Timo. Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento: uma entrevista de Leonardo Avritzer e Timo Lyyra com Alberto Melucci. In: AVRITZER, Leonardo (Coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Unicamp, Paz e Terra, 2002.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: AVRITZER, Leonardo (Coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de teoria do Estado e ciência política*. São Paulo: Saraiva, 1986.

BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio. (Orgs.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: UnB, 1994, v. 2.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.709, de 18.11.98. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, 19 nov. 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. A garantia institucional contra o abuso de poder. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio (organizadores). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

JOFFRE NETO, M. O legislativo e o poder local. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio (organizadores). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PERUZZOTTI, Enrique. Sociedade civil e constitucionalismo na Argentina. In: AVRITZER, Leonardo (Coord.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

PINTO FERREIRA, Luiz. *Princípios gerais do direito constitucional moderno*. São Paulo: Saraiva, 1983.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *Pessoa, Estado e direito*. Campinas: Copola, 1994.

SANTANA, Jair Eduardo. *Democracia e cidadania: o referendo como instrumento de participação política*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme. A universalização da democracia. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio (organizadores). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

TRINDADE, Helgio. Reforma política: os desafios da democracia social. In: BENEVIDES, Maria Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHÉ, Fábio (organizadores). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

O ambiente de formação do perfil empreendedor do pai da aviação

Nixon Diniz Pereira *

* Nixon Diniz Pereira é
Mestre em Administração
e professor do curso de
Administração do Centro
Universitário de Sete
Lagoas – UNIFEMM.
diz_pereira@oi.com.br

Resumo

Foi no contexto de transformações econômicas, sociais e políticas no país que marcaram a segunda metade do século XIX, como os reflexos da revolução industrial no Brasil, que ocorreu a gradual abolição da escravidão e o movimento que culminou com a transição da monarquia para a república. Embora a conjuntura fosse tipicamente rural e fora dos grandes centros urbanos desenvolvidos, Santos Dumont tivera um ambiente de formação bem semelhante a um dos principais ícones da gestão mundial, Henri Ford. As condições de sua criação e as circunstâncias da vida pessoal contribuíram para a formação do futuro empreendedor, inventor e aeronauta que tornaria Alberto Santos Dumont o Pai da Aviação.

Palavras-chave: aviação, ambiente de formação, Santos Dumont

Abstract

It was in the context of economical, social and political transformations which changed the second part of the XIX century, as the reflexes of industrial revolution in Brazil, that the gradual slave abolition and the movement which culminated with the transition from monarchy to republic took place. Although the conjuncture was typically rural and exterior from the developed urban centers, Santos Dumont had a formation environment which was similar to that of one of the principal references of the world management, Henri Ford. His growth conditions and personal life circumstances contributed to the formation of the future man of enterprise, inventor and aeronaut which would make Alberto Santos Dumont the Aviation Father.

Keywords: aviation, formation and environment, Santos Dumont

¹ Já no governo de Oswaldo Castelo Branco veio o reconhecimento de Santos Dumont como o Pai da Aviação e o Município passou a levar o seu nome. Existe uma controvérsia, relatada num jornal regional de Barbacena, que trata do exato local de nascimento de Santos Dumont. “Segundo relatos precisos e incontestáveis do nosso saudoso Prof. Altair José Savassi e do escritor Nestor Massena, na verdade Alberto Santos Dumont nasceu nas proximidades de João Aires (Estação Rocha Dias), na sede da Fazenda do Engenho, pertencente a Carlos Pereira, à margem direita da Ferrovia D. Pedro II (Central do Brasil), entre uma garganta existente logo após a caixa d’água de reabastecimento das locomotivas, no alto da Serra (Km 346) e o túnel 27 (local afastado da linha férrea), hoje pertencente aos sucessores de Noberto Paes. Essa casa incendiou-se, razão porque Henrique Dumont (pai) mudou-se para Cabangu, distante 4 km, onde existia uma pequena casa destinada ao mestre da linha, Faustino”. *Jornal O Maritaca*, edição histórica, n.1, fev. 2006, Barbacena – MG.

Alberto Santos Dumont é o nome de batismo do sexto de uma prole de oito filhos de Henrique Dumont com D. Francisca de Paula Santos, súditos mineiros da extinta monarquia brasileira. Nascido no tempo do Império no sítio Cabangu, em 20 de julho de 1873, hoje localidade do município que leva o seu nome. À época o distrito chamava-se João Gomes e pertencia ao Município de Barbacena. Dezesesseis anos após o seu nascimento o distrito foi emancipado por força da Lei n. 3.712 de 27 de julho de 1889 e passou a ser chamado Palmyra.¹

Foi em condições tipicamente rurais da próspera economia paulista do café do século XIX que foi criado aquele que seria reconhecido no Brasil como o “Pai da Aviação”. A riqueza e os recursos da Fazenda Arindeúva proporcionaram a Santos Dumont a proximidade com as tecnologias da época. A gestão inovadora de Henrique Dumont transformara a Fazenda Arindeúva em uma das maiores produtoras de café do Brasil. Lá foram empregadas modernas técnicas de cultivo do café. Investiu-se em máquinas e equipamentos agrícolas inovadores, utilizou-se mão-de-obra contratada de imigrantes europeus no manuseio da cultura no campo. Nas palavras do próprio Santos Dumont, a descrição do quanto a aproximação com a tecnologia influenciou seu gosto pela mecânica, pela física e pela engenharia.

Difícilmente se conceberia meio mais sugestivo para a imaginação de uma criança que sonha com invenções mecânicas. Aos 7 anos, já eu tinha permissão para guiar os locomoveis de grandes rodas empregadas na nossa propriedade, nos trabalhos de campo. Aos 12, deixavam-me tomar o lugar do maquinista das locomotivas Baldwin que puxavam os trens carregados de café nas 60 milhas de via férrea assentadas por entre as plantações. Enquanto meu pai e meus irmãos montavam a cavalo para irem mais ou menos distante ver si os cafeeiros eram tratados, si a colheita ia bem ou si as chuvas causavam prejuízos, eu preferia fugir para a usina, para brincar com as máquinas de beneficiamento. (SANTOS DUMONT, 1986, p.23).

O universo lúdico da infância de Santos Dumont foi recheado de brinquedos e brincadeiras. Em geral, engenhocas que ele mesmo produzia como as pipas ou os pequenos balões típicos de festas juninas. Das brincadeiras, uma em especial foi lembrada por seu amigo Pedro, anos depois, quando Santos Dumont já era personalidade na França.

Você se lembra, meu caro Alberto, do tempo em que brincávamos juntos de “Passarinho voa?” A recordação dessa época veio-me ao espírito no dia em que chegou ao Rio a notícia de seu triunfo.

O homem voa, meu caro! Você tinha razão em levantar o dedo, pois acabava de demonstrá-lo voando por cima da Torre Eiffel.

E tinha razão em não querer pagar a prenda. O senhor Deutsch paga-a por você. Bravo! Você merece este prêmio de 100.000 francos.

O velho jogo está na moda em nossa casa mais do que nunca; mas desde o 19 de Outubro de 1901 nós lhe trocamos o nome e modificamos a regra: chamamo-lo agora o jogo do “Homem voa?” e aquele que não levanta o dedo é chamado, paga prenda.

Seu amigo,

Pedro.

(SANTOS DUMONT, 1986, p.28).

Sua imaginação era provocada pela instrução de professoras francesas que eram contratadas pela família. Elas incluíam a leitura dos livros de Júlio Verne (1828-1905), autor francês de literatura de ficção que tornou esse estilo literário preferido de Santos Dumont. Com histórias de viagens fantásticas, Júlio Verne profetizava o futuro das máquinas e de grandes inventos.

Os submarinos, os balões, os transatlânticos e todos os outros meios de transporte que Júlio Verne previu com tanta felicidade, envolveram o seu cérebro de rapaz, despertando-lhe, do fundo do subconsciente, a faculdade que já se

acentuava instintivamente para o domínio e manejo da mecânica. (NAPOLEÃO, 1988, p.25).

Santos Dumont lia também os livros do pai, inclusive os livros técnicos de engenharia, que eram comuns em sua biblioteca.

Além das teorias e dos conceitos aprendidos em livros, Santos Dumont estava próximo das tecnologias. Na fazenda, ainda garoto, era autorizado pelo pai a dirigir os veículos utilizados na fazenda, como grandes máquinas a vapor sobre rodas, os transportadores de grãos e os trens de ferro. Mais tarde, em um de seus livros relata essas experiências.

Difícilmente se conceberia meio mais sugestivo para a imaginação de uma criança que sonha com invenções mecânicas. Aos 7 anos, já eu tinha permissão para guiar os locomóveis de grandes rodas empregados na nossa propriedade nos trabalhos de campo. Aos 12, deixavam-me tomar o lugar do maquinista das locomotivas Baldwin que puxavam os trens carregados de café nas 60 milhas de via férrea assentadas por entre as plantações. (SANTOS DUMONT, 1986, p.23).

Era da preferência de Santos Dumont a companhia da usina, das máquinas de beneficiamento do café, dos livros e a dos artefatos tecnológicos de última geração. As tarefas de gestão e controle da fazenda eram de menor interesse e ficavam a cargo de seu pai e de seus irmãos, embora tivesse o conhecimento de todo o processo de beneficiamento do café, como ele mesmo relata.

Na sua passagem a água arrasta os grãos ao despoldador, que, esmagando a polpa externa, produz o isolamento das sementes.

Longos tubos, ditos secadores, recebem estas ainda molhadas revestidas de película, e as agitam sem cessar, ao mesmo tempo que as submetem à ação do ar quente.

Uma vez secas, são as sementes apanhadas pelos alcatruzes de uma elevadora sem fim, que as conduzem até um outro edifício, onde ficam as demais máquinas.

A primeira delas é um ventilador munido de peneiras de vai-e-vem, que apenas deixam passar entre as suas malhas os grãos. Nenhum destes se perde aí, nenhuma impureza fica. O mais insignificante calhau ou fragmento de madeira que passasse seria, aliás, bastante para avariar a máquina seguinte, o descascador, que é um conjunto de peças de extrema finura.

Apanhadas por um outro elevador, de cadeia sem fim, as sementes, agora descascadas, mas sempre misturadas com as cascas, são levadas a um novo ventilador, onde as últimas, pela sua leveza, são arrastadas pelo vento.

A operação seguinte tem lugar no separador, que é grande tudo de cobre, de 7 metros de comprimento por 2 de diâmetro, em posição ligeiramente inclinada. Este tubo, no seu primeiro percurso, tem uns pequeninos crivos pelos quais passam os grãos menores; depois, orifícios maiores, que dão passagem aos de tamanho médio; e mais adiante, orifícios ainda mais largos, para a saída dos grãos volumosos que constituem o moka.

A função do separador consiste portanto em separar o café de acordo com o tamanho. Cada tipo cai sobre uma tremonha particular. Embaixo estão as balanças e os homens com os sacos. À medida que cada saco recebe o seu peso normal de café, é substituído por outro, vazio. Assim se formam rapidamente lotes enormes, que depois de costurados e marcados, são expedidos para a Europa. (SANTOS DUMONT, 1986, p.25-26).

Santos Dumont não teve uma formação regular acadêmica. Parecia nunca se adaptar ao ensino regular. A abordagem que começava a predominar nas escolas de sua época era o positivismo. A filosofia de Auguste Comte (1789-1857), disseminada pelo mundo, atingiu também o Brasil e teve guarida também no ensino das escolas. Os mestres com formação francesa, quando voltavam da Europa, influenciados por sua ideologia repassavam-na, em seus estabelecimentos de ensino, aos seus pupilos. A precedência para a obtenção do conhecimento estava nas escolas tecnicistas. A ideologia positivista teve forte influência no período de transição política do Brasil imperial para o Brasil republicano. Existia aqui

um ambiente apropriado para sua disseminação. Em geral, as classes dos militares e da oligarquia cafeeira insatisfeitas com o regime monárquico.

As idéias de Auguste Comte que fundamentaram a filosofia, para o chamado positivismo, tiveram como referência a evolução das ciências. Tal evolução pode ser classificada em três fases, chamadas de “lei dos três estados”. Essa distinção da evolução humana em etapas começa pelo que ele chama de a fase “teológica” ou “fictícia”. Nessa fase a percepção da natureza e de seus fenômenos, pelo indivíduo ou pela coletividade, está restrita à crença em entidades sobre-humanas, como os Deuses, ou um só Deus, ou os espíritos. Nesse caso a imaginação sobrepõe a observação. As explicações delirantes sobre o mundo são as únicas alternativas para sua interpretação e a aplicação de supostas tecnologias são as mais espalhafatosas e sem critérios científicos. Sua interpretação sociológica analisa as condições que levaram à organização escravista para a manufatura. “A sociedade tem como objetivo de atividade, única e permanente, a conquista. De indústria há apenas o indispensável para a existência da espécie humana. A escravidão pura e simples dos produtores é a principal instituição”. (COMTE, 1989, p.146).

A segunda fase é chamada de “metafísica” ou “abstrata”. Representa um estágio no qual o valor das idéias migrou para a argumentação em substituição à fé incondicional que existia no estágio anterior. A explicação da natureza, dos valores morais e mesmo das formas de governo saem do plano espiritual para o plano material. Nessa fase começa-se a contestar a realidade e colocar as questões e explicações com bases racionais. No estado metafísico, a

indústria ganhou maior extensão, sem ser ainda predominante. Por conseguinte, a sociedade não é mais francamente militar, nem é ainda francamente industrial, quer

nos seus elementos, quer no conjunto. A escravidão individual não é mais direta; o produtor, ainda escravo, começa a obter alguns direitos da parte do militar. A indústria faz novos progressos, que terminam, enfim, com a abolição total da escravidão individual. Após essa emancipação, os produtores ficam ainda submetidos ao arbítrio coletivo. Entretanto, as relações sociais gerais começam logo a se modificar também. Os dois objetivos da atividade, a conquista e a produção, são conduzidos em pé de igualdade. A indústria a princípio cuidada e protegida como meio militar. Mais tarde, sua importância aumenta, e a guerra acaba por ser concebida, por sua vez, sistematicamente, como meio de favorecer a indústria, o que constitui o último estado desse regime intermediário. (COMTE, 1989, p.146).

A terceira fase da evolução intelectual da humanidade é chamada de “positiva” ou “estado científico”.² Um estágio que supera os anteriores, em que o pensamento é moldado pelo rigor das ciências. O valor do pensamento que prevalece é o pensamento científico. Um pensamento baseado em fatos concretos que podem ser experimentados, provados e mensurados. Analisado a partir de investigação científica, está sempre à procura da origem, da causa dos fenômenos. Quanto à análise da evolução da manufatura, no tempo:

a indústria tornou-se preponderante. Todas as relações particulares estabeleceram-se pouco a pouco em bases industriais. A sociedade, tomada coletivamente, tende a organizar-se do mesmo modo, dando-se-lhe como objetivo de atividade, única e permanente, a produção. (COMTE, 1989, p.147).

As idéias da filosofia positivista influenciaram muitos brasileiros que iam para a França estudar e voltavam para o Brasil. Comte foi um sociólogo e pensador pragmático. Foi fundador da *Religião da humanidade*, uma instituição disseminadora de uma espiritualidade voltada para valores humanos, rejeitando por completo entidades supra-humanas

² Sistematicamente Comte critica as fases anteriores, como pode se verificar em uma de suas afirmativas: “Ver para prever: tal é o caráter permanente da verdadeira ciência. Tudo prever sem ter nada visto constitui somente uma absurda utopia metafísica, ainda muito seguida” (COMTE, 1989, p.79).

ou sobrenaturais. Com as mesmas referências estruturais das religiões tradicionais, como a católica, criou imagens, culto, templos, dogmas e até mesmo catecismo.

O culto é principalmente destinado a desenvolver os sentimentos que nos dispõem a viver para outrem. Todo estudo do dogma positivo leva depois a concluir que a nossa verdadeira unidade consiste sobretudo nessa vida altruísta [...]. Passando, assim, da moral teórica para a moral prática, só a inteligência é que pode determinar quais os hábitos que devem prevalecer, e mesmo quais os meios por que eles se estabelecem. (COMTE, 1983, p.252).

No Brasil o positivismo comteano encontra ambiente favorável. O ideário comteano foi rapidamente disseminado no ambiente das escolas, em especial nas escolas de formação militar, a partir de 1850. Naquela época, o exército era uma das poucas alternativas de ascensão social. As pessoas ingressavam com expectativas de fazer carreira militar, adquirir formação e conhecimento. Uma nova geração de oficiais, com gostos pela matemática, pela física, pela engenharia, pelas ciências em geral, era formada. Nesse contexto, o positivismo apareceu aos olhos dessa nova geração como um novo paradigma. Com uma massa de trabalhadores escravos ignorantes e uma elite esclarecida em minoria, apegaram para si a idéia da condução política do país para um novo estado que seja livre e soberano, livre de amarras metafísicas e da supremacia soberana dos reis.

Além dos militares uma outra classe influente andava insatisfeita com o governo monárquico. A elite cafeeira, produtora e propulsora da economia nacional, não via com bons olhos a forma como se seguia a abolição. A Lei do Ventre Livre, que dava a condição de liberdade aos filhos das escravas nascidos a partir de 28 de setembro de 1871, projetava um futuro sem mão-de-obra para a economia escravista. Sem as indenizações prometidas pelo governo imperial, os

agricultores juntaram coro com os militares e ostentavam a bandeira da abolição. O positivismo foi o respaldo intelectual de que precisavam, pois a escravidão era considerada uma etapa já ultrapassada, um atraso da evolução humana.

Outro aspecto da influência positivista foi na cultura. A formação acadêmica que predominava nas escolas brasileiras era a literária. O ensino das letras, da filosofia, da metafísica, predominava nas escolas de ensino, onde normalmente ingressavam os herdeiros dos barões do café e dos senhores de engenho. As escolas ofereciam normalmente formação humanista, como o Colégio Jesuíta, ou as faculdades, como as de Direito de São Paulo e de Recife. No exterior, a referência para quem saía do país para estudar era a Universidade de Coimbra, em Portugal.

Pode-se dizer que duas vertentes predominavam entre as classes que desejavam a República no Brasil. De um lado existiam os chamados liberais, cujas referências filosóficas originavam nas idéias do inglês John Locke (1632-1704) e expandiram-se por boa parte da Europa através dos chamados iluministas. Filósofos como Montesquieu (1689-1755), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778), Denis Diderot (1713-1784) e Jean le Rond d'Alembert (1717-1783) encabeçaram um movimento de democratização do conhecimento. Com isso produziram a primeira enciclopédia. Além disso, defendiam as liberdades religiosa, de pensamento e da imprensa, a igualdade de direitos individuais, a redução de privilégios dos nobres, a imparcialidade da justiça, a proporcionalidade na tributação dos impostos, enfim, um conjunto de elementos apropriados para a promoção da liberdade do indivíduo que viria a ter repercussões alguns anos adiante, nas teorias de liberdade econômica formuladas por Adam Smith (1723-1790).

Outro grupo de republicanos pode ser classificado como autoritário. Seus princípios, baseados na filosofia de Auguste Comte, em especial na Teoria dos Três Estados, serviram de subsídio para a ala militar dos republicanos que viam na implantação de uma República Presidencialista o caminho para a instituição da ordem e do progresso de maneira sistemática e gradual no país:

Somente a Filosofia Positiva poderá desvendar a verdadeira natureza da progressão social, isto é, caracterizar o termo final, nunca plenamente realizável, para o qual tende a dirigir a humanidade, e ao mesmo tempo dar a conhecer a marcha geral desse desenvolvimento gradual.” (COMTE, 1989, p.151).

A militância doutrinária de Benjamim Constant (1836-1891) e de seus seguidores teve importância crucial no processo de articulação revolucionária que culminou com a fundação da primeira Igreja Positivista do Brasil, em 1876, e a proclamação da República, em 1889.

A história atesta que o segundo grupo saiu vencedor, sobretudo com a adesão dos militares, em especial do exército, ao ideário positivista. Reforçado com a autoridade bélica, esse grupo implantou medidas práticas para distinguir o novo regime político do regime monárquico. Símbolos nacionalistas foram recriados, na nova bandeira a inserção das palavras “ordem e progresso”³ enunciavam os princípios dessa geração. O novo governo retirou todos os vínculos eclesiásticos, tornando o estado laico. O casamento civil foi estabelecido. Uma nova constituição foi promulgada. Decretaram-se novos feriados nacionais, a liberdade religiosa, o fim do anonimato na imprensa e reformas na educação. Tanta mudança teve um berço radical no Rio Grande do Sul, onde nos anos que se seguiram entricheiram-se ortodóxicos positivistas anti-democráticos com reflexos nos anos que se seguiram até o Estado Novo, na década de 40.

³ “De acordo com o duplo direito, agora incontestável, ao livre ensino e à livre associação, venho anunciar a fundação de uma Associação independente que, sob a divisa característica “Ordem e Progresso”, desempenhará, tanto quanto possível, tal função social. Ela se dedica exclusivamente a desenvolver, em cursos sempre gratuitos, cujo livre acesso nunca será restringido, a instrução positiva propriamente dita. Compreende, de um lado, os estudos matemáticos, inorgânicos e biológicos; do outro, a história que, embora habitualmente empírica, contém, o preâmbulo necessário da verdadeira ciência social. Mas, descartando todo princípio indiscutível, tem o cuidado de proibir-se todos os assuntos que não comportam verdadeiras demonstrações”. (COMTE, 1990, p.107-108).

Para os positivistas qualquer instituição, inclusive o estado, pode ser organizada de maneira lógica e racional. Tal estruturação pode ser feita com bases científicas e respondendo a um rigor moral que conduza e sustente a nação em direção ao progresso. Para isso é preciso a liderança do poder executivo com competência necessária para a manutenção da ordem e o direcionamento rumo ao progresso. “Deveis conceber esta grande ciência como composta de duas partes essenciais: uma estática, que constrói a teoria da ordem; a outra, dinâmica, que desenvolve a doutrina do progresso.” (COMTE, 1983, p.236).

O ambiente rural predominou durante boa parte da vida de Santos Dumont. Por aproximadamente 12 anos viveu intensamente a infância e a adolescência no campo. Na fazenda, a irmã Virgínia, que era sete anos mais velha, ensinou-lhe o bê-á-bá. Logo depois seus pais contrataram professoras para aulas particulares. Já mais velho fora estudar em algumas escolas fora da fazenda. Embora os pais tentassem que o filho tivesse uma formação regular em escolas importantes, o respeito e a sensibilidade com relação ao espírito irrequieto do filho, o aspecto frágil, franzino e a timidez levaram-no a mudar de colégio por algumas vezes, na expectativa de descobrir a que mais se adaptariam as suas predileções. Pode-se dizer que não existiu uma regularidade doutrinária na vida escolar ginasial de Santos Dumont. Ele não se fixou em nenhuma instituição de ensino por bom período de tempo. Por algumas vezes mudou para escolas com proposta de formação mais humanista. Isso pode ser constatado pelas escolas por quais passou como o Colégio Culto à Ciência de Campinas, o Colégio Kopke de São Paulo, o Colégio Morton de Campinas, Colégio Menezes Veira do Rio de Janeiro. E, antes de ir para a Europa, já com 18 anos, teve breve passagem pela Escola de Engenharia de Minas de Ouro Preto.

⁴ O título de “Rei do Café” era uma denominação honorífica informal dada aos empreendedores que fizeram grandes impérios financeiros com a cultura do café nos séculos XIX e XX. As principais personalidades foram Joaquim José de Souza Breve (1804-1880), Henrique Dumont (1832-1892), Francisco Schmidt (1855-1924), Geremia Lunardelli (1885-1962).

A postura dos pais com relação ao ensino do filho revela uma sensibilidade fora do comum para a época. A compreensão e o apoio à genialidade do filho, aceitando e mudando-o de escola, era uma atitude pouco comum para os pais do final do século XIX, em especial para um casal típico representante da classe de reis e barões do café.⁴ Os fazendeiros, em geral, eram figuras autoritárias acostumados a impor suas ordens. Uma herança da cultura escravagista. Vale lembrar que Henrique Dumont foi um dos primeiros reis do café a contratar o trabalho livre de imigrantes europeus em sua propriedade.

Não só a inteligência fora do comum e o ambiente de criação e formação foram determinantes do desenvolvimento da personalidade do que viria a ser o gênio da indústria aeronáutica. Além disso, a força das circunstâncias levou Santos Dumont para o epicentro da sociedade tecnológica mundial, Paris. Em 1890 um acidente de charrete com o pai causou uma pancada na cabeça e provocou uma hemiplegia. Um lado do corpo ficou paralisado, decorrente do que hoje é chamado de AVC ou Acidente Vascular Cerebral. Decidido a fazer tratamento na França, nas Termas de *Lamalou-les-Bains*, Henrique Dumont e sua família resolveram vender a fazenda. O fato levou Santos Dumont e parte da família a acompanharem o pai pela primeira vez em uma viagem à França. A oportunidade provocou o primeiro contato de Santos Dumont com a França da *belle époque*.

Uma viagem a Paris era considerada normal para qualquer jovem da burguesia ruralista paulista. Mas teve especial atenção do jovem Santos Dumont quando se deparou com uma França que iniciava uma fase áurea. Uma fase de paz e prosperidade que durou por algumas décadas até o início da primeira grande guerra. Uma agitação cultural e científica que atingira todas as áreas. Nessa época surgiram grandes

invenções como o automóvel, o cinema, o telefone, a bicicleta, os motores movidos a petróleo. Proliferavam cafés, teatros e livrarias que ambientavam o reduto de intelectuais. Os cabarés eram os redutos dos boêmios. As curvas tortuosas da *art nouveau* influenciavam as formas das edificações e das decorações das casas, nos móveis, nas portas, nos acabamentos e nas ornamentações. Paris passara a ser referência de produção cultural e científica para mundo.

Santos Dumont, que já tinha uma predisposição intelectual para a mecânica, teve naquela oportunidade o contato real com o estado da arte, de várias áreas das ciências. Como se diz no ditado popular, era como se estivesse juntado “a fome com a vontade de comer”. Paris causou dupla satisfação em nosso aeronauta, como ele mesmo pôde exprimir.

Paris é, como se diz, o lugar para onde emigra a alma dos bons Americanos quando morrem. Para mim, de acordo com a convicção adquirida em leituras, a França, terra dos avoengos de meu pai, que fizera seu curso de engenheiro na Escola Central, representava a própria grandeza e o progresso. (SANTOS DUMONT, 1986, p.32).

Em uma visita a uma exposição de máquinas em Paris, no Palácio da Indústria, Santos Dumont vê com admiração um motor movido a petróleo. Não existia um desses na fazenda de seus pais. Admirara aquele motor pequeno movido a petróleo, com uma potência precária, de apenas 1 HP, mas surpreendentemente leve e compacto. Um momento de deslumbramento relatado pelo próprio Santos Dumont:

Estava completamente fascinado. Meu pai, distraído, continuou a andar até que, depois de alguns passos, dando pela minha falta, voltou, perguntando-me o que havia. Contei-lhe a minha admiração de ver funcionar aquele motor, e ele me respondeu: *por hoje basta*. Aproveitando-me dessas palavras, pedi-lhe licença para fazer meus estudos em Paris. Continuamos o passeio, e meu pai, como

distraído, não me respondeu. Nessa mesma noite, no jantar de despedida, reunida a família, entre nós dois primos de meu pai, franceses e seus antigos companheiros de escola, pediu-lhes ele que me protegessem, pois pretendia fazer-me voltar a Paris para acabar meus estudos. (SANTOS DUMONT, 2000, p.19-20).

Aquele mecanismo original, o motor a petróleo, não mais saiu de sua cabeça e, nos anos que se seguiram, foi o principal recurso utilizado em suas aeronaves. De volta ao Brasil a família Dumont se estabelece em uma casa na Rua Helvetia, na cidade de São Paulo. Dando conta da vocação do filho, Henrique Dumont aproveita um momento de melhora para levá-lo ao centro da cidade com disposição para afiançar o futuro do filho. Com isso o emancipou e deu títulos de crédito com valor de centenas de contos de reis como parte de sua herança. Um gesto que revela a importância do pai em sua vida. Um grande incentivador com convicções sobre o futuro do filho com a mecânica. Santos Dumont expressou o momento e as palavras do seu pai em sua autobiografia *O que eu vi. O que nós veremos*.

Uma manhã, em São Paulo, com grande surpresa minha, convidou-me meu pai a ir à cidade e, dirigindo-se a um cartório de tabelião, mandou lavrar escritura de minha emancipação. Tinha eu dezoito anos. De volta a casa, chamou-me ao escritório e disse: *Já lhe dei hoje a liberdade; aqui está este capital...* e entregou-me títulos no valor de muitas centenas de contos. *Tenho ainda alguns anos de vida; quero ver como você se conduz; vai para Paris, o lugar mais perigoso para um rapaz. Vamos ver se você se faz um homem; prefiro que não se faça doutor; em Paris, com o auxílio dos nossos primos, você procurará um especialista em física, química, mecânica, eletricidade, etc., estude essas matérias e não se esqueça que o futuro do mundo está na mecânica. Você não precisa pensar em ganhar a vida; eu lhe deixarei o necessário para viver...* (SANTOS DUMONT, 2000, p.21).

Após o falecimento do seu pai, Santos Dumont retorna à Europa para continuar os seus estudos. Antes disso, compra, em uma livraria no Rio de Janeiro, o livro *Andrée au Pôle Nord en Ballon*, de autoria dos construtores de balão, os franceses Aléxis Machuron e Henri Lachambre. O livro sobre balonismo continha as etapas, as técnicas e o material empregado na construção do balão Águia. O aeróstato foi objeto da aventura de travessia do Pólo Norte pelos balonistas Salomon-Auguste Andrée, Nils Strindberg e Knud Fraenkel. A infortuita aventura terminou em tragédia com acidente e morte de todos os tripulantes.

Nos seus tempos de estudos na Europa, Santos Dumont não se vinculou formalmente a nenhuma instituição de ensino superior, embora tivesse a oportunidade e recursos financeiros para isso. Ele chegou a estudar no curso de mecânica na então recém-criada Universidade de Bristol, na Inglaterra, fundada em 1876. O ambiente de relacionamentos humanos de classes universitárias parecia ser demais para seu comportamento tímido. Além do comportamento autodidata, o que o dera mais liberdade para adaptar-se ao aprendizado da física, mecânica, química e outras ciências aplicadas foram as aulas particulares com Professor Garcia. Pouco se sabe sobre este mestre, um professor que o acompanhou durante sua formação de aeronauta e dera a liberdade e a atenção para discutir sobre suas idéias e pretensões aeronáuticas.

O começo da vida empreendedora de Santos Dumont foi com os automóveis. A tecnologia nesses carros era mais acessível para aquisição e estudo. Na França, os carros produzidos da oficina de René Panhard (1841-1908) e Émile Lavassour (1843-1897) já se destacavam entre os modelos produzidos naquele país. Naquela época a tecnologia dos

automóveis era simples. Os motores também tinham uma mecânica simples. Eram pouco robustos e quebravam com frequência. Faziam no máximo 30 quilômetros por hora. A interação com a tecnologia dos motores desses automóveis, o exercício de consertá-los com frequência, ajudou Santos Dumont a dominar a técnica para reparo, montagem e desmontagem. Em especial os motores da marca *Dion-Button*, que foram uns dos primeiros a serem utilizados em seus projetos de sucesso, com o intuito de dar a dirigibilidade aos balões.

Conclusão

A predileção pelos automóveis por Santos Dumont é tanta que é atribuída a ele a introdução do primeiro automóvel no Brasil. Um modelo adquirido da oficina francesa da Peugeot, em Valentigney, com a potência de 3,4 HPs. Além disso, ele promoveu a primeira corrida de mototriciclos em Paris: alugando a pista de corridas no Parc des Pâcles, organizou o evento e ofereceu os prêmios. A prática do automobilismo representou o primeiro contato prático de Santos Dumont com a tecnologia dos motores de combustão a petróleo.

A precária indústria automobilística do início do século XX estava apenas engatinhando e teve crucial importância para o ambiente em que surgiram importantes personalidades, como Henry Ford (1863-1947), na América, contemporâneo de Santos Dumont, que começava uma carreira sem precedentes na indústria automobilística, como fabricante de automóveis. Empreendedor arrojado, entrou para a história como o pai da produção em massa, quando inovou um sistema de produção que promoveu o acesso do automóvel às

pessoas menos privilegiadas. Assim como Santos Dumont, que desejava ver suas aeronaves popularizadas pelo mundo, deixando públicas as patentes de suas invenções. Uma convergência com nobreza de visões bem à altura de suas realizações.

Referências

ABRANTES, Antônio. Aeróstato. In: ABRANTES, Antônio. *Galeria de inventores brasileiros inventaBrasil/2003*. Rio de Janeiro, 2003a.

Disponível em: <http://www.inventabrasilnet.t5.com.br/passaro.htm>. Acesso em 28 dez. 2006.

ABRANTES, Antônio. Aeróstato dirigível: sem motor. In: ABRANTES, Antônio. *Galeria de inventores brasileiros inventaBrasil/2003a*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.inventabrasilnet.t5.com.br/passaro.htm>. Acesso em 28 dez. 2006.

ABRANTES, Antônio. Avião. In: ABRANTES, Antônio. *Galeria de inventores brasileiros inventaBrasil/2003*. Rio de Janeiro, 2003c.

Disponível em: <http://www.inventabrasilnet.t5.com.br/passaro.htm>. Acesso em 28 dez. 2006.

ABRANTES, Antônio. Dirigível semi-rígido. In: ABRANTES, Antônio. *Galeria de inventores brasileiros inventaBrasil/2003*. Rio de Janeiro, 2003d. Disponível em: <http://www.inventabrasilnet.t5.com.br/passaro.htm>. Acesso em 28 dez. 2006.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Santos Dumont inventor*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

BARROS, Henrique Lins de. *Santos Dumont e a invenção do voo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Il., fac-símile de A conquista do ar pelo aeronauta brasileiro Alberto Santos Dumont, de 1901.

BARROS, Henrique Lins de. *Santos Dumont e a invenção do avião*. Rio de Janeiro: CBPF, 2006.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. v. 5.

BRAIDWOOD, Robert J. *Homens pré-históricos*. Trad. Carlota Barriomero Martin. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.

BRIGOLE, A. *Santos-Dumont: o pioneiro do ar*. Rio de Janeiro: Aeroclube do Brasil, 1940.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAROS AMIGOS. Especial Santos Dumont: O primeiro vôo do homem faz 100 anos. São Paulo, Casa Amarela, ano X, n. 29, jul. 2006, 32 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Civilização e cultura: pesquisas e notas e etnografia geral*. São Paulo: Global, 2004.

COHEN, Marleine. *Santos-Dumont: sim, sou eu*, Alberto. São Paulo: Globo, 2006.

COMTE, Auguste. *Sociologia*. Organizador e tradutor Evaristo de Moraes. Coordenador Florestan Fernandes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CORRÊA, Décio. *Clássico com toque brasileiro*: derivado de um modelo piper e produzido pela Embraer entre os anos 1970-80, o “Corisco” reúne qualidades das melhores aeronaves leves. *Aero Magazine*. São Paulo, n. 153, ano 13, p. 28-34, fev. 2007.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1840-1914: no tempo das certezas*. Coordenação Lauro de Mello e Souza, Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos).

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CREMO, Michael A.; THOMPSON, Richard L. *A história secreta da raça humana*. Trad. Braktivedante Book Trust (BBT Brasil). São Paulo: Aleph, 2004.

DIAS, Adriano Batista. *Santos Dumont: o inovador*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

DURÃES, Alfredo. Foz do Iguaçu: Asas de um sonho. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 nov. 2007. Caderno de Turismo, p. 4.

JORGE, Fernando. *As lutas, a glória e o martírio de Santos Dumont*. Introdução de Marc C. Dorell. 4. ed. rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 2003.

FONSECA, Godin da. *Santos Dumont*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

GOMES, Morgana. *A vida de Santos Dumont*. São Paulo: Minuano, 2007. (Col. Iluminados da Humanidade).

JUNG, Carl Gustav et al. *O homem e seus símbolos*. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LABURTHE-TOLRA, Philippe, WARNEIR, Jean-Pierre. *Etnologia antropológica*. Trad. Anna Hartmann Cavalcanti. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAPLANTINE, François. *Aprender a antropologia*. Trad. Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à antropologia*. Trad. Lavinia Vilela. São Paulo: Martins, 1971.
- MAGALHÃES, Basílio de. *O café: na história, no folclore e nas belas-artes*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- MARTINS, Ana Luiza. *Império do café: a grande lavoura no Brasil, 1850 a 1890*. Coord. Maria Helena Simões Paes e Marly Rodrigues. São Paulo: Atual, 1990.
- MEDEIROS, Alexandre. *Santos Dumont e física do cotidiano*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2006.
- MOTA, Myriam Becho, BRAICK, Patrícia Ramos. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MONTAGU, Ashley. *Introdução à antropologia*. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1962.
- MONTEIRO, Raul Francé. *Aviação: construindo sua história*. Goiânia: Editora da UCG, 2002.
- MUSA, João Luiz; MOURÃO, Marcelo Breda, TILKIAN, Ricardo. *Alberto Santos Dumont: eu naveguei pelo ar*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- NAPOLEÃO, Aloísio. *Santos Dumont e a conquista do ar*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- NOGUEIRA, Salvador. *Conexão Wright - Santos Dumont: a verdadeira história da invenção do avião*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- PLATÃO. *Diálogos: Mênon - Banquete - Fedro*. Trad. Jorge Paleikat. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1950.
- PIMENTEL, Homero; URBAN, Paulo. *Santos Dumont bandeirante dos ares e das eras*. São Paulo: Madras, 2006.
- PUGLIESI, Márcio. *Mitologia greco-romana: arquétipos dos deuses e heróis*. São Paulo: Madras, 2003.
- SANTOS DUMONT, Alberto. *O que eu vi. O que nós veremos*. 3. ed. São Paulo: Hedra, 2000.
- SANTOS DUMONT, Alberto. *Os meus balões*. Trad. A. de Miranda Bastos. Edição fac-similada. Brasília: Fundação Rondon, 1986.

SANTOS DUMONT: o primeiro vôo do homem faz 100 anos. São Paulo, Casa Amarela, ano X, n. 29, jul. 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SENNA, Orlando. *Santos Dumont: ares nunca dantes navegados*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SHAPIRO, Harry L. *Homem, cultura e sociedade*. Trad. G. Robert Coracy, Margarida Maria C. Olival. 3. ed. bras. ver. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SILVA, Francisco Pereira da. *A vida dos grandes brasileiros: Santos Dumont*. Supervisão da obra de Afonso Arinos de Mello Franco e Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Três, 2001.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Norberto de Paula Lima. 6. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

SOARES, Cláudio. *Santos-Dumont número 8: um grande mistério será revelado...* São Paulo: Universo dos Livros, 2006.

SODRÉ, Antônio. *Santos-Dumont, um herói brasileiro: centenário do primeiro vôo do 14-bis, a Deimoselle a sua obra prima*. 2. ed. São Paulo: Ariundeuva, 2006.

STRAUS, Claude Lévi. *Antropologia estrutural dois*. Título original: *Anthropologie Structurale Deux*. Tradução e coordenação de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Editora Edições Tempo Brasileiro, 1973.

VEADO, Wilson. *Santos-Dumont: o menino de Cabangu em Paris. História de Santos Dumont, o Patrono da Força Aérea Brasileira, no ano do centenário do seu nascimento*. São Paulo: Editora do Brasil, 1973.

VILLARES, Henrique Dumont. *Quem deu asas ao homem*: Alberto Santos-Dumont, sua vida e sua glória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953.

WINTERS, Nancy. *O homem voa*: a vida de Santos-Dumont, o conquistador do ar. Trad. Mario Vilela. São Paulo: DBA, 2000.

WYKEHAM, Peter. *Santos-Dumont*: a study in obsession. London: Putnam, 1962.

Sites

Seção de documentos históricos da Câmara Federal: www.camara.gov.br, cópia da sinopse digitalizada do autógrafo ao PL 112/1901.

<http://www.fab.mil.br/fab/personalidade/bgusmao/index.htm>. Acesso em 20 dez. 2006.

http://www.portalbrasil.eti.br/aviacao_transbrasil.htm. Acesso em 20 dez. 2006.

http://www.fau.ufrj.br/prourb/cidades/avcentral/print_3.html. Acesso em 24 dez. 2006.

http://www.lagoasanta.com.br/museu_arqueologico_ls/museu_arqueologico_lapinha.htm. Acesso em 16 jun. 2007.

<http://www.inova.unicamp.br/inventabrasil/julior.htm>. Acesso em 20 mai. 2007.

<http://www.museutec.org.br>. Acesso em 12 dez. 2007.

<http://www.reservaer.com.br>. Acesso em 11 fev. 2008.

<http://www.museutec.org.br/resgatememoria2002/old/biografi/maranhaoa/index.html>. Acesso em 19 fev. 2008.

Matryoshka: uma proposta para o fazer docente na universidade

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira *

* Doutora em Letras:
Estudos Lingüísticos pela
Universidade Federal de
Minas Gerais – UFMG;
professora do curso de
Letras do Centro
Universitário de Sete
Lagoas – UNIFEMM.

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar, inicialmente, um quadro panorâmico da universidade brasileira, particularmente no ensino privado. Procura-se argumentar que a formação universitária deve ser vista como um processo contínuo e complexo, bem como pessoal e interpessoal. Enfatiza-se, para isso, a importância da interação com o outro e do trabalho colaborativo crítico, conforme Freire e Kumaravadivelu. Ao final, são tecidas algumas considerações acerca do trabalho interdisciplinar, por meio da imagem da Matryoshka.

Palavras-chave: Educação Superior, trabalho colaborativo, pedagogia crítica

Abstract

This study aims to present, at first, a global view on the University in Brazil, more specifically, on Private Universities. We argued that Education in the University should be taken as a complex and open-ended process which is also personal and inter-personal. To do this we highlighted the importance of social interaction and collaborative critical work (FREIRE, 2001, KUMARAVADIVELU, 2003). At the end, some considerations about critical collaborative work among different teachers and areas of knowledge are made, based on the metaphor of the Matryoshka.

Keywords: University Education, collaborative work, critical pedagogy

Matryoshka: uma proposta para o fazer docente na universidade

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira *

* Doutora em Letras:
Estudos Lingüísticos pela
Universidade Federal de
Minas Gerais – UFMG;
professora do curso de
Letras do Centro
Universitário de Sete
Lagoas – UNIFEMM.

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar, inicialmente, um quadro panorâmico da universidade brasileira, particularmente no ensino privado. Procura-se argumentar que a formação universitária deve ser vista como um processo contínuo e complexo, bem como pessoal e interpessoal. Enfatiza-se, para isso, a importância da interação com o outro e do trabalho colaborativo crítico, conforme Freire e Kumaravadivelu. Ao final, são tecidas algumas considerações acerca do trabalho interdisciplinar, por meio da imagem da Matryoshka.

Palavras-chave: Educação Superior, trabalho colaborativo, pedagogia crítica

Abstract

O objetivo deste trabalho é apresentar, inicialmente, um quadro panorâmico da universidade brasileira, particularmente no ensino privado. Procura-se argumentar que a formação universitária deve ser vista como um processo contínuo e complexo, bem como pessoal e interpessoal. Enfatiza-se, para isso, a importância da interação com o outro e do trabalho colaborativo crítico, conforme Freire e Kumaravadivelu. Ao final, são tecidas algumas considerações acerca do trabalho interdisciplinar, por meio da imagem da Matryoshka.

Palavras-chave: Educação Superior, trabalho colaborativo, pedagogia crítica

O difícil é ser simples.

Paulo Freire

1 Pós-modernidade e formação docente

Como não se pode ignorar o tempo em que se vive, uma vez que, entre tantos motivos, os conceitos de ciência e de conhecimento encontram-se amalgamados aos paradigmas vigentes, o tema deste artigo assenta-se no paradigma emergente, ou paradigma pós-moderno, conforme Santos (2004).

A pós-modernidade, é importante assinalar, configura-se em conceito não-hegemônico, instável e em transição. Isso porque as aspirações científicas, econômicas e estéticas modernas não foram atingidas, posto que o progresso, fim último da modernidade, não se deu de maneira igual e/ou justa para a maioria das pessoas da Terra. Ao contrário, os avanços científicos e tecnológicos modernos rivalizam, sistematicamente, com a ignorância e a desumanização das práticas sociais, educacionais e de poder atuais (SANTOS, 2004).

Desse modo, os tempos pós-modernos acirram o debate sobre antigas questões em todos os ramos do conhecimento. Revisitam-se verdades há muito sedimentadas em nós, o que nos obriga a rever também, na Educação Superior, algumas das dicotomias modernas, tais como a relação sujeito/objeto, pesquisador/pesquisado, saber científico/senso comum e, principalmente, aquela que permeia este texto: a relação teoria-prática.

Decorre disso que, atualmente, a Educação, no ramo da formação de professores, vem procurando debruçar-se

sobre as justificativas para o que é feito na sala de aula, ou seja, sobre seus “porquês”. Acredita-se, então, que esse descortinamento, acompanhado de reflexão crítica, possa empoderar os professores e seus alunos e torná-los, de fato, agentes de mudança, quer dentro do micro-mundo de suas salas de aula, ou para além dele, se possível e desejável.

2 O fazer do professor universitário: a quem ensina aquele que ensina

No cenário brasileiro atual, o perfil dos alunos universitários, segundo Pimenta e Anastasciou (2002) é caracterizado, de modo geral: (a) pela passividade e individualismo, com interesse apenas na nota e em conseguir o diploma; (b) pela falta de disciplina e hábitos de estudo insuficientes; (c) pelo nível de conhecimentos ou pré-requisitos insuficientes para acompanhar a graduação; (d) pela dificuldade de interpretação, redação e leitura; (e) pela dificuldade de raciocínio e fala de criticidade, além da (f) falta de tempo para estudar, posto que os alunos, especialmente das faculdades particulares, são alunos-trabalhadores.

Esses aspectos refletem algumas facetas da sociedade pós-moderna, vitimada pelo imediatismo, pela alta competitividade e pelo esgarçamento de valores humanos essenciais, dentre eles, as práticas educativas social e eticamente compromissadas.

O cenário atual do ensino superior reflete, ainda, as mazelas da Educação Fundamental e do Ensino Médio e, ainda mais grave e preocupante, alimenta o ciclo, ao enviar ao mercado os futuros professores, algumas vezes despreparados para um desempenho competente em suas carreiras.

Tendo isso em vista, muitos docentes encontram-se desmotivados e duplamente pressionados. Por um lado, há a expectativa geral de que os alunos “gostem” do professor e de sua disciplina. Por outro, o professor é cômico da necessidade de mediar o conhecimento para torná-lo motivador e significativo sem, contudo, castrar a autonomia dos alunos. Nisso reside, talvez, nosso desafio atual. Em outras palavras: apesar do reconhecimento geral de que aprender exige esforço e honestidade intelectual, há sempre a possibilidade de boicote da aprendizagem pelos alunos. Essas representações, juntamente com as condições de trabalho que em algumas instituições de ensino superior são vexatórias, vêm obstando a qualidade do trabalho docente e, em alguns casos, restringindo esse fazer a uma mera formalidade.

Decorre disso que a universidade brasileira, grande parte, padece do mesmo mal que critica. Como romper o círculo? Ou não há como rompê-lo? Se assim for, estaria este artigo, somente, reproduzindo o que já sabemos e lamentamos?

Para tentar analisar essas questões, este texto encontra-se dividido em cinco partes. Na primeira parte, apresento o paradigma de produção de conhecimento ao qual o artigo encontra-se afiliado, *com o propósito de contextualizar a discussão*. Na segunda parte, ocupo-me de retratar, sucintamente, o quadro atual das universidades brasileiras, tendo em vista o perfil médio dos professores e alunos. Na terceira seção, apresento o ideário freiriano e a pedagogia da possibilidade, que motivaram a escrita destas páginas. Em seguida, forneço um breve aporte teórico sobre o paradigma crítico-reflexivo na formação docente, com vistas a apresentar a afiliação do texto ao quadro da pesquisa atual em Educação. Na quinta e última seção, apresento algumas considerações finais com base na imagem da *matryoshka*, com a qual pretendo, modestamente, contribuir para o debate.

3 A motivação do trabalho: a mudança como possibilidade

Este artigo foi, primeiramente, motivado pelo ideário freiriano de emancipação crítica pela via da linguagem. Assim, este texto pretenderá, ao seu final, defender a idéia de que a mudança é sempre uma possibilidade, especialmente no quadro atual da educação superior brasileira.

Primeiramente, é preciso lembrar que o objeto de estudo da Educação, e de suas ciências correlatas, é muito pouco “prognosticável”. Não há nada mais complexo do que o ser humano e seus modos de aprender, tendo em vista, por exemplo, que, para isso, são necessárias múltiplas interações: com o outro, com o meio, com o próprio conhecimento. Assumir essa complexidade significa também reconhecer a interferência de múltiplos fatores (sociais, políticos, históricos e pessoais) que constituem a atividade educativa e a circunscrevem nos paradigmas de produção e de democratização do saber teórico-científico vigentes em cada época histórica. Trata-se de um campo, pois, infértil para a produção de verdades absolutas, ou para a promoção de mudanças definitivas, mas também suficientemente dilapidado para que sejamos fatalistas e, por causa disso, limitemo-nos a somente retratar a vida universitária no estado em que ela se encontra hoje.

Desse modo, se pensarmos na Educação Superior como uma via de humanização, ou como um caminho para a apropriação do conhecimento humano produzido na Terra, bem como de suas vantagens e problemas, podemos argumentar que visar a uma melhoria na atuação de professores e alunos universitários, proposta deste texto, quando nem sempre se pode agir sobre o contexto macro, é objetivo justificável, num país como o nosso.

Afinal, professores universitários (e seus alunos) são, também, pesquisadores. Assim, falar de ensino é, também,

falar de pesquisa. Do mesmo modo como falar em conhecimento científico deve ser, igualmente, discutir sua aplicação prática, quando desejável e possível, por parte de professores e alunos. E, por que não, também procurar fazer da teoria uma forma de conhecimento de senso-comum, como defende Santos (2004), ou então, como propõe Kumaravadivelu (2001), com base na prática, teorizar.

4 A pedagogia crítica e o paradigma reflexivo

Os trabalhos de Freire, mais especificamente a obra *A pedagogia do oprimido* (1997), influenciaram fortemente os teóricos da Pedagogia Crítica. Para esses teóricos, a sala de aula está imersa em relações de poder e dominação que não podem ser desconsideradas por professores, alunos e formadores de professores. Por isso o professor, como um intelectual transformador, deve refletir sobre os princípios ideológicos que influenciam sua prática, conectá-la à teoria e também a questões sociais mais amplas.

A pedagogia freiriana, por seu caráter intrinsecamente reflexivo e emancipador e, principalmente, por inscrever-se, de acordo seu próprio elaborador, num tipo de pensamento sempre inacabado e em transformação, pronto a ser “reinventado” a cada novo contexto ou necessidade pedagógica diferente, influenciou, direta ou indiretamente, os trabalhos colaborativos e/ou reflexivos na Educação.

Além disso, o ideário freiriano, por fundamento, exorta a possibilidade de ser tomado como um conjunto de métodos e técnicas dialógicas de ensinar, elaborado aprioristicamente, e pronto a ser implementado por professores e pesquisadores universalmente. Ao contrário, aponta

para a mudança e a re-construção como possibilidades humanas, desde que estejamos dispostos a refletir e a aprender com o outro.

O pensamento freiriano foi, também, um dos primeiros em cujo cerne se questionou a necessidade de empreender uma prática intelectual e educacional solidária e politicamente comprometida. Isso porque Freire (2001) corrobora a idéia de que não há ser apolítico, uma vez que a simples negação do político em nós implica uma posição forçadamente política, pois contribui para a sustentação do *status quo* vigente, talvez em sua mais eficiente forma de manutenção até agora.

A pedagogia freiriana descortina, também, as implicações da prática tentadora de romantizar os oprimidos, por meio da qual os intelectuais, por vezes, ficam a seu lado não para emancipá-los, ou contribuir para que se tornem agentes de suas próprias vidas educacionais e sociais, mas para, de certa maneira, mantê-los presos a uma condição de permanente dependência. Forma-se, então, um ciclo vicioso que ajuda a alimentar a vaidade do intelectual e também o envolve numa pretensa aura de compromisso com o outro. Além disso, e talvez ainda pior, é que, no caso da Educação, essa relação contribui eficazmente para a perpetuação do fosso entre os que pesquisam e produzem frente àqueles a quem é legado, somente, o direito de consumir e executar (FREIRE, 2001).

Por isso, Freire defende, por exemplo, o acesso à cultura universal e à norma considerada padrão da língua, por exemplo, como uma maneira legítima de assegurar o acesso democrático de populações marginalizadas à informação e ao conhecimento humano produzido. Valoriza-se, pois, a cultura dos marginalizados, para que se possa, também, aprender com ela. No entanto, valorizar não significa romantizar, o que, na verdade, só interdita seus representantes de conhecerem

novas possibilidades e a elas aderirem, se julgarem importantes e necessárias.

É também nesse sentido que Kumaravadivelu (2001) propõe uma pedagogia pós-método (*postmethod pedagogy*). Para ele, essa prática deve ser vista em três dimensões principais: a) uma pedagogia da particularidade (*pedagogy of particularity*); b) uma pedagogia da ação-prática (*pedagogy of practicality*); c) uma pedagogia da possibilidade (*pedagogy of possibility*). A primeira (a) é baseada na idéia de que a prática pedagógica deve ser entendida de maneira holística e, ao mesmo tempo, localmente situada. Para o autor, “toda pedagogia, assim como a política, é local”¹ (KUMARAVADIVELU, 2001, p.539) e, assim, está baseada na reflexão sobre as exigências locais de cada sala de aula, em seu contexto específico. Essa abordagem deve conduzir a um ciclo contínuo de observação, reflexão e ação, considerado requisito principal para a produção de um conhecimento *pedagógico sensível ao contexto*, como propõe o autor.

O segundo aspecto da pedagogia pós-método é (b) uma pedagogia da ação-prática (*pedagogy of practicality*) em que a relação teoria-prática é revista. Trata-se da idéia de que teoria e prática devam mutuamente informar-se e constituir, conjuntamente, uma práxis pedagógica dialética. Na pedagogia da ação-prática, o professor é encorajado a “teorizar com base na prática e praticar aquilo que ele teoriza”² (KUMARAVADIVELU, 2001, p.541). Muitos pesquisadores, no Brasil, na área da Educação, compartilham desse princípio, por meio de trabalhos inseridos no que se convencionou chamar de epistemologia da prática (cf. PIMENTA, ANASTASCIU, 2002).

De modo semelhante, Zeichner (2003) chama a atenção para a necessidade de um paradigma de reflexão docente mais voltado para o âmbito político e social da ação educativa,

¹ “All pedagogy, like politics, is local.”

² “Theorize from practice and practice what they theorize.”

que a circunscreve e determina. Para o autor, a reflexão crítica não implica, somente, conectar a reflexão pedagógica com a iniquidade social, presente em quase todos os países do mundo. Ela deve incluir também um repensar sobre o conteúdo a ser ensinado e suas formas de transposição, para que ele se ligue ao saber que os alunos já dispõem e possa construir mais entendimento.

O professor crítico deve saber: (a) como estruturar e debater conceitos complexos; (b) manejar a sala de aula e (c) promover em seus alunos oportunidades de crescimento pessoal, acadêmico e interpessoal. Essas atitudes devem ser tomadas na rotina da sala de aula. Se assim for, elas podem contribuir para uma compreensão mais ampla e aguçada, da parte de professores e alunos, sobre o que circunda suas vidas universitárias e sociais.

5 Matryoshka: uma proposta para o fazer docente na universidade

As múltiplas facetas da educação superior ensejam, no professor, a necessidade de (a) desenvolver um trabalho crítico e contextualmente situado com os alunos; (b) repensar a sua atuação diariamente para vinculá-la às demandas emergentes e (c) criar formas de aprimoramento pessoal e em grupo, com vistas ao trabalho colaborativo e multidisciplinar, institucionalmente apoiadas. Além, claro, da necessidade de mobilização como classe profissional.

Esses objetivos podem, de acordo com a pedagogia da possibilidade, ser atingidos por meio do trabalho com colegas e alunos, como, por exemplo, instaurando temas de trabalho conjunto em que cada área específica mantém sua

epistême e, ao mesmo tempo, dialoga com outras áreas, sem que seja instaurada uma relação dicotômica ou hierarquizante entre elas. Os exemplos de construção de memoriais (cf. Pimena e Anastasciou, 2002), ou a elaboração de diários e *portfolios*, por professores e alunos, dentre outros, vêm configurando-se como modos adequados para a circulação de diferentes saberes e experiências, substrato para uma aprendizagem significativa.

Por isso, a idéia do trabalho docente colaborativo enseja, nesta seção, a apresentação de uma imagem: as bonecas russas que se encaixam umas nas outras, chamadas *matryoshka*, conforme apontado por Oliveira (2006). Isso porque, no trabalho colaborativo aqui proposto, a ação conjunta é feita de modo interdependente, tal como na conjunção das bonequinhas. Cada parte é diferente da outra e, ao mesmo tempo, igual. Elas formam, então, um todo que, metaforicamente, alude ao crescimento, ao enriquecimento profissional e acadêmico, como nas diferentes idades do homem, liricamente descritas por Rachel de Queiroz:³

Pois a gente também é assim. A princípio eu pensava que, com a passagem das diferentes idades do homem, o maior ia substituindo o menor, quero dizer, o menino ficava no lugar do nenê, o adolescente no do menino, o moço no do adolescente, o homem feito no do moço, o de meia-idade no do homem feito, o velho no lugar do de meia-idade e por fim o defunto no lugar de todos. Mas depois descobri que os indivíduos passados não desaparecem, se incorporam, ou, antes, o indivíduo novo incorpora os superados como se os devorasse, e uns vão ficando dentro dos outros, tal como as bonecas russas.

É precisamente a essa incorporação, ou transformação, decorrente da aprendizagem e do trabalho com o outro, que a ação-colaborativa deve conduzir. Disso advêm outras três constatações deste texto: (a) a necessidade de promover

³ QUEIROZ, Raquel de. *Bonecas Russas*, crônica publicado no jornal *Correio Brasiliense*, em 23/09/00.

uma formação universitária não-fragmentada e nem fragmentária, (b) a decorrente importância da aproximação entre as várias áreas do conhecimento, por meio do trabalho temático⁴ e não apenas disciplinar e (c) a importância de uma formação docente humana e socialmente compromissada.

Esses três pontos assinalam a necessidade de olhar para o professor universitário e enxergar uma pessoa que trabalha com outras pessoas inseridas em realidades sociais próprias, que não podem ser negadas e das quais o ensino superior é somente um elemento, ao lado de tantos outros que, juntos, concorrem para a formação intelectual e profissional do aluno. Afinal, não se aprende somente dentro dos limites da sala de aula. Alunos e professores precisam ser encorajados à construção de suas vidas interiores pelo contato com a literatura, a música, os jornais, o teatro, ou, simplesmente, motivados a admirar, sabiamente, como em Freire, as belezas gratuitas de uma árvore em flor.

Se assim compreendido, o fazer do professor universitário poderá corresponder ao paradigma emergente de produção de ciência em que dicotomias são revistas e no qual professores e alunos podem (e devem) trabalhar juntos em busca da tão apregoada integração teoria-prática. É precisamente essa incorporação que deve orientar os rumos dos cursos de graduação, especialmente após a introdução das matrizes curriculares atuais. Há muito ainda a ser feito, mas é preciso, também, saber celebrar as conquistas obtidas.

⁴ Sousa (1987) sugere que, na pós-modernidade, o conhecimento seja agrupado por temas de trabalho e não mais por meio de disciplinas formais, que compartimentalizam o saber e tornam necessário, sempre, “separar para conhecer” (SANTOS, 1987, p.96).

Referências

- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P. Impossível existir sem sonhos. In: FREIRE, A. M. A. (Org.). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 35-54.
- KUMARAVADIVELU, B. Towards a post-method pedagogy. TESOL QUARTELY, v. 35, n.4, p. 537-560, 2001.
- KUMARAVADIVELU, B. Beyond methods: macrostrategies for language teaching. TESOL QUARELY, v. 35, n. 4, p. 5337-560, 2003.
- PIMENTA, S.; ANASTASCIU, L. *Didática do Ensino Superior*. Vol. 1, Docência em formação. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLIVEIRA, A. L. M. *Hermes e bonecas russas: um estudo colaborativo para compreender a relação teoria-prática na formação docente*. Belo Horizonte, UFMG, 2006. Tese de doutorado não publicada, disponível em: <http://www.capes.org.br>.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Um discurso sobre a ciência*. São Paulo: Cortez, 2004. (1ª impressão em 1987).
- ZEICHNER, K. Educating Reflective Teachers for Learner-Centered Education: Possibilities and Contradictions. In: GIMENEZ, T. *Ensinando e aprendendo inglês na universidade: formação de professores em tempos de mudança*. Londrina: ABRAPUI, 2003.

Estratégia de inovação: o financiamento de venture capital

Adelaide Maria Coelho Baêta
Flávia Maria Coelho Baêta-Lara
Valdênia Silva Melo *

* Adelaide Maria Coelho Baêta é Doutora em Engenharia de Produção/Gestão da Inovação Tecnológica pela COPPE-UFRJ. Vínculos institucionais: Universidade FUMEC e Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM.

Flávia Maria Coelho Baêta-Lara é Mestre em Administração pelas Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo-MG; professora do curso de graduação em Administração e vice-coordenadora dos cursos de pós-graduação do IBMEC-MG.

Valdênia Silva Melo é Mestre em Administração pelas Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo-MG.

Resumo

As Agências Governamentais de Fomento vêm se firmando como instituições de apoio ao desenvolvimento tecnológico, com a ampliação dos programas de financiamento para além dos programas de apoio aos Centros de Pesquisas Públicos e Universidades. Atualmente, também as empresas podem recorrer a tais recursos. Tais iniciativas apontam para a preocupação de dar sustentabilidade ao desenvolvimento, tendo em vista a necessidade de aumentar a competitividade das empresas e assegurar a criação de emprego e renda. Neste artigo, na tentativa de contribuir para esse debate buscando trazer um novo olhar sobre o tema, vamos concentrar a atenção em um mecanismo pouco divulgado na sociedade brasileira e que se constitui como importante mecanismo para o financiamento da inovação: o financiamento de *venture capital* e o papel do capitalista de risco no desenvolvimento das PMEs de base tecnológica.

Palavras-chave: inovação, financiamento da inovação, *venture capital*

Abstract

The Fomentation Government Agencies have been consolidating themselves as technological support and development institutions which go beyond the assistance programs to the Public Researches Centers and Universities. Presently, private companies can demand such funds also. These enterprises indicate concern relating to the sustenance of development, having in mind the necessity of increasing competition among private companies and guaranteeing employment and income. This article tries to contribute for this debate with a new perspective about the theme, emphasizing a device which has not been sufficiently divulgated in Brazilian society, and which is important for innovation financing: the financing of *venture capital* and the role of the risk capitalist in the development of PME's of technological basis.

Keywords: innovation, innovation financing, *venture capital*

Introdução

No Brasil, o estabelecimento de programas e políticas de apoio à inovação tecnológica é uma condição fundamental para atingirmos um patamar mais elevado em relação ao nosso desenvolvimento econômico e social. Contudo, acreditar que cabe apenas ao Governo fazer sua parte seguramente não trará os resultados esperados. A inovação implica a conjugação de esforços de todos os chamados Agentes de Inovação (Empresas, Governos, Universidades).

As Agências Governamentais de Fomento vêm se firmando como instituições de apoio ao desenvolvimento tecnológico, com a ampliação dos programas de financiamento para além dos programas de apoio aos Centros de Pesquisas Públicos e Universidades. Atualmente também as empresas podem recorrer aos recursos disponibilizados pela Finep – Financiadora de Estudos e Projetos e pelas FAPs – Fundações de Amparo à Pesquisa. É o caso, por exemplo, do PAPPE – Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas.

Tais iniciativas apontam para a preocupação de dar sustentabilidade ao desenvolvimento, tendo em vista a necessidade de aumentar a competitividade das empresas e assegurar a criação de emprego e renda.

Neste artigo, na tentativa de contribuir para este debate, buscando trazer um novo olhar sobre o tema, vamos concentrar a atenção em um mecanismo pouco divulgado na sociedade brasileira e que se constitui como importante mecanismo para o financiamento da inovação. O financiamento de *venture capital* e o papel do capitalista de risco no desenvolvimento das PMEs de base tecnológica.

A existência de uma estrutura de *venture capital* amplia o fomento ao empreendedorismo, incentiva o surgimento de novas empresas e o desenvolvimento tecnológico interno,

concorre para a retenção dos talentos no país e cria novos empregos.

A globalização dos mercados e a economia do conhecimento modificaram consideravelmente o ambiente econômico, o que afetou todas as empresas de qualquer tamanho ou setor industrial. Na nova economia, as empresas são diferenciadas com base naquilo que sabem. A empresa, para se sustentar no mercado, utiliza o conhecimento para fazer bem e rápido novas coisas, obtendo assim vantagem competitiva. As organizações necessitam ser ágeis, inovadoras e adaptáveis às mudanças necessárias para enfrentar a competitividade e identificar oportunidades em um ambiente instável e turbulento.

As PMEs desempenham papel fundamental para o crescimento e o desenvolvimento de uma economia. Sua contribuição social pode ser avaliada, tanto na geração de oportunidades com o aproveitamento de uma grande parcela da força de trabalho, como no estímulo do desenvolvimento empresarial, ajudando na criação de um mercado interno capaz de funcionar como base sólida para uma economia sustentável. Sem o constante surgimento de novas empresas de orientação inovativa, o sistema econômico vê-se privado do dinamismo tecnológico necessário ao processo de desenvolvimento.

Muito tem se discutido sobre qual o tipo de empresa mais propício à inovação, todavia há relativo consenso de que para as empresas de base tecnológica essa é uma condição essencial, considerando que desde o seu nascimento elas concorrem no mercado internacional.

Os estudos sobre internacionalização das pequenas e médias empresas enfatizam que a opção de internacionalizar dá-se normalmente em uma etapa posterior ao processo de criação, ou seja, a empresa não nasce com a

ambição de exportar. Oviatt e McDougall (1995) defendem um ponto de vista diferente. Para esses autores, algumas empresas já nascem com a ambição de ser global. A oportunidade de negócio visualizada transborda as fronteiras do país sede da empresa. Muitas vezes, para viabilizar esse negócio a empresa tem que necessariamente, desde muito cedo, estabelecer contatos com clientes, fornecedores e parceiros no exterior. É desse tipo de empresa que falamos quando nos referimos às empresas de base tecnológica, empresas criadas com o objetivo de serem internacionais. (BAETA; VIEIRA JR.; TREMBLAY, 2004).

Nesse sentido os empreendimentos de base tecnológica têm vocação internacional e inovadora. A velocidade com que surgem novas tecnologias leva conseqüentemente à rápida obsolescência de produtos e processos. O mercado é essencialmente dinâmico e o consumo efêmero. Mesmo em países como o Brasil, com um grande mercado doméstico potencial, deve-se considerar que produzir apenas para o mercado interno é um equívoco. O mercado de empresas de base tecnológica é internacional e impõe que, para se manterem competitivas, as empresas devem atuar na fronteira tecnológica. A inovação é, portanto, a palavra-chave para tais empresas. Isso requer aquisição e geração de conhecimento para a inovação.

A busca da inovação tornou-se central para a competitividade das empresas no mundo atual. Como conseqüência o desenvolvimento econômico de qualquer país está associado à sua capacidade de financiar os empreendimentos inovadores e de modo especial aqueles ligados à Ciência e Tecnologia, como é o caso das pequenas e médias empresas de base tecnológica.

Convém observar que as empresas de base tecnológica têm origem na pesquisa científica e consolidam o paradigma do desenvolvimento tecnológico em diversos campos do conhecimento. Seu processo de produção tem como fonte básica

o conhecimento científico e o dinamismo desse conhecimento exige inovação contínua do processo.

A pesquisa científica é a fonte básica de conhecimentos para o desenvolvimento de produtos e serviços biotecnológicos e gerou o modelo empresarial clássico do setor: o “cientista-empresário” e a típica micro e pequena empresa *spin-off* universitária. Esse modelo tem sido particularmente bem sucedido nos Estados Unidos, onde o fenômeno emergiu (KENNEY, 1986; BULLOCK, DIBNER, 1995). Trajetórias similares têm sido estimuladas (ou emuladas) em outros países (ROBERTS, MIZOUCHI, 1989; LEX, 1995; JANK, 1995), consolidando a origem acadêmica e o vínculo a fonte científica como o paradigma do desenvolvimento bio-industrial. (JUDICE; BAÊTA, 2003a).

Uma das condições primordiais para o processo de inovação passa pelas alternativas de financiamento e, dentre elas, destaca-se o investimento de risco ou capital de risco, que tem se tornado valioso para financiar tais empreendimentos.

Estudos envolvendo discussões sobre gestão de inovação têm demonstrado a relevância de investimentos de *venture capital* (capital de risco) para o desenvolvimento de PMEs de base tecnológica, dadas as características dessas empresas, anteriormente mencionadas. Nesse contexto, a inserção do capital de risco e de seu investidor em tais empresas, merece destaque pela sua importância para a manutenção e crescimento destas.

O financiamento de risco

Pavani (2003) indica uma série de fontes por meio das quais as empresas podem se financiar: lucros acumulados, empréstimos bancários, doações/prêmios, adiantamentos de clientes, créditos de fornecedores, incentivos fiscais ou da

venda de participações acionárias. Cada uma dessas fontes tem suas características e restrições. Lembra também aquela autora que, de modo geral, as formas de financiamento exigem garantias e condições que só podem ser possíveis a empresas estabelecidas e que tenham acumulado lucros ao longo dos anos. Tais alternativas vão desde empréstimos bancários até a de venda de ações.

O financiamento para as pequenas e médias empresas é feito por agências de fomento, de modo geral públicas, e pelo capital de risco.

O capital de risco apresenta-se, portanto, como uma possibilidade de financiamento do processo de inovação para as empresas de base tecnológica em contraposição às outras formas de financiamento, por várias razões.

A primeira razão diz respeito à análise financeira dos bancos. A avaliação dos bancos se realiza sobre o desempenho passado da empresa, refletida em seus demonstrativos financeiros. Uma empresa emergente não possui tais demonstrativos e dificilmente preencherá condições exigidas. A segunda razão é que o empreendedor na área de base tecnológica geralmente não possui garantias reais para tomar empréstimo nas instituições financeiras oficiais, são pesquisadores que iniciam um empreendimento sem condições financeiras para fazer endividamento.

Assim é que o capital de risco pode ser considerado o financiamento adequado para as empresas de base tecnológica, considerando que sua análise se volta para o futuro da empresa. O capitalista de risco aposta na oportunidade do negócio e torna-se um sócio do empreendimento.

A lógica do investidor de risco é bem diversa do capitalista tradicional. Enquanto o capitalista analisa o passado da empresa, sua história de lucros, seu desempenho financeiro, propriedade, etc., o capitalista de risco avalia a potencialidade

do empreendimento, sua capacidade de gerar lucros futuros, ainda que em longo prazo.

A terceira razão refere-se à relevância da participação do capitalista de risco na gestão das PMEs de base tecnológica. O papel do investidor de risco não se limita ao aporte de recursos financeiros para a empresa investida. Sabe-se que essa categoria de empresas é dirigida por empresários-pesquisadores, que possuem inegável conhecimento no *core technology* da empresa, mas cujo conhecimento na área de gestão é muitas vezes precário. Para uma empresa que visa competir no mercado internacional a exigência de uma administração competente é primordial. A atuação do capitalista de risco no negócio, seu conhecimento do mercado, sua rede de relacionamentos, sua competência na gestão de empresas é fator decisivo para o sucesso do empreendimento.

As empresas de base tecnológica têm características bem diferentes das empresas tradicionais. Atuando em setores estratégicos da economia, como biotecnologia, química fina, microeletrônica, informática, mecânica de precisão, novos materiais, elas se originam da pesquisa científica realizada em centros universitários ou laboratórios industriais e não apresentam relação proporcional entre ativo fixo e faturamento. O maior ativo delas é o capital intelectual ou capital intangível. Para crescer e consolidar-se, elas precisam de aporte de recursos, mas não apresentam escala suficiente para interessar ao mercado de capitais, nem garantias para um projeto de financiamento tradicional.

Nesse contexto, o investimento via risco assume papel fundamental para as empresas de base tecnológica, que dispõem de idéias e projetos, mas não do capital para desenvolvê-los. A relevância do *venture capital* vincula-se ao fato de que ele viabiliza projetos em setores considerados estratégicos. (EMRICH, BAËTA, 2000).

Deve-se ter clareza de que, para organizações intensivas em conhecimento, como pequenas e médias empresas de base tecnológica, caracterizadas pela vinculação a ambientes

turbulentos, incertos e voltadas para tecnologias de curto ciclo de vida, o processo de inovação tecnológica deve ser considerado como aberto e simultâneo ao processo de “adoção”. A atenção volta-se para os atores internos e externos e para os mecanismos por eles criados na formação de redes destinadas ao desenvolvimento de novas tecnologias e à criação de novos mercados. Na busca por soluções de problemas cada vez mais amplos e complexos, exigem-se, das empresas, abordagens interdisciplinares e sinergia dos atores e de instituições.

Segundo estudos de St-Pierre et Mathieu (2003), os setores intensivos em conhecimento como biotecnologia, por exemplo, são caracterizados por riscos variáveis, uma vez que a incerteza se modifica com a evolução do projeto. Todavia são projetos que dificilmente são assumidos somente por investidores de risco. Aqui o papel do estado também parece fundamental.

Como observa Chang (2004), são características do capital de risco:

- a) busca de altos retornos para o investimento;
- b) busca de qualidade na gestão e organização do negócio;
- c) atuação na fronteira tecnológica;
- d) busca de competitividade internacional;
- e) adequação à gestão da empresa com vistas à participação no mercado de capitais.

O papel do capital de risco para o processo de inovação

São características comuns à indústria emergente os processos de tentativa e erro, os comportamentos erráticos, uma vez que predominam a “incerteza tecnológica”, a “incerteza

estratégica” e os altos custos de produção. O surgimento de *spin offs* (empresas desmembradas de outras empresas ou da universidade e centros de P&D) e *start ups* (empresas iniciantes) resulta de inexistência ou de baixas barreiras à entrada, características da fase de emergência e da atratividade produzida pelos ganhos do pioneirismo no mercado.

Os usuários e consumidores também são iniciantes e desconhecem os produtos/serviços, devendo, nesse estágio, serem informados sobre os mesmos, até que possam ser capazes de prover *feed back* mais completo de suas necessidades e experimentos de consumo.

Uma série de fatores e barreiras estruturais constroem a ação das empresas no estágio industrial emergente: a ausência de infra-estrutura de instalações, de canais adequados de distribuição e suprimento de serviços complementares necessários, a qualidade irregular dos produtos, as dificuldades de obtenção de matérias-primas e componentes, a ausência de padronização, escala e externalidades de produção, além de um estado de “confusão” (ou, às vezes, desconfiança) por parte dos clientes e consumidores. (JUDICE, BAËTÀ, 2003b).

O surgimento de *spin offs* ou *spin outs* (empresas desmembradas de outras empresas ou de universidades e centros de P&D) resulta da atratividade dos ganhos do pioneirismo no mercado e inexistência de barreiras à entrada, característica da fase de emergência do setor industrial. Aquelas que conseguem ultrapassar a fase inicial, muitas vezes, apresentam dificuldades para gerenciar o negócio em crescimento e investir em P&D.

Inovações tecnológicas baseadas em conhecimento apresentam um longo prazo de espera entre o aparecimento de novo conhecimento e sua real aplicabilidade. Essas inovações raramente resultam de um único fator, mas da convergência de vários tipos de conhecimento, nem todos científicos ou

tecnológicos. Ademais, pela imprevisibilidade inata (incerteza), seus riscos são altos (DRUCKER, 2002).

É, então, que a presença do capitalista de risco pode contribuir não somente com recursos financeiros, mas principalmente com a participação na gestão do negócio.

Em outra dimensão, há incertezas quanto à imagem e credibilidade das empresas iniciantes junto à comunidade financeira e, finalmente, há atrasos e transtornos na obtenção de aprovação às regulamentações que pouco a pouco se estabelecem (PORTER, 1986).

Em seu estudo sobre as empresas emergentes de internet, Chang (2004) assegura que o financiamento de risco é fator determinante na habilidade dessas empresas para alcançar os recursos necessários para o seu crescimento. Tomando o momento do IPO¹ como medida de sucesso, aquele autor aponta três fatores que afetam positivamente a colocação dessas empresas no mercado de ações:

1. A associação com o capitalista de risco, cuja reputação influi decididamente no desempenho da empresa para acelerar o IPO;
2. A participação do capital de risco favorece a obtenção de recursos financeiros;
3. Outro fator determinante é a facilidade de estabelecer uma rede de alianças estratégicas que resultam da parceria do capitalista de risco.

Para Chang (2004) as empresas financiadas por respeitáveis capitalistas de risco desfrutam dos efeitos de sua reputação, o que contribui para o seu crescimento e concorre para facilitar o momento do IPO, ou seja, para que tais empresas tenham maior facilidade futura de colocar ações no mercado. Acrescenta, ainda, que as alianças estratégicas que são construídas pelo capitalista de risco favorecem o acesso a recursos sociais, culturais e comerciais que de outra maneira

¹ IPO – Initial Public Offering.

levariam anos para acessar; além de reduzir a desconfiança do mercado (*Liability of newness*), alcançam legitimidade no mercado e melhoram sua performance. O autor assinala que os capitalistas de risco promovem a aceleração do crescimento das empresas, pois têm grande interesse em colocar suas investidas no mercado de ações o mais rápido possível para realizar seus lucros e investir em outras *startups*.

Lições da relação com o venture capital

No seu estudo sobre empresas emergentes (*startups*) de internet, Chang (2004) comprovou as seguintes hipóteses:

1. Quanto maior a reputação das empresas de venture que investem numa *startup*, maior a liquidez das ações da empresa emergente (IPO).
2. Quanto maior o volume de recursos que a *startup* levanta do venture capital, mais rapidamente ela alcança o IPO.
3. Quanto maior a reputação dos parceiros de uma *startup*, mais rapidamente ela terá o seu IPO.
4. Quanto mais ampla a rede de alianças de uma *startup*, mais rapidamente ela terá o seu IPO.

Dessa perspectiva a participação do capitalista de risco é uma fonte de recursos essenciais para as PMEs, principalmente para novas empresas, uma vez que estes investidores têm como objetivo promover o crescimento da empresa e torná-la auto-sustentável no devido tempo.

Entretanto os acontecimentos que marcaram o período de 1999 a 2001 na economia americana resultaram num declínio sem precedentes da taxa de retorno dos investimentos de risco entre 2000 e 2003, lançando questionamentos sobre o desempenho do setor.

A partir de uma análise sobre os investimentos de risco e as empresas de internet, Green (2004) aponta algumas lições para as empresas de capital de risco:

1. *O excesso de capital é inimigo de altos retornos*

Quando há grande volume capital disponível para poucas oportunidades de negócios o caminho mais correto é não perder o foco do negócio e manter a disciplina sob pena de ficar fora do jogo, pois é nessas circunstâncias que a disciplina torna-se mais crítica e é mais facilmente ignorada.

2. *Incentivos econômicos orientam o comportamento*

De modo geral a estrutura das sociedades de capital de risco tem feito um excelente trabalho de alinhamento de interesses dos sócios (*general partners*) e dos investidores (*limited partners*). A remuneração de capital de risco deve ser orientada pelos seus retornos, pois são eles que atraem seus investidores.

Da mesma forma que se espera que os empreendedores se beneficiem do seu trabalho e dedicação participando das companhias que eles ajudaram a construir, também os investidores esperam ser tratados pelos capitalistas de risco.

3. *Investir em empresas e não em produtos*

A única maneira de assegurar valorização sustentável e altos retornos é focar em oportunidades que são suficientemente singulares e amplas de modo a construir empresas independentes, lucrativas e com potencial de crescimento. Nesse sentido a estratégia mais acertada é focar em determinado setor industrial e ter *expertise* suficiente para identificar oportunidades específicas.

4. *Estratégia e foco*

Existem razões para explicar por que as pequenas empresas de base tecnológica atraem o investimento da empresa de venture capital. De modo geral, as empresas de capital de risco se especializam em certos setores. Ao investir numa

empresa, os capitalistas de risco buscam acompanhar seu desenvolvimento, com o interesse de estar sempre aprendendo sobre aquele setor. Assim, ao investir em empresas de determinado setor industrial, buscam conseguir melhor inserção naquele mercado com vistas ao desinvestimento.

Muito do valor agregado pelo capitalista de risco é criado pela sua capacidade de partilhar não apenas a experiência pessoal, mas também recursos e lições aprendidas de outras companhias semelhantes.

5. Parcerias são difíceis de escalonar

O crescimento das companhias de capital de risco, com um portfólio muitas vezes de mais de 100 empresas, com 15 a 20 sendo acrescentadas anualmente, tornou-se difícil que todos os parceiros se envolvam profundamente nas decisões de investimento. Assim, por necessidade, em muitos casos um parceiro mais antigo ou um subconjunto deles assume o poder para monitorar e atuar na direção da firma. Quando esse modelo não funcionar como uma estrutura de poder consistente e estável, o verdadeiro poder de uma parceria pode transitar para o pior processo de tomada de decisão de investimento.

A queda dessa transição para uma hierarquia formal pode levar à perda da dinâmica da verdadeira parceria. A sociedade torna-se uma coleção de praticantes, o que difere da mentalidade de parceria: um por todos e todos por um.

6. Reputação e integridade são essenciais

Um fundo de capital de risco requer a compreensão de que o investimento do capital é feito por um conjunto limitado de parceiros, ou seja, poucos podem de fato influenciar as decisões da firma. O nível de confiança exigido é bastante alto. A despeito desse compromisso constar no contrato, essa é uma questão que deve ser tratada com o maior respeito. Muitas companhias tomam essas relações como

estabelecidas *a priori*, entretanto isso pode funcionar nos tempos favoráveis e a curto prazo, mas o assunto requer confiança de longo prazo. Da mesma forma para um empreendedor, fundador de uma companhia, a decisão de fazer uma parceria com um capitalista de risco requer enorme confiança. Identificar a liderança correta para a empresa é o melhor caminho. Porém nada é mais crítico, tanto para o empreendedor, quanto para o investidor, do que um tratamento justo e respeitoso a fim de manter a relação de confiança. Enfim, o negócio de capital de risco requer profunda relação de confiança de um amplo conjunto de *stakeholders* (apoiadores) para construir algo significativo no futuro. A confiança nas pessoas é mais importante do que um excelente projeto.

A política de capital de risco no Canadá

Diferentemente dos Estados Unidos, onde quase todos os fundos são gerenciados por organizações com participação limitada, segundo Macdonald & Associates (1998), no Canadá o mercado de capital de risco segmenta-se em cinco categorias: a) fundos privados; b) fundos corporativos; c) fundos governamentais; d) fundos híbridos; e) fundos patrocinados por trabalhadores (Labor-Sponsored Venture Capital Funds – LSVCFs). Os fundos patrocinados por trabalhadores dominam o mercado canadense de capital de risco desde a década passada. Em 1991 esses fundos (LSVCFs) proveram 40% do capital para novos investimentos de risco. Em 1995 o percentual capturado pelos LSVCFs foi de 80% do total levantado na indústria de capital de risco. Entre 1996 e 2000, conquanto tenha havido uma diminuição em termos do capital levantado pelos LSVCFs, eles continuavam dominando

o mercado canadense de capital de risco (Ayayi, 2002) e esse padrão permanece até 2004.

Uma legislação federal e provincial assegura vários benefícios aos investidores nos fundos patrocinados por trabalhadores – LSVCFs, com o objetivo de garantir objetivos sociais como investimento prioritário em PMEs e criação de novos empregos. Segundo Ayayi (2004), entre os benefícios que esses fundos proporcionam à economia canadense incluem-se:

1. Os fundos fornecem capital de risco para PMEs que de outra forma não teriam acesso a tais recursos;
2. Os fundos permitem a manutenção de empregos, criação de novos e apoio a companhias com problemas financeiros;
3. O foco no trabalhador favorece melhor qualidade de vida à classe trabalhadora e, indiretamente, aumenta a produtividade;
4. Os fundos retêm capital nas próprias comunidades e usam-no para atividades econômicas com grande potencial para a criação de empregos de qualidade.

Há, porém, efeitos restritivos para a economia como um todo:

- a) argumentos dizem respeito à alocação imprópria de recursos de capital de risco no mercado. As taxas associadas aos fundos distorcem os incentivos para investir.
- b) a natureza especulativa da indústria de capital de risco fica restrita a um grupo especializado, com acesso a informações privilegiadas do mercado.
- c) as taxas privilegiando os canadenses restringem a entrada de investidores estrangeiros.
- d) além disso, considerando que os LSVCFs dominam 50% do capital de risco no Canadá, a indústria de risco é afetada por sérias limitações, como, por exemplo, o fato de

não usufruir das potencialidades do mercado global, o que faz a indústria de risco canadense menos competitiva.

e) outro argumento aponta para o efeito das taxas subsidiadas que faz com que o investidor se satisfaça com baixos retornos. Essa distorção se faz sentir no resultado financeiro da indústria em geral.

Ayayi (2004) conclui que, a despeito do seu potencial lucrativo, os fundos de capital de risco no Canadá apresentaram um desempenho pobre na última década. Em parte devido à gestão pouco inovadora da maioria dos fundos, e em parte devido à legislação que tem restringido a utilização de seus recursos a aplicações que nem sempre atuam com agressividade no mercado e nem investem em projetos de qualidade.

Conclusões

A análise dos diferentes estudos sobre o financiamento de risco às PMEs permite-nos assinalar a relevância do capital de risco para o crescimento e a sustentabilidade dessas empresas e, de modo particular, para as empresas de base tecnológica.

O estudo evidencia que a participação do capitalista de risco favorece o acesso a vários recursos que, de outra maneira, as PMEs não alcançariam, tornando-as auto-sustentáveis e com grande potencial de crescimento.

Coloca em destaque o papel relevante que as PMEs investidas podem desempenhar numa economia, por meio da manutenção e criação de empregos de qualidade e no desenvolvimento regional.

Os desafios, entretanto, não são poucos. Entre as condições necessárias para o fortalecimento da indústria de capital risco, pode-se destacar a participação do governo, por meio de uma legislação adequada que estimule a população a investir mediante incentivos, principalmente investidores institucionais (fundos de pensão).

Todavia, é preciso deixar claro que o capital de risco é um investimento de longo prazo e tem especificidades que não podem ser descuidadas.

O apoio dos governos aos estágios precedentes de *business angels* e *seed money*, isto é, em fases anteriores ao financiamento de risco propriamente dito, pode concorrer para o melhor funcionamento desta categoria de empresas e para a dinâmica da economia.

Além disso, a capacitação do empreendedor internacional, que tem clareza quanto à necessidade de competir no mercado internacional, é um aspecto importante para o desenvolvimento de uma mentalidade de parceria em que empreendedores e investidores possam cooperar na busca de seus objetivos. Outro aspecto relevante é a governança nos negócios, isto é, transparência e confiabilidade, que fazem parte do ambiente de negócios necessário à atuação do capital de risco.

Referências

AYAYI, Ayi. *The distinctive features of venture capital market*. Revue Internationale de Gestion 26 (4), 2002. p.23-33.

AYAYI, Ayi. *Public Policy and Venture Capital: The Canadian labor-sponsored venture capital funds*. Journal of Small Business Management, 2004, p.335-345.

BAÊTA, Adelaide M. C.; VIEIRA Junior, Candido B.; TREMBLAY Diane-Gabrielle. *International Entrepreneurship: the challenge of incubators in Brazil*. Trabalho aceito para ser apresentado 5th Triple Helix Conference. Torino, Italy, 18 a 21 de maio de 2005.

EMRICH, Guilherme; BAÊTA, Adelaide M.C. Capital de Risco. In: DOLABELA et FILION (Orgs.). *Boa Idéia e Agora?* Cultura Editores, 2000.

CHANG, Jin. *Venture Capital financing, strategic alliances, and initial offerings of internet startups*. Journal of Business Venture, 2004.19 p.721-741.

DRUCKER, Peter F. *Inovações e espírito empreendedor: práticas e princípios*. São Paulo: Pioneira, 2002.

GREEN, Jason. *Venture capital at a new crossroads: lessons for the bubble*. Journal of Management Development. Vol. 23, n. 10, 2004, p.972-976.

JUDICE, Valéria M. M.; BAÊTA, Adelaide M.C. *Modelo empresarial, gestão de inovação e investimentos de venture capital em empresas de biotecnologia no Brasil*. Anais Enanpad, 2003b

MACDONALD & ASSOCIATES LIMITED. *The Canadian Venture Capital Industry: Sources of Capital and Implications for Industry Structure* Toronto, Canada: Canadian Venture Association, 1998.

PAVANI, Claudia. Construindo o caminho do Capital de Risco no Brasil. *Revista Inteligência Empresarial*, n. 15. abril, 2003.

PORTER, Michael. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

ST-PIERRE, Josée; MATHIEU, Claude. *Financement par capital de risque: Évolution des connaissances des dix dernières années et avenues de recherche: rapport de recherche présenté à l'industrie – Institut du Recherche sur les PME*. Canadá, 2003.

Aos colaboradores

1. **Maestria** aceita trabalhos inéditos sob a forma de artigos e resenhas, sobretudo aqueles de caráter multidisciplinar.
 2. Todos os trabalhos encaminhados para publicação serão submetidos à aprovação dos membros do Conselho Editorial. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte do Conselho Editorial, serão comunicadas previamente aos autores.
 3. Os artigos devem ser apresentados em duas vias impressas e em cd, com o texto digitado em *Word*, fonte Times, espaço 1,5, com o mínimo de uso de negrito, itálico, caixa alta ou qualquer outro tipo de destaque.
 4. Os artigos devem conter: dados sobre o autor (formação acadêmica, vínculo institucional, área de atuação, endereço eletrônico) e também título, resumo e palavras-chave em português e em uma língua estrangeira.
 5. O original não deve exceder 20 páginas, para artigo, e 8 páginas, para resenha.
 6. As notas e referências devem ser restritas ao mínimo indispensável.
 7. As citações no corpo do texto devem ser seguidas dos seguintes dados da obra citada: nome do autor em maiúsculas, ano de publicação da obra, número(s) da(s) página(s) citada(s), tudo isso entre parênteses. Exemplo: (BOSI, 1999, p.5).
 8. As referências devem seguir as normas da ABNT.
 9. As ilustrações (gráficos, imagens, esquemas) serão designadas como figuras e numeradas no texto, de forma abreviada, entre parênteses ou não, conforme a redação. Exemplo: FIG. 1, (FIG. 2).
 10. Cada autor terá direito a 3 exemplares da revista. Os originais não aprovados não serão devolvidos.
-



maestria é uma revista que busca divulgar o conhecimento científico, principalmente o que se constrói valendo-se da noção de multidisciplinaridade, de modo a operar nos diversos saberes um mecanismo de abertura ao novo.

"As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras."